



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGP)

DANIELLY MACHADO ALVES ARAÚJO

**História da psicologia brasileira: saberes psicológicos no Século
XIX**

GOIÂNIA

2023

Processo: 23070.067251/2023-41
 Documento: 4347635



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/Monitorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitindo o documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estado de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

DANIELLY MACHADO ALVES ARAÚJO

3. Título do trabalho

História da psicologia brasileira: saberes psicológicos no Século XIX

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Machado Alves Araújo, Discente**, em 02/02/2024, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2024, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4347635** e o código CRC **EB21FD0C**.

DANIELLY MACHADO ALVES ARAÚJO

História da psicologia brasileira: saberes psicológicos no Século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia em 2023, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Bases Históricas, Teóricas e Políticas da Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues.

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Araújo, Danielly Machado Alves

História da psicologia brasileira: saberes psicológicos no Século XIX [manuscrito] / Danielly Machado Alves Araújo. - 2023. CXIV, 113 f.

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

1. História da psicologia brasileira. 2. História da psicologia de Goiás. 3. Literatura de viagem. 4. Saberes psicológicos. 5. Psicologia e Educação. I. Rodrigues, Anderson de Brito, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata N° 65 da sessão de Defesa de Dissertação de **DANIELLY MACHADO ALVES ARAÚJO** que confere o título de **Mestra em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três (28/11/2023)**, a partir das **8h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada *"História da psicologia brasileira: saberes psicológicos no Século XIX"*. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Prof. Dr. **Anderson de Brito Rodrigues** (PPGP/FE/UFG), doutor em Educação pela UFG, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Divino de Jesus da Silva Rodrigues** (PUC-GO), doutor em Psicologia pela PUC-GO - integrante titular externo e Prof. Dr. **Alba Cristhiane Santana da Mata** (PPGP/FE/UFG), doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela UnB - integrante titular interna. Durante a arguição os integrantes da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anderson de Brito Rodrigues

Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues

Prof. Dr. Alba Cristhiane Santana da Mata

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Divino de Jesus da Silva Rodrigues, Usuário Externo**, em 01/02/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Machado Alves Araújo, Discente**, em 02/02/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson De Brito Rodrigues, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2024, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alba Cristhiane Santana Da Mata, Professor do Magistério Superior**, em 16/02/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=confereir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 4347611 e o código CRC A7 009666.

Referência: Processo nº 23070.067251/2023-41

SEI nº 4347611

Dedico este trabalho a todos que acreditam que temos muito o que aprender com a história.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, pelo amor, incentivo e apoio fornecidos ao longo de toda minha existência, permitindo vibrar em mim o desejo pela vida e pelos estudos. Aos meus pais, Flávio e Fabíola, pela constante presença, orientação e amor. Meu avô, José Dafico Alves, pelo apoio e por ser um exemplo próximo de que títulos e realizações acadêmicas podem caminhar ao lado da humildade e da generosidade. Minha irmã, por ser minha companheira de todas as horas.

Agradeço aos meus amigos, que deixam minha caminhada mais alegre e me lembram da minha potência sempre que estou prestes a esquecê-la. Entre os tantos destaco: Fernanda, Bárbara, Victor, Ana Cristina, Guilherme, Wany, Luiza, Ana Carolina e Anna Carolina.

Agradeço especialmente ao meu esposo, Marco Aurélio, por me amar a ponto de perdoar as minhas ausências e me nutrir quando eu volto para casa. E à minha filha, Sofia, por me mostrar que eu sou capaz de muito mais do que imagino.

Agradeço aos meus professores. Alguns possuem seus nomes e suas feições guardados cuidadosamente em minha memória, nos quais encontrei a docência afetuosa e acolhedora que almejo realizar. Alguns deles: Pedro Gomes, Fernando Lacerda, Domenico Hur, Daniela Zanini, Camila Martins, Cláudio Ivan, Tahina Khan e Sandra Longhin.

Agradeço especialmente meu orientador Anderson de Brito Rodrigues, pela parceria pautada em um mútuo respeito e que foi, do início ao fim, enriquecedora e surpreendentemente leve. Às professoras Alba Cristhiane e Maria Lúcia Boarini e ao professor Divino de Jesus em suas ponderações para com meu trabalho, provando que a afetuosidade e a excelência podem caminhar juntas mesmo em momentos desafiadores.

Por fim, agradeço à UFG, por sediar e permitir essa conquista.

Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa vida. Deveriam também governá-la.

Wilhelm Reich

Sumário

Lista de Quadros	X
Resumo	XI
Abstract	XII
Introdução	13
Capítulo 1 - Saberes psicológicos na história do Brasil: alguns apontamentos	20
1.1 A psicologia médica” e seus desdobramentos na história da psicologia brasileira	20
1.2 Saberes psicológicos e educação	31
Capítulo 2 - Entre saberes e fazeres: caminhos e percursos percorridos	43
Capítulo 3 - Literatura de viagem do Século XIX e os saberes psicológicos no Brasil	58
3.1 Costumes: a cultura popular e os modos de viver a vida no Brasil	58
3.2 Diversidade religiosa: uma terra, muitos Brasis	74
3.3 Saberes sobre o comportamento: aprendizagem, educação e controle	84
3.4 Afetos e temperamento: emoções, caráter e autoconhecimento	94
Considerações Finais	101
Referências	107

Lista de Quadros

Quadro 1. Informações sobre as obras e saberes identificados.

Quadro 2. Saberes psicológicos agrupados em eixos temáticos e suas descrições.

Resumo

A história da psicologia brasileira é um campo de estudos de infinitas possibilidades, temos nela diferentes recortes temporais, perspectivas teóricas e metodológicas que nos apresentam um universo inteiro a ser desbravado. Essa dissertação se propõe a explorar uma dessas possibilidades: a história dos saberes psicológicos a partir dos relatos dos viajantes publicados no Século XIX. Por saberes psicológicos compreende-se aqueles produzidos e difundidos no cotidiano na forma de teorias ou práticas, sobretudo, aquilo que, após a concepção da psicologia enquanto ciência, tornou-se seu objeto. As fontes pesquisadas são diários de viagem de homens vindos ao Brasil no Século XIX, cujas missões eram as de registrar e detalhar informações sobre o país e levar conhecimento às autoridades sobre os vários aspectos de nosso território, incluindo geografia, botânica, economia, cultura e saúde da população, por exemplo. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado no materialismo histórico-dialético, cujas obras pesquisadas são de autoria de Auguste de Saint-Hillaire, George Gardner e Johann Baptist Emanuel Pohl. As obras pesquisadas consistem em grandes contribuições para a história da psicologia brasileira, sobretudo da história da psicologia em Goiás, proporcionando rica discussão sobre como nosso povo compreendia a psiquê, o comportamento humano e a sociedade. A leitura e análise crítica culminou na identificação e o mapeamento das seguintes categorias: “Costumes: a cultura popular e os modos de viver a vida no Brasil”, “Diversidade religiosa: uma terra, muitos Brasis”, “Saberes sobre o comportamento: aprendizagem, educação e controle”, “Afetos e temperamento: emoções, caráter e autoconhecimento”. A discussão permitiu a compreensão de que os saberes psicológicos precedem a psicologia científica e guardam estreita relação com a sabedoria popular, a filosofia, a medicina e a educação.

Palavras-chave: História da psicologia brasileira, História da psicologia de Goiás, Literatura de viagem, Saberes psicológicos e Psicologia e Educação.

Abstract

The history of Brazilian psychology is a field of study with infinite possibilities, we have different time frames, theoretical and methodological perspectives that present us with an entire universe to be explored. This dissertation aims to explore one of these possibilities: the history of psychological knowledge based on travelers' reports published in the 19th century. Psychological knowledge is understood as that produced and disseminated in everyday life in the form of theories or practices, above all, that which, after the conception of psychology as a science, became its object. The sources researched are travel diaries of men who came to Brazil in the 19th century, whose missions were to record and detail information about the country and bring knowledge to the authorities about the various aspects of our territory, including geography, botany, economy, culture and population health, for example. This is a bibliographic study based on historical-dialectical materialism, whose works researched are authored by Auguste de Saint-Hillaire, George Gardner and Johann Baptist Emanuel Pohl. The works researched consist of major contributions to the history of Brazilian psychology, mainly to the history of psychology in Goiás, providing rich discussion about how our people understood the psyche, human behavior and society. Critical reading and analysis culminated the identification and mapping of the following categories: “Customs: popular culture and ways of living life in Brazil”, “Religious diversity: one land, many Brazils”, “Knowledge about behavior: learning, education and control”, “Affects and temperament: emotions, character and self-knowledge”. The discussion allowed the understanding that psychological knowledge precedes scientific psychology and is closely related to popular wisdom, philosophy, medicine and education.

Keywords: History of Brazilian psychology, History of Psychology in Goiás, Travel literature, Psychological knowledge, Psychology and education.

Introdução

A psicologia tal como podemos compreendê-la na atualidade é um conhecimento científico produzido a partir de uma ampla gama de investigações e formulações teóricas, epistemológicas e metodológicas. Neste trabalho, consideramos que anteriormente ao processo de surgimento e desenvolvimento da psicologia como ciência já existiam preocupações com o comportamento, os hábitos, os costumes, e as emoções da população. Tal afirmação, qual seja, a de que os saberes psicológicos no contexto brasileiro preexistiram a uma ciência psicológica no mundo e no Brasil é a condição sobre a qual este trabalho se edifica.

Para apresentar o objeto de estudo a ser investigado é importante asseverar que desde a graduação já havia um interesse pelo campo da “história da psicologia”. Nesse período, interessava o fato de que diferentes paradigmas poderiam coexistir dentro de uma mesma ciência. Como o “fazer psicológico” poderia ser tão amplo e pluralizado? Compreendeu-se que a solidez de cada perspectiva se ancorava em diferentes correntes filosóficas, as quais reuniam características de um certo fluxo de pensamento, com conceitos, métodos e objetivos próprios. E, considerando a Psicologia como uma ciência que se propõe a compreender o ser humano em sua dimensão psíquica, é compreensível que ela seja, assim como seu objeto de estudo, complexa, diversa e, por que não, conflitante em alguns pontos.

No interior das problematizações teóricas apresentadas ao longo da realização do curso de graduação em Psicologia, havia um conteúdo extenso que advinha de outras regiões como Europa e América do Norte, supõe-se que isso se deva, em parte, por terem influenciado outros povos e nações por meio da produção e exportação de conhecimento, num processo de colonização do saber (Quijano, 2005). Mas, se cada civilização propõe seus próprios meios de compreender a natureza e o ser humano, deveria existir maior espaço para debater teorias africanas, asiáticas e sul-americanas, por exemplo. Desse modo, a formação em bacharelado contemplou a história de inúmeros conhecimentos e teorias psicológicas (das quais pouquíssimas eram brasileiras), suscitando algumas dúvidas, dentre elas: O que pode ser compreendido como saberes psicológicos? Que saberes se erigiram em nosso próprio território? De que forma estes saberes psicológicos estiveram presentes nos hábitos, nos costumes, influenciando os comportamentos da população brasileira no início do século XIX?

No programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás houve contato com leituras e discussões a respeito de tal temática. O aprofundamento teórico realizado tanto nas disciplinas quanto nos Seminários Avançados (grupos de pesquisa), contribuíram para que novas inquietações fossem despertadas: de que maneira os nossos antepassados, os povos tradicionais dessa terra, compreendiam o funcionamento psíquico do ser humano? Quais seriam, por exemplo, os saberes dos povos originários brasileiros e dos moradores das vilas de outras épocas acerca dos costumes, dos hábitos, das emoções, da aprendizagem e do desenvolvimento humano? Estas questões direcionavam um olhar acurado sobre o objeto, procurando decifrá-lo, interrogá-lo, e, ao mesmo tempo, propiciava o encontro com novas questões, novos desafios.

Este estudo se inspira na concepção marxista da história e constitui-se como uma pesquisa bibliográfica, a qual recorre ao conceito de saberes psicológicos. Nosso principal objetivo é identificar os saberes psicológicos presentes nos relatos de viajantes do Século XIX.

Para isso, não serão adotadas noções idealistas, teleológicas, universais e celebrativas da história. Não se trata aqui de conceber a história da psicologia enquanto uma descrição de fatos corridos, datados e enumerados. Nem tampouco de construir uma narrativa pretensiosamente neutra e que se detém no “único”, “memorável” ou no que foi realizado por “personagens importantes”. Será adotado o princípio de que a prática historiográfica e prática política coincidem (refuta-se a neutralidade) e o de que a natureza de seu objeto perpassa os processos construídos por homens e mulheres historicamente circunstanciados (não apenas se detendo nos “grandes acontecimentos” ou nas “grandes figuras”) (Salles, 2012; Monasta, 2010).

Neste estudo, o presente, ou seja, o panorama atual da psicologia como profissão institucionalizada e baseada no conhecimento científico, será a “chave” para identificar a psicologia do passado, ou melhor, os saberes psicológicos do passado. Não serão utilizadas categorias a priori, na tentativa de não limitar ou enquadrar o objeto de estudo em uma lógica que não seja àquela que ele próprio reclamar. Como orienta Neto (2011), neste processo, assumimos uma perspectiva para com o objeto, o que de novo corrobora com a impossibilidade de uma neutralidade científica.

A pesquisa bibliográfica permite o alcance a uma ampla gama de conhecimentos disponíveis em publicações distintas, o que promove uma melhor definição do objeto e do quadro conceitual que o envolve. Esse tipo de estudo permite uma flexibilidade metodológica, o que não quer dizer falta de rigor ou imprudência científica.

As narrativas de viagem revelaram-se como uma possibilidade de compreensão dos sinais da presença de conhecimentos psicológicos em terras brasileiras. Nestas obras podem ser encontrados conhecimentos relativos aos hábitos, costumes, comportamentos, emoções, educação, religião e aprendizagem da população que habitava o território goiano. Para fins desta pesquisa, as

ideias e os saberes psicológicos são definidos como teorias e práticas relativas a um local, tempo e comunidade, que podem ser rotuladas como “psicológicas”. O conceito do que é “psicológico” se manterá vago e pouco preciso, de forma que no decorrer da pesquisa seja substituído pelo termo que melhor se adequa ao campo estudado (Massimi, Campos & Brozek, 2008). Os saberes identificados nas obras pesquisadas foram organizados em eixos temáticos os quais abordam temas como: os costumes, a religiosidade, o comportamento humano, os afetos entre outros aspectos.

Sendo assim, é preciso ressaltar que o trabalho exposto não tem como propósito investigar os conhecimentos produzidos pela psicologia científica, mas sim tomar como objeto os “saberes psicológicos” presentes no interior da cultura brasileira. Para tanto, nos debruçamos sobre os relatos de viagem, obras, que em sua origem, não tem relação com a psicologia, mas podem ser consideradas fonte historiográficas que abrangem temas de interesse da psicologia. Sendo assim, os relatos de viagens são úteis para acessar os saberes psicológicos presentes na época em que foram relatados e nas comunidades que descrevem, tratando-se de um tema de interesse para a história da psicologia.

Esse gênero literário abrange uma constelação de autores e publicações que se interrelacionam (intertextualidade), exigindo a consideração de mais de uma obra ou autor quando há o interesse em se pesquisar a partir desse tipo de fonte. Os autores citam-se uns aos outros, fazem comparações entre as impressões suas e de seus colegas de ofício, anseiam conhecer caminhos, pessoas e lugares já descritos por outros, etc. (Leite, 1997).

O recorte temporal da pesquisa diz respeito às primeiras décadas do século XIX, momento no qual estiveram presentes diversos viajantes em nosso país. A opção por este recorte deve-se a diversidade de obras que retratam a presença dos saberes psicológicos em terras brasileiras e em Goiás, sendo este um critério de inclusão/exclusão. As fontes consultadas foram “Viagem às nascentes do Rio São Francisco” e “Viagem à província de Goiás” de autoria de Auguste de Saint-Hilaire (1779 - 1853), e que originalmente foi publicada em 1947; “Viagem ao interior do Brasil” escrito por George Gardner (1812 - 1849) e publicado em 1846; e “Viagem no interior do Brasil” escrito em 1832 por Johann Baptist Emanuel Pohl (1782 – 1834). Esses saberes emergem em contextos variados (nas zonas rurais e citadinas, nos arraiais ou nas aldeias) e versam sobre assuntos que hoje pertencem a diferentes áreas da psicologia, como por exemplo: desenvolvimento humano, personalidade, comportamento humano, psicologia social e comunitária etc. Boarini (2022) pontua que, embora esta compreensão não se entregue facilmente a nós, a psicologia nasce como especulações e reflexões que foram realizadas há anos e anos atrás, muito antes de sua delimitação como profissão ou ciência.

Os saberes psicológicos são constitutivos e constituintes das culturas existentes em distintas épocas, o que nos permite compreender como a cultura e o conhecimento psicológico influem um sobre o outro, afetando hábitos, costumes, subjetividades, comportamentos e sociedades inteiras. Sobre isso, Massimi (2012) pontua que há uma interdependência entre esses dois fatores, ou seja, sobre como a atividade psíquica se relaciona com a concepção de homem, sociedade e mundo em determinada cultura.

Massimi (2009) argumenta que a cultura é a produção do homem na qual se constroem os significados da realidade e tudo o que a permeia. Podemos falar de inúmeras culturas, não apenas uma, fruto da diversidade dos tempos, de espaços geográficos e de sujeitos culturais que existem e existiram no mundo. É interessante considerar que:

Sendo os processos culturais âmbitos onde acontecem formas e modos próprios de vivenciar e conceber o dinamismo psíquico, de orientá-lo, de formá-lo, de solucionar seus desvios, de promover sua saúde, as culturas constituem-se em ricos e variados acervos para o conhecimento psicológico (Massimi, 2009, p. 16).

Isso indica que a pesquisa historiográfica em psicologia poderá usufruir de fontes que tratam dos costumes de um povo, em uma determinada época. Isso inclui hábitos da população, regras e condutas sociais, festividades, etc. Quando se trata das características da cultura brasileira, é notável uma certa dualidade entre uma cultura que é pretensamente culta, elitizada e primordialmente transmitida via escrita e outra mais popular e oralizada. Mas, apesar disso, em determinados contextos há uma junção mais ou menos harmoniosa, como uma união de paradigmas antagônicos, convergindo para uma “cultura maior”: a cultura brasileira (Massimi, 2008). Dessa maneira, ao tratar deste tema, a pesquisa deve permitir que as divergências sejam identificadas e representadas. Mais do que isso, deve reconhecer a diversidade dentro dos próprios “eixos” (cultura oral x cultura escrita), pois diversos gêneros culturais contribuíram para essa composição, como por exemplo a cultura camponesa, indígena e afrodescendente.

Isto porque, no Brasil, os saberes psicológicos remetem a diversas culturas e etnias e os registros desses saberes passou a ocorrer no período colonial, antes disso predominavam aqui saberes difundidos de maneira oral (provenientes dos povos originários). A partir do processo de colonização, outras culturas foram se formando e difundindo oralmente, provenientes dos povos africanos, por exemplo. Houve também a disseminação via documentos e publicações, realizados principalmente por europeus, jesuítas ou pessoas influentes de formação europeia (Massimi, 2009/2012).

Sobre esses autores, Antunes (2014) esclarece que podiam ser de naturalidade brasileira ou portuguesa com formação jesuítica e europeia e, geralmente, possuíam cargos religiosos ou políticos. Pessotti (1988) argumenta que estes eram considerados como parte da elite de nosso país

nesta época, em termos de poder e/ou conhecimento, e se encontravam em um nível de formação e instrução muito superior ao da maioria da população brasileira.

É importante ressaltar que a formação de tais intelectuais possuíam um viés eurocêntrico, de modo que, mesmo entre os autores nascidos no Brasil, havia opiniões e impressões que estavam impregnadas de um ideal civilizatório europeu, o que se expressa por exemplo no preconceito que alguns tinham por pessoas afrodescendentes, indígenas ou “mestiças”.

Jacó-Vilela (2021) assinala que a história da psicologia brasileira muito se assemelha à história da psicologia em outros países periféricos da Ásia, África e América Latina. Isso ocorreu porque os países da Europa investiram, desde muito cedo (mais especificamente a partir do Século XV), na institucionalização do conhecimento, por meio da criação de universidades e de estudos guiados por rigores metodológicos. Logo, os processos sociais e políticos vivenciados naquela região contribuíram para o avanço de um modelo específico de ciência psicológica, posteriormente preconizado como o modelo ideal e superior de produção de conhecimento. Tendo em vista que a psicologia é uma ciência particular que avança conforme se modificam e se complexificam as cidades e com o avanço das tecnologias da comunicação, a consolidação da psicologia em nosso país haveria de ser diferente, dado que os processos culturais, políticos e econômicos que constituem nossa história foram bem diferentes daqueles presenciados pela Europa.

Como um país periférico e que foi colonizado, a produção de conhecimento psicológico era constituída por saberes produzidos pela população, juntamente com a importação de saberes provenientes dos centros de produção intelectual da Europa. Cabe destacar que diversos atores sociais contribuíram para a difusão de saberes psicológicos produzidos por estrangeiros em nosso território.

Seguimos uma compreensão da psicologia que vai além de sua manifestação moderna enquanto ciência e profissão – facetas emergidas no contexto da revolução industrial europeia, na segunda metade do Século XIX. Isto porque essa psicologia moderna, que está muitas vezes comprometida com a lógica do capital, e que se pretende precisa, metódica e pragmática, não nasceu alicerçada no modelo técnico-científica. Antes, foi produzida no exercício da reflexão, do pensar sobre si e da contemplação: práticas características do saber filosófico (Boarini, 2022).

Não são tradicionalmente dominantes em nosso país as discussões a respeito dessa “psicologia filosófica” e sobre a psicologia contemplativa e reflexiva construída em solo brasileiro, que pode ser encontrada, por exemplo, na “psicologia jesuítica”. De acordo com Massimi (2016), no Século XIX algumas camadas da sociedade brasileira compreenderam ser importante a construção de uma nação moderna, alinhada com novos moldes econômicos, políticos e culturais. Dessa maneira, o passado colonial é descredibilizado e recaem no esquecimento as produções

intelectuais e culturais surgidas nessa época. A autora relembra as contribuições dos jesuítas para a psicopedagogia e argumenta que o apagamento do passado colonial influenciou na “perda de memória” da psicologia brasileira sobre seu próprio passado.

Entretanto, não apenas os saberes psicológicos dos tempos coloniais estão esquecidos e descredibilizados, como também os saberes das populações rurais e tradicionais do Brasil. Rodrigues (2007) ao analisar documentos, revistas e relatos de viajantes do Século XIX acessa uma variedade de costumes e saberes da população brasileira, identificados em seu estudo como saberes psicológicos. Saberes estes que não aparecem normalmente no ensino de história da psicologia, mas que sem dúvida esclarecem sobre como a psicologia foi desenvolvida e consolidada no Brasil.

Finalmente, pela importância dos saberes psicológicos para a compreensão da história da psicologia e pelo oportuno recurso dos livros de viagem, este estudo tratará de responder à questão: que saberes psicológicos estavam presentes na sociedade brasileira, descritos no Século XIX, por alguns viajantes? A fim de responder esta questão, a pesquisa está estruturada em três capítulos descritos sucintamente a seguir.

O primeiro capítulo tem o objetivo de demonstrar a presença dos saberes psicológicos em solo brasileiro desde o período colonial. Atesta a colaboração dos saberes provenientes das diferentes práticas de cura - do curandeirismo à medicina científica – e busca apresentar como os saberes relacionado à cura das doenças volta e meia se dedicou a assuntos de ordem psicológica como saúde mental (a loucura, a melancolia, os “desvios sexuais”, etc.), questões sociais e culturais (higienismo social, teoria da degenerescência, eugenia, entre outros).

A educação está admitida em seu sentido ampliado, abrangendo as práticas e saberes acerca da criação de filhos dos povos ameríndios, a respeito do desenvolvimento humano e da organização de suas comunidades tendo em vista a liberdade individual e a democracia.

São elencados alguns dos saberes provenientes da educação, como as diversas contribuições realizadas pelos jesuítas: suas concepções pedagógicas, suas escolhas didáticas e seus documentos acerca dos temperamentos. A instituição de novos modelos educacionais propostos por meio das Aulas Régias, quando da expulsão dos jesuítas do Brasil. A criação de instituições de ensino e a profissionalização das carreiras ligadas como a medicina, o militarismo e os artífices. As ideias de homens públicos do Brasil acerca da disciplinarização da população. A consolidação da formação dos professores e o advento das Escolas Normais.

Será, portanto, um capítulo que contextualiza a história da psicologia brasileira, possibilitando a apropriação e a reflexão sobre esse tema, ainda que consista em uma narrativa limitada pelo tempo disponível para empreendê-la e pelo objetivo maior desta pesquisa, o qual será apreciado no capítulo três.

O segundo capítulo tem como objetivo apresentar o caminho percorrido para a realização da pesquisa. Consta nele a perspectiva teórica que embasa este trabalho e os procedimentos adotados, como por exemplo: as justificativas para a escolha das fontes, o processo de leitura e identificação dos saberes psicológicos, a organização dos resultados alcançados e esclarecimentos a respeito da discussão a ser empreendida no capítulo três.

Ademais, a literatura de viagem será descrita, a fim de apresentar detalhes a respeito desse gênero literário. O enfoque recai na literatura de viagem produzida a respeito do Brasil, do Século XVI ao XIX, com alguns exemplos de autores e assuntos abordados nas obras publicadas.

No terceiro capítulo, os saberes identificados são relacionados com estudos pertinentes, permitindo a sua contextualização e o aprofundamento das temáticas. Foram discutidos os seguintes eixos temáticos: “costumes: a cultura popular e os modos de viver a vida no Brasil”; “diversidade religiosa: uma terra, muitos brasis”; “saberes sobre o comportamento: aprendizagem, educação e controle” e “Afetos e temperamento: emoções, caráter e autoconhecimento”. Cada um deles traz consigo elementos que permitem uma compreensão abrangente dos saberes presentes no Brasil, nos oitocentos. Essas considerações reavivam o debate da psicologia como um saber que emerge do cotidiano, como propriedade imaterial dos povos e que, posteriormente, passa a ser elucidado no interior das academias.

É uma tentativa de compreender os primeiros sinais da psicologia em nosso país. A respeito dessa questão Massimi (1990) assevera que:

A documentação histórica e as revisões críticas relativas à psicologia brasileira do século XX são abundantes e podem ser encontradas em revistas especializadas, livros, arquivos de instituições públicas e de psicólogos, anais de congressos e, sobretudo, na memória viva de muitos protagonistas desse processo cultural, ainda atuantes no país. Este é um desafio para os jovens estudantes, para os psicólogos e os historiadores que queiram dedicar-se à recuperação e à preservação do patrimônio histórico da psicologia contemporânea, em nossa nação. É uma tarefa urgente e um recurso essencial para a formação da consciência crítica do psicólogo brasileiro, pois lhe permitiria situar e entender a psicologia no âmbito do mais amplo contexto cultural, social e político, libertando-o de um tecnicismo muitas vezes apontado entre as falhas graves da profissão. É um trabalho enorme a ser realizado abrangendo todo o território nacional (...). Todavia, esse trabalho, de grandes dimensões, poderá ser desenvolvido de forma mais fácil, sistemática e eficaz, na medida em que a preocupação com a memória da psicologia tornar-se uma característica difundida nos vários centros de pesquisa, didática e intervenção que constituem a estrutura dessa ciência no país. Por isso, qualquer tentativa de preservação, coleta ou indagação crítica, relativa a áreas ou âmbitos específicos da psicologia brasileira representa uma contribuição fundamental (p. 75-76).

Sendo assim, pretende-se com esse trabalho contribuir para os estudos em história da psicologia no Brasil, nutrindo sua memória e ampliando as discussões e os debates acerca dela.

Capítulo 1 – Saberes psicológicos na história do Brasil: alguns apontamentos

A psicologia no Brasil é uma área do conhecimento extremamente rica na qual existem inúmeras teorias e diferentes possibilidades de atuação psicológica, o que requer um cuidado especial no que diz respeito ao entendimento de sua história. Tendo em vista essa pluralidade, há de se admitir que sua história deverá ser igualmente plural e diversa, culminando em narrativas distintas que convergem para uma melhor compreensão daquilo que se passou e da própria atualidade.

De acordo com os objetivos desta pesquisa, torna-se relevante conhecer a história da psicologia brasileira a partir da compreensão de que ela não se constrói apenas em ambientes acadêmicos cujas pesquisas se voltam especificamente para o desenvolvimento da psicologia científica. Mas também por meio de saberes construídos em pesquisas provenientes de outras áreas (como veremos a seguir sobre as contribuições da medicina e educação), bem como dos saberes formulados na materialidade da vida humana. Em outras palavras, por meio da vivência e da observação de afetos e costumes, da necessidade de cuidar dos filhos e desenvolver lhes habilidades e aptidões, da importância de se compreender e curar estados patológicos de consciência ou de emoções, entre outros aspectos.

Este capítulo visa apresentar alguns saberes psicológicos que fizeram parte da história da psicologia brasileira, desde os tempos coloniais até o Século XIX. Para tal exposição será fundamental o diálogo com autoras e autores que tem contribuído para esta discussão no contexto brasileiro: Marina Massimi, Ana Maria Jacó-Vilela, Maria Lúcia Boarini, Mitsuko Antunes, entre outros.

1.1 - A “psicologia médica” e seus desdobramentos na história da psicologia brasileira

Ao nos depararmos com a história da psicologia no Brasil, será possível notar em vários momentos a sua interface com a medicina e a educação. No âmbito da medicina, ela se fez presente em concepções da psiquiatria, da higiene mental, da medicina legal e áreas afins. Consideramos que, o exercício de compreender a construção desses saberes não pode desconsiderar o espírito da época vivenciado em nosso país durante a produção desses saberes. Concorreu para essas formulações as mudanças pelas quais passavam nosso país no nível econômico, político e cultural.

Por isso, ao apresentarmos os principais saberes psicológicos difundidos na área médica, será indispensável situá-los no contexto em que tais saberes emergiram.

Sobre como e quando a medicina se erigiu em solo brasileiro, Viotti (2012), nos esclarece que “houve povos sem médicos, mas nunca houve povos sem medicina” (p. 17). Essa frase é importante para notar que, a medicina pretensamente científica e metódica, fora realmente uma importação portuguesa. Entretanto, havia aqui populações que desenvolveram suas próprias maneiras de identificar e tratar doenças – até mesmo doenças de cunho “psicológico”. Entretanto, por se tratar de tradições orais, aparecerão com maior frequência os saberes psicológicos produzidos e difundidos na medicina luso-brasileira.

Logo que chegaram ao Brasil, os portugueses pouco se organizaram no sentido acadêmico a fim de repassar de maneira estruturada os conhecimentos científicos que possuíam. Como consequência, havia pouquíssimos médicos em nosso território e parte dos jesuítas acabaram exercendo essa função, de maneira quase exclusiva, como forma de atender às demandas de saúde da população até meados do Século XVIII. Alguns vinham de Portugal com formação em medicina, outros desenvolveram suas habilidades de maneira informal, atuando com sangrias, cirurgias e prescrições de fármacos (Calainho, 2005).

Dentre as inúmeras doenças as quais os médicos e curandeiros poderiam se propor a curar, estavam também os delírios, a loucura ou a histeria. Viotti (2012) apresenta recortes que narram como, na província de Minas Gerais, no Século XVIII, o cirurgião português José Antonio Mendes, cuidava da “louquice” de negros e outras pessoas com pancadas do entrecasco de uma árvore chamada caraíba, na cabeça. A autora afirma que as receitas médicas poderiam variar de acordo com o perfil do paciente (se negro ou branco, homem ou mulher, etc.) e que as mulheres eram mais diagnosticadas com problemas mentais que homens, fator explicado por terem as paixões mais afloradas, por serem mais sensíveis e por possuírem os nervos mais fracos.

Ainda sobre as contribuições da medicina para a compreensão das mulheres, pouco se falava sobre sua fisiologia ou anatomia. Não havia tratados específicos para elas como já havia para os negros e as crianças. Das poucas vezes em que apareciam nos livros, era para serem estudadas durante o processo de gravidez. Apesar dessa lacuna, alguns dos saberes psicológicos dos médicos acerca das mulheres são expostos a seguir: eram consideradas particularmente propensas para vícios morais como o uso da imaginação (o que poderiam aproximá-las da morte e de doenças) e o fingimento; consideravam que os traços físicos do bebê eram fortemente influenciados pela imaginação da mãe (daí poderia resultar importante motor para a culpa materna); os cuidados com

crianças do sexo masculino eram detalhados em diversos textos, já para com as crianças do sexo feminino, indicava-se apenas vigília, para que se casassem donzelas (Viotti, 2012).

Abreu (2011) traz algumas contribuições acerca dos saberes médicos luso-brasileiros do Século XVIII. Sobre os saberes acerca da gravidez, afirma que os nascimentos monstruosos (crianças com más formações) eram por vezes relacionados aos maus comportamentos da grávida durante a gestação e à imaginação da mãe.

Del Priori (2004) afirma que entre os Séculos XVI e XVIII, as doenças eram explicadas pelos médicos portugueses a partir de uma lógica religiosa em que estas surgiriam para punir e expurgar os pecados cometidos pelo paciente. Nesse sentido, o corpo humano era expressão dessa luta entre a virtude e o pecado, o bem e o mal, Deus e o diabo. No que tange às mulheres, estas eram consideradas como particularmente suscetíveis às investidas do mal, o que as fazia pecar com frequência, ao contrário dos homens.

A autora afirma que essas explicações dogmáticas próprias do obscurantismo medieval se mantiveram mesmo quando, em países como França, Holanda e Inglaterra, descobertas esclarecedoras eram realizadas a partir do recém-criado microscópio. Alguns dos fatores que contribuíram para esse atraso foi a Inquisição, que perseguiu e expulsou propagadores de ideias científicas que estavam sendo investigadas na época, sob a acusação de serem heresias. Dessa forma, a formação em medicina se manteve em muito tempo impregnada por teorias antigas preconizadas por Aristóteles e Galeno (Del Priori, 2004).

Assim, os saberes provenientes da medicina acerca das mulheres frequentemente circunscreviam sua biologia a questões de ordem moral e metafísica. Isto porque sua condição biológica, como seus tecidos moles, o útero e o sangue menstrual eram interpretados como predisposições à suavidade e ternura, mas também à melancolia, histeria, ninfomania, entre outras doenças. Assim, a medicina lusitana promovia e mantinha saberes baseados na desconfiança na mulher, por interpretá-las como pessoas suscetíveis a doenças intimamente ligadas à sua biologia, aos seus comportamentos e à sua moralidade. Por fim, a mulher “bem constituída” (p. 84) para os médicos era aquela que viveria para a procriação, consolidando o destino definido pela sua constituição física (Del Priore, 2004).

Conforme podemos ver, o saber médico frequentemente esbarrava em questões comportamentais, morais e religiosas. Dessa maneira, também se dedicavam ao estudo da educação e do controle moral e à compreensão dos comportamentos viciosos (tais como luxúria, bebedice, jogos de cartas, furto, preguiça). Aos comportamentos viciosos frequentemente atribuíam as causas

de diversas doenças, de forma que as orientações médicas poderiam abranger expulsão das prostitutas das cidades, prática comedida do ato sexual, abolição do concubinato, entre outros. Consideravam os escravos um povo vicioso e imoral, investindo contra eles represálias e censuras (Viotti, 2012).

Sobre a interferência da medicina nos comportamentos e costumes da população, Abreu (2011) transcreve um trecho do médico Francisco de Melo Franco, em sua obra “Medicina Teológica” (1791), no qual desencoraja a ida a locais como prostíbulos, casas de jogos e tabernas. O médico censurava comportamentos viciosos e afirmava que eles tornavam os ambientes pestilentos, pois ali estariam corpos adoecidos. E, embora no início do Século XVIII ainda houvesse profunda ligação entre os preceitos religiosos e a medicina, paulatinamente a medicina foi tentando se desvencilhar da ideia de pecado e formulando outros parâmetros para aconselhar ou desaconselhar determinadas atitudes em seus pacientes e na comunidade em geral.

Ainda sobre o Século XVIII, era comum a vinculação das doenças à teoria dos humores de Hipócrates e compreendiam que a alma (de onde nasciam os afetos e as paixões) estavam diretamente ligadas ao funcionamento do corpo (Viotti, 2012).

Dessa forma, conseguimos apreender algumas das teorias e saberes psicológicos difundidos no contexto médico e presentes nesse período da história. Em suma, os saberes aqui mencionados versavam sobre: os vícios e seus impactos para as pessoas e sociedade, o tratamento das doenças mentais (loucura, melancolia, delírios etc.), a relação entre corpo e mente e os saberes sobre a mulher do Século XVIII. Embora esses saberes já circulassem entre a cúpula médica, de acordo com Antunes (2014), as preocupações dos médicos acerca de temas psicológicos se adensaram somente a partir da criação das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1832. Ao fim do curso, cada discente deveria apresentar uma tese de doutoramento de modo que a primeira tese (que se tem notícia) dedicada a um assunto de ordem psicológica data de 1836, de Manoel Ignacio de Figueiredo Jaime, com o título: “As paixões e afetos d’alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e o amor da pátria” (p. 21). Serão comuns nessa época a pesquisa a diversos temas, entre os quais: “paixões ou emoções, diagnóstico e tratamento das alucinações mentais, epilepsia, histeria, ninfomania, hipocondria, psicofisiologia, instrução e educação física e moral, higiene escolar, sexualidade e temas de caráter psicossocial” (p. 20). Temas relativos à sexualidade também aparecem: o onanismo (ou “coito interrompido”, em uma expressão mais atual), a ninfomania, a prostituição etc.

Rocha (2000), em seu estudo sobre as teses de doutorado da Faculdade de Medicina da Bahia, afirma que as primeiras teses que englobavam assuntos de ordem psicológica foram publicadas a partir de 1945. Dentre os assuntos pesquisados constam estudos sobre a atividade intelectual, o desejo, as emoções, a fisionomia, o stress, a vontade, o temperamento, o sonho e as psicopatologias. As psicopatologias estudadas foram: a alucinação, o delírio, a desordem psíquica, a epilepsia, a hipocondria, a loucura, a melancolia, a neurastenia, a necropatia, o sonambulismo, a alienação, os distúrbios, a histeria e a patologia. Dos autores mais citados constam: Bénédict Morel (1809 – 1873), Charles Samson Féré (1852 – 1907), Dominique Esquirol (1772 – 1840), Hipócrates (460 – 377 AC) e Jules Bernard Luys (1828 – 1897). Já os autores citados que são diretamente ligados à psicologia podemos citar: Wilhelm Wundt (1832 – 1920), Alfred Binet (1857 – 1911), Théodule Ribot (1839 – 1916), Descartes (1596 – 1650), Hebert Spencer (1820 – 1903).

Massimi (1990) ressalta que houve significativa influência do materialismo francês na emergência de assuntos psicológicos no campo da medicina. Isso se deu porque esta perspectiva teórica compreendia os fenômenos psíquicos como consequências da biologia humana. Nesse sentido, a medicina se tornava responsável pela prevenção e supervisão do bem-estar da sociedade e dos indivíduos – tal área médica denominou-se “higiene social”. A partir daí vão surgindo conceitos, teorias e tratamentos que compõem uma espécie de “psicologia médica”.

Essas mudanças chamam a atenção para uma mudança de paradigma no que diz respeito às áreas do saber nas quais discutem-se as ideias e saberes psicológicos, deixando o âmbito da teologia e filosofia para uma apropriação pela perspectiva científica adotada pela medicina. Percebemos que no século XIX a medicina brasileira começa a consolidar-se e, dessa forma, expandem-se as discussões acerca de temas psicológicos (Souza & Jacó-Vilela, 2008).

Boarini (2022), por sua vez destaca que o contexto econômico de emergência do liberalismo e a crescente valorização do homem e sua racionalidade, em detrimento da religião e filosofia, também colaboraram para que as reflexões acerca da mente e comportamento humanos fossem realizadas pela ciência. Dessa forma, a psicologia foi pouco a pouco sendo concebida a partir do modelo das ciências naturais (física, astronomia, matemática, biologia etc.) e guiada pelos métodos da observação e experimentalismo.

Conforme os anos iam passando, o Brasil, ainda imperial, iria construindo condições sociais e econômicas que conflitavam com essa condição política defasada. Entretanto, Patto (2008) salienta que o conflito principal para a Proclamação da República, ocorrida em 1889, não era:

Fruto de uma antiga e irreprimível aspiração republicana nacional, que se teria manifestado desde os movimentos revolucionários ocorridos depois da Independência; não foi também expressão do desejo libertário de segmentos oprimidos das classes populares ou dos anseios liberais de uma nascente classe média urbana, que os militares representariam. Ela foi sobretudo resultado de uma cisão da classe dominante em função de mudanças econômicas que ocorreram a partir de 1850 e resultaram, ainda no Império, no exercício cindido do poder econômico e do poder político pelas elites (p. 187).

Nesse contexto, havia relações de trabalho as mais desumanas, seja no campo ou nas cidades. O que vai colaborar para as primeiras reivindicações trabalhistas, por parte dos trabalhadores das fábricas, bem como para o aumento da ocorrência dos crimes nas cidades. Para tanto o Estado se valia de intensa brutalidade para conter todo e qualquer evento considerado inadequado. Dessa maneira, enquanto o Estado se propunha a solucionar o problema a partir da violência, outros atores sociais acabavam por procurar estratégias para impor a ordem e a moral com a qual gostariam de conviver no Brasil (Patto, 2008).

Nesse cenário, a burguesia cultivava determinados sentimentos e objetivos para sua classe social: sentiam-se humilhados pela situação atrasada e pouco civilizada aos olhos europeus, possuíam certo medo do povo, desejavam aumentar seu capital e havia uma vontade genuína por parte de alguns de melhorar as condições precárias de saneamento que aumentavam as endemias e epidemias em nosso país. Dessa maneira, a República Federativa do Brasil surge em meio ao racismo, moralismo e antiliberalismo (Patto, 2008).

Havia um contexto de fortalecimento de uma estrutura republicana, para isso operava uma perspectiva biopolítica que apresentava propostas de ações em nível de sociedade e indivíduo. Era complexo o quadro econômico-político: o progressivo fim da escravidão relegava a população negra ao abandono, aumento vertiginoso na imigração, crescimento industrial – que intensificava a urbanização dos espaços, adensamento populacional nas capitais, exploração do trabalho feminino e infantil – entre outras questões (Menezes, 2011).

Esse adensamento populacional vinha acompanhado de uma incapacidade urbana de suprir adequadamente as necessidades dos novos moradores das cidades. As pessoas viviam numa condição sanitária precária, não havendo uma adequada rede de esgoto e de escoamento das águas das chuvas, por exemplo. Além disso, a população sobrevivia a surtos de epidemias como de febre amarela e varíola. Nesse sentido, a ação dos médicos foi de insistir fortemente na urgência de melhorias frente: vacinação da população, fornecimento de água potável, redes de escoamento adequado de esgoto, condições salubres para o trabalho e a moradia (Figueira, 2014; Moura & Boarini, 2012).

Vale destacar que esse cenário de repentino e mal planejado desenvolvimento ocorreu de formas e em tempos distintos no território brasileiro. Aragão (2017) em seu texto sobre “A cidade brasileira e a casa no Século XIX”, nos conta que as transformações das cidades foi mais intensa nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. Já nas cidades do interior do país, a configuração poderia ser completamente diferente. Essa informação permite-nos compreender porque a descrição dada pelos viajantes do Século XIX sobre as vilas, arraiais, aldeias e estradas são tão destoantes dessa realidade urbana e metropolitana.

Entretanto, não se via apenas as questões puramente fisiológicas como urgentes para uma nação ordeira e próspera. Alguns hábitos e costumes da população também eram vistos como fatores de “adoecimento”. Buscava-se que os indivíduos tivessem uma “mente sã”, o que implicava em uma série de medidas preventivas e de tratamento individuais e coletivos (Figueira, 2014). Ou seja, apesar das condições sanitárias realmente reclamarem soluções em nível de saúde pública, as interpretações e as ações tidas sobre aquele contexto incorporaram a ideologia da burguesia que aspirava mais poder (Boarini, 2022). Nesse início do Século XX, as atenções médicas se voltaram para todos os que possuíam singularidades encaradas como “desvios mentais”, procurava-se tratamento para os alienados, estivessem eles em qualquer lugar (nas casas, nas escolas, nas instituições de segurança pública). Adicionalmente, buscava-se diminuir a criminalidade, o ostracismo, a doença mental e a pessoa tida como “anormal”. Em outras palavras: os mendigos, as prostitutas, os loucos, os ladrões, os bêbados, os moradores dos cortiços, negros, enfim, todos aqueles que de alguma maneira poderiam perturbar os imperativos de ordem, progresso e disciplina (Quadros, 2011). As bases para essas ações poderiam provir de saberes psicológicos emergidos da medicina legal, psiquiatria ou mesmo da psicologia experimental da época, como veremos adiante.

Em um estudo feito a respeito da penetração e manifestação do higienismo na cidade de São Paulo nos Séculos XIX e XX, afirma-se que esse movimento foi praticado a partir da importação de hábitos europeus, com uma crescente tentativa de renegar tudo aquilo que remetesse ao que era “tipicamente brasileiro”; desde o clima e condições geográficas até mesmo a cultura e costumes nacionais (Sobrinho, 2013). Dessa forma, o objetivo não era apenas buscar a “saúde” da população, mas também havia um desejo de uma “europeização” do país.

Além da importação de costumes e modos de vida, diversas teorias europeias foram exploradas em nosso território no Século XIX. Schwarcz (1993) cita algumas dessas teorias: o evolucionismo, o darwinismo social, a teoria da degeneração, o determinismo geográfico, o determinismo de cunho racial, a eugenia etc. Essa seleção nas traduções das obras indicava uma

preferência pela difusão de ideias que promoviam o conservadorismo e o autoritarismo. Em outras palavras, os saberes psicológicos que foram selecionados e incrementados ao que ficou conhecido como o Higienismo Mental, expressavam os desejos e as perspectivas da sociedade dominante da sociedade brasileira do Século XIX e XX (Boarini & Yamamoto, 2004).

Embora muitas teorias tenham sido importadas para solo brasileiro, houve muito pioneirismo dos estudiosos da época no sentido de empreenderem suas próprias observações, experimentações e modificações. De modo a torná-las mais coerentes com o contexto de miscigenação do nosso país (Schwarcz, 1993).

Antunes (2014) assinala que o final do Século XIX e início do Século XX delineia um momento em que a psiquiatria e a psicologia no Brasil vão gradualmente delimitando suas áreas. O Brasil encontrava-se naquele cenário já mencionado no tópico anterior, no qual a população crescia, algumas cidades se industrializavam, ao mesmo tempo em que a infraestrutura e a ordem social não se faziam presentes. Nesse sentido, a política e a camada intelectual da sociedade acreditavam vir da Medicina, os “remédios” para os males que assolavam os brasileiros (Antunes, 2014).

Para tanto, a psiquiatria e a psicologia lançavam suas ações. Como já mencionado, era comum a concepção hereditária dos problemas mentais, sobretudo da loucura (teoria da degenerescência). Também corria a ideia de que a pessoa anormal deveria ser retirada do convívio social, como forma de contenção de suas ações. Assim se constituíam as balizas de algumas das instituições asilares da época, a partir dessas instituições promoveu-se a criação de laboratórios de psicologia que serão apresentados a seguir (Antunes, 2014).

Apresentamos a instituição conhecida como o primeiro hospício brasileiro, denominado Hospício Dom Pedro II, no ano de 1852, na cidade do Rio de Janeiro. A instituição ficava numa construção grandiosa, com tendências neoclássicas, estátuas, espaçosos pátios internos e uma capela. Toda a arquitetura do lugar fora baseada na instituição modelar localizada na França, o hospício de Charenton, cujas especificações foram formuladas pelo psiquiatra Jean-Étienne Esquirol. Apesar dos esforços empreendidos para a construção, o grande contingente de doentes e necessitados fora intenso demais para a única instituição de saúde mental do império. Todas as alas eram pagas e, ocasionalmente, eram admitidos indigentes de forma gratuita. O hospício tinha a função simbólica de evidenciar a modernidade científica e tecnológica presentes em nosso território: que, por um lado, nossa sociedade se complexificara a ponto de produzir quadros de loucura e que, por outro, se encontrava em condições científicas o suficiente para tratá-las. Além disso, a instituição também tinha, desde o início, um propósito terapêutico genuíno evidenciado

pelos cuidados nos cuidados e esforços empreendidos para sua construção (Teixeira & Ramos, 2012; Gonçalves, 2013).

Nesse sentido, os alienistas (médicos especialistas nos quadros de loucura e demais afecções da razão) brasileiros se comprometem com o tratamento, entretanto, assim como a então conjuntura do nosso Estado, o hospício Dom Pedro II funcionava sob grande intervenção religiosa das freiras da Ordem de São Vicente de Paulo dos enfermeiros que eram subordinados a elas. Em função dessa combinação, o tratamento expedido, era sobretudo caritativo e de cunho religioso, com uma menor participação das intervenções medicamentosas. Os médicos da instituição não concordavam com esta realidade interna e intentaram várias maneiras de tomar as rédeas da instituição e dos tratamentos por ela oferecidos. Até que, após a Proclamação da República, no ano de 1890, o hospício foi desvinculado da Santa Casa de Misericórdia, tornando-se Hospício Nacional dos Alienados, quando enfim se dá a medicalização da instituição (Teixeira & Ramos, 2012).

Como foi mencionado anteriormente, o racismo científico era uma corrente de pensamento que influenciava pesquisas, teorizações e atuações no meio médico. Nos hospícios não era diferente. Visitantes estrangeiros compreendiam que o Hospício Dom Pedro II deveria ser um retrato da sociedade brasileira e, portanto, esperavam que lá estivessem número considerável de negros e indígenas, pois suas teorias atestavam para uma inferioridade mental desses sujeitos. Entretanto, lá a maioria dos internos eram brancos, europeus ou brasileiros. Para eles, isso deveria ser um atestado de uma possível resistência dos negros e indígenas para o adoecimento mental. Como podemos perceber, suas interpretações não abarcavam considerações sócio-econômicas, o que impedia de constatar que, por ser uma instituição particular, ela atendia a elite brasileira, da qual negros (escravos ou libertos) não faziam parte. Para estes, em caso de perda da razão, restava apenas o abandono (Teixeira & Ramos, 2012).

Outros saberes psicológicos presentes eram acerca da interferência do clima no adoecimento mental. Para os alienistas dos Séculos XVIII e XIX, o clima tropical interferiria na apresentação dos problemas mentais, bem como na sua evolução e tratamento. Tal compreensão se tratava de uma visão neo-hipocrática do alienismo e colaboravam para essa construção alguns autores estrangeiros como: Phillippe Pinel, Jean-Éthiene Esquirol, Joseph Guislain e Moreau de Tours. Por fim, os alienistas compreendiam a loucura como um problema advindo de questões físicos e morais, para a qual utilizavam-se o tratamento físico-moral de Pinel e a teoria das paixões para o tratamento dos indivíduos alienados (Teixeira & Ramos, 2012). Mais detalhes acerca dos tratamentos prescritos baseados nessas teorias podem ser vistos em Gonçalves (2013).

Referências similares constavam na atuação das Casas de Saúde, instituições particulares inauguradas a partir de 1860, na Corte. Dentre elas estavam: a Casa de Saúde do Dr. Eiras, Casa de Saúde Dr. Peixoto, Casa de Convalescença etc. Tais estabelecimentos se dedicavam a atender pacientes da elite brasileira, que não desejavam ser tratados juntamente com pessoas de outras classes sociais, e cujos sintomas eram de cunho mental (Gonçalves, 2013).

Tendo em vista a transformação do Hospício Dom Pedro II em Hospital Nacional dos Alienados (HNA), no ano de 1890, que novidades acerca dos saberes psicológicos surgiram? Antunes (2014) pontua dois fatores relevantes que justificam apresentar essa instituição, ainda que ela contivesse elementos similares àqueles presentes no Hospício Dom Pedro II. Em primeiro lugar, pontua-se a criação do provável segundo laboratório de psicologia do país, já no Século XX, em 1907. Poucas são as menções a esse laboratório na literatura e as que existem não detalham sobre as correntes teóricas que norteavam suas experimentações.

Como podemos ver, nos anos em que o Hospício Dom Pedro II funcionava, alguns dos saberes psicológicos que se faziam presentes eram: 1) concepções biologicistas sobre raça e suas interferências no funcionamento mental (racismo científico ou, ainda, teorias eugênicas) e 2) concepções neo-hipocráticas¹ que versavam sobre a interferência do clima nos problemas mentais. Também se faziam presentes as terapêuticas coerentes com a teoria das paixões e o tratamento físico-moral de Pinel². Em segundo lugar, Antunes (2014) cita a mudança de gestão, ocorrida em 1902, ficando a cargo do médico Juliano Moreira. Sua gestão imprimiu transformações importantes, como as descritas por Oda e Dalgalarrodo (2000), o que se deu em virtude de Moreira ser afeito às ideias de Kraepelin e demais correntes modernas da psiquiatria. Dentre as suas realizações estão: a criação de laboratórios, criação de vagas para diversas especialidades médicas, retirada de coletes, camisa de força da instituição, ampliação das técnicas terapêuticas (isolamento, repouso, tratamentos morais, persuasão, clinoterapia, eletroterapia, banhos mornos ou frios, prescrições medicamentosas, laborterapia, hipnose, tratamentos estes fundamentados nas proposições de Pinel, Kraepelin e Charcot) (Facchinetti, 2018). Via-se então, no início do Século XX, no âmbito do alienismo (ou psiquiatria), o desenvolvimento e difusão de saberes acerca da

¹ Que remetem às concepções de Hipócrates para a identificação e tratamento das doenças.

² O tratamento moral ou físico-moral de Pinel, compreendia que era possível realizar mudanças importantes no comportamento dos alienados por meio de atitudes humanas (porém firmes), da equipe técnica. Algumas dessas atitudes incorporadas no tratamento moral eram: repressão, intimidação, doçura, filantropia, entre outras. Havia, portanto, uma tentativa de associar a tolerância e o humanismo (atitude bem valorizada na época) à estudos racionais e metódicos. Além disso, era comum a adoção de procedimentos que envolviam o fator “socialização”, como por exemplo a imposição do trabalho (a laborterapia), pois a perda da razão geralmente afetava a capacidade produtiva do sujeito (Pereira, 2004; Tarelow, 2011).

etiologia, prevenção e tratamento de problemas mentais. Esses tratamentos consistiam nas primeiras “psicoterapias” feitas no contexto de instituições de saúde mental brasileiras.

Outra instituição criada no fim dos oitocentos foi o Hospital do Juquery, situada na cidade de São Paulo, a partir do que era antes o Asilo Provisório de Alienados, em 1898. Na data de sua criação, fora seu diretor o alienista Francisco Franco da Rocha, médico cuja formação havia sido fortemente influenciada pelas teorias da época, a saber: a teoria da degenerescência, a eugenia e o positivismo (Antunes, 2014; Lanzellotti, 2018). Juquery fora concebido num modelo de colônia agrícola (o que auxiliava na oferta de laborterapia) e de portas abertas para que houvesse relativa liberdade de seus internos. Suas práticas iniciais eram sobretudo pautadas em uma perspectiva assistencialista, ainda que tivesse respaldo científico e protagonismo da medicina. Sua modernização viria somente no Século XX, com a direção de Antonio Carlos Pacheco e Silva, a partir de 1923, tendo como base de atuação uma visão organicista da loucura.

Outras instituições como a Colônia dos Psicopatas do Engenho de Dentro e a ampliação do alcance do pensamento higienista seriam vistos somente no Século XX. Neste novo século, foram criadas instituições como a Liga Brasileira de Higiene Mental, no ímpeto de redirecionar os rumos da sociedade.

Com o exposto, compreendemos que os Séculos XVIII e XIX são marcados pela progressiva apropriação da medicina sobre os saberes psicológicos, bem como o aprofundamento de discussões desse âmbito. Alguns desses saberes, principalmente aqueles relativos ao higienismo, vão ganhando cada vez mais espaço e validação nas camadas privilegiadas da sociedade, de maneira que passam a ser considerados fundamentos para guiar um processo político de reestruturação da sociedade brasileira. Nessas intervenções, os planos dos dirigentes e da burguesia era o de formar uma população afeita ao trabalho, disciplinada e cujos costumes se aproximassem àqueles dos europeus.

Dessa forma, encerramos o Século XIX com uma crescente investida em saberes que mais tarde foram conhecidos como do âmbito da psicopatologia, abrangendo desde a prevenção, até a taxonomia as intervenções terapêuticas. De forma que as ações preventivas geralmente foram sendo direcionadas para a população em geral, e as intervenções poderiam ser aplicadas em consultórios e instituições asilares.

Neste ponto cabe salientar que esse *boom* de progresso não foi sentido por todos os lados do território brasileiro. Esta era uma realidade das cidades maiores, já mencionadas anteriormente (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife). Longe dos portos e rumo ao oeste, as pessoas viviam

realidades completamente distintas, a partir de agricultura de subsistência, garimpo, trocas ou pequenos comércios locais. Era essa a realidade vislumbrada pelos viajantes, quando se adentraram nos caminhos do interior do Brasil.

Além desses saberes impulsionados pela medicina, a psicologia também fora estudada e ampliada nos setores da educação e em estratégias políticas de controle da população. Sobre esse assunto iremos nos deter logo a seguir.

1.2 - Saberes psicológicos e educação.

A fim de abordar os saberes psicológicos promovidos pela educação e pelas estratégias de disciplinarização que circularam no Brasil, voltaremos ao Século XVI e nos deteremos no fim do Século XIX, tal como foi feito na exposição acerca dos saberes provenientes da medicina. Partimos de um conceito ampliado de educação, o qual inclui desde os modelos de educação (ou criação) dos filhos aos processos formais de educação (promovidos pelas escolas e preceitos pedagógicos).

Nesse sentido, salientamos os costumes e crenças indígenas a respeito da criação de filhos. Rodrigues (2007), em sua tese de doutorado a respeito dos saberes, costumes e crenças presentes na história de Goiás, demonstra que os cuidados com os filhos começam, em alguns povos indígenas, antes do nascimento. Dos cuidados perinatais existentes, havia a preocupação com a alimentação dos pais do bebê, que derivava da crença de que essa dieta poderia influenciar positivamente na saúde do filho.

O autor afirma que o parto era realizado de maneira rápida e fácil, após o qual mãe e filho banhavam-se no rio. Além disso, a mãe privilegiava a amamentação, o contato pele a pele e levava sempre seu filho nas tarefas que desempenhava. Esses cuidados indicam a compreensão que essa fase da vida exige cuidados especiais e que a proteção materna deve ser exercida (Rodrigues, 2007).

Além disso, foram comparados os modelos de criação de filhos dos povos indígenas e dos moradores das vilas e arraiais do Século XIX, na Província de Goiás. Nesta análise, Rodrigues (2007) discute que estes deixavam seus filhos crescerem sem muitas intervenções educativas, a infância não era alvo de atenções especiais, por consequência as crianças tinham contato com prazeres condenáveis (não eram inocentes), não brincavam juntas e não eram alegres. A juventude era uma fase focada na consumação dos prazeres e logo a adulez viria, trazendo consigo a apatia, o tédio e a bebedice.

Os indígenas, por outro lado, frequentemente tinham uma infância caracterizada por uma atenção materna consistente, convívio alegre e descontraído entre as crianças da mesma idade e a ausência de castigos mesmo diante de travessuras próprias da idade. E a fase adulta trazia a independência dos familiares, a perpetuação dos costumes de sua comunidade e a formação de novas famílias. Por fim, a terceira idade estava associada a um momento respeitado, no qual o idoso era visto como uma pessoa sábia e detentora de autoridade (Rodrigues, 2007)

Guimarães (2022) discute a importância de revisitar a história do saber psicológico, a fim de ressaltar suas contribuições e realizar revisões semânticas, teóricas e práticas. O autor cita que diversas populações originárias da América compreendiam a existência de pelo menos seis possibilidades de gêneros. Outro saber importante é o da ampla participação dos indígenas nas tomadas de decisão da comunidade, para eles essa prática sustentava a liberdade de cada um.

Apesar das inúmeras contribuições, muitos desses saberes foram e ainda são ocultos e apagados. Ao chegar ao Brasil, os europeus presenciaram uma realidade bem diferente daquela existente em seu continente. Havia cerca de oito milhões de indígenas, população hoje reduzida a mais ou menos um milhão de pessoas, graças à violência e à imprevidência com que foram tratados (Jacó-Vilela, 2021). Tornava-se imperioso que aquela população, tão diferente da europeia, aderisse aos seus modos de vida e atendessem às necessidades econômicas dos colonizadores (Lopes, Filho & Veiga, 2000).

Àquela época, o Estado e a Igreja Católica tradicionalmente se manifestavam como instituições fundidas e indissociáveis, de forma que a cristianização e a europeização se tornavam processos também indissociáveis. Portanto, havia uma lógica de expansão mercantil de matriz econômica que não se distanciava do projeto de “cristianização do orbe” (Netto, 2012). Ocorreu então que as necessidades mercantilistas se uniram às necessidades missionárias da Igreja e uma das formas encontradas para saná-las foi a partir da catequese, realizada pelos membros da Companhia de Jesus (Paiva, 2015).

A Companhia havia sido fundada em 1539, sendo que seus participantes se comprometiam com: o combate (inclusive no sentido militar) em favor do catolicismo, a propagação da fé católica, a execução de obras de caridade e o ensino das “verdades do evangelho”. Chegaram ao Brasil em 1549, exercendo o ofício da educação de maneira exclusiva em nosso país até o ano de 1759 em razão da Reforma Pombalina (Mesquida, 2013). Suas formulações pedagógicas, filosóficas e institucionais representam importantes saberes psicológicos da época e merecem ser aqui detalhados.

Inicialmente, a Companhia tinha como objetivo a educação dos indígenas, o que englobava principalmente ensino das letras, dos números e dos valores cristãos. Entretanto, em algum momento os jesuítas decidem que a alfabetização não era essencial, focando a catequese indígena apenas na moral cristã. Com isso, seu sistema de ensino voltou-se principalmente para as crianças das classes privilegiadas (Lopes, Filho & Veiga, 2000).

Mesquida (2013) esclarece que o sistema de ensino da Companhia de Jesus tornou-se um modelo amplamente praticado no Brasil e possuía como guia o *Ratio Studiorum*, cujos fundamentos marcantes eram: o pensamento tomista-aristotélico, a influência humanista e a racionalidade baseada na fé cristã (escolástica). Segundo o mesmo autor:

A concepção do ensino/aprendizagem alicerçada na metafísica tomista-aristotélica gera um monólogo pedagógico – professor (causa eficiente) para os alunos (causa material) – cabendo ao aluno apreender o conhecimento transmitido e, eventualmente, dar resposta às questões colocadas pela autoridade pedagógica (Mesquida, 2013, p. 241).

Na perspectiva tomista-aristotélica, havia entre os homens um talento natural (ou seja, inato) para o desenvolvimento do pensamento. Isso porque, sendo Deus um ser pensante, nosso pensamento também deveria assemelhar-se ao Dele. Sendo assim, concebeu-se um modelo de ensino mais contemplativo, que fazia uso da repetição em detrimento do pensamento crítico, e culminando em atitudes passivas e conformadoras (Paiva, 2015). Observamos que a premissa tomista-aristotélica remete a uma compreensão sobre o pensamento e a aprendizagem, assuntos de ordem psicológica que são identificados aqui como saberes psicológicos.

Sob essa influência, o *Ratio Studiorum* previa um estilo de educação rígido. Entretanto, Paiva (2015) argumenta que a ação da Companhia no território brasileiro culminou em práticas um tanto inovadoras, muito além do método escolástico (que muitas vezes consistia em estilos autoritários e diretivos). Tais inovações foram observadas a partir do uso do teatro e da música, na inclusão de atividades de competição e debate e na proposta de um modelo de ensino para meninas.

Dessa maneira, são incluídas metodologias de ensino que parecem indicar que havia compreensões distintas daquelas tradicionalmente adotadas (a saber, o tomismo-aristotélico e a escolástica medieval), pois elas preveem metodologias baseadas repetições, memorizações e uma forma autoritária de ensinar. A utilização de música, teatro e debate culminam em atividade crítica, criativa e que exercita a autonomia (e não a subordinação) do aluno.

Além disso, enquanto o ensino da escolástica medieval se fundamentava em um estilo italiano, os jesuítas se aproximavam do estilo parisiense: organizava os alunos por turmas (buscando formá-las com base na idade ou nível de conhecimento), a determinação de atividades

para os alunos, a utilização de métodos de recompensas, aulas expositivas, debates entre o mestre e os alunos, entre outros (Paiva, 2015).

Já o humanismo presente nas ações da Companhia, era um humanismo cristão. Nele, os saberes eruditos, que englobava as letras (a gramática, a retórica, as línguas), a arte (a composição de versos e prosas, a música, o teatro) e a filosofia eram entendidos como bons e deveriam compor o ensino, juntamente com as aspirações religiosas. Dessa maneira, se tratava de um sistema de educação que combinava o conhecimento socialmente construído com interesses morais e religiosos (Storck, 2016).

A partir do exposto, podemos identificar alguns dos saberes psicológicos que fundamentavam a educação da Companhia, dentre eles: uma concepção acerca de características inatas do ser humano (tal como a “tendência natural para o intelecto”), a ideia de que as artes em suas variadas formas colaboravam para o aprendizado e o desenvolvimento humano, entre outros. De acordo com Paiva (2015), as grandes contribuições da pedagogia jesuíta acerca do processo de ensino, como por exemplo o vasto uso das artes para o ensino e uma grade curricular clássica e universalista, não se perpetuaram de forma massiva ao longo dos anos. Ao contrário, permaneceu influenciando no nosso ensino as tendências autoritárias, elitistas, meritocráticas etc.

Como foi dito anteriormente, as contribuições dos jesuítas vão além daquelas pertinentes ao campo pedagógico. Massimi (2001) amplia e aprofunda esta colocação dizendo que a “psicologia” dos jesuítas possibilitou a inauguração de metodologias e razões para um saber acerca do ser humano e de seus comportamentos, tal conhecimento influenciou enormemente a Psicologia atual.

Havia uma surpreendente variedade de conceitos e teorias acerca do funcionamento da psiquê. Os jesuítas estudaram acerca das emoções (ou paixões, no linguajar da época) e dos temperamentos. Acerca da primeira, erigiu-se um conhecimento profundo acerca das emoções, de como controlá-las, manipulá-las e “terapeutizá-las”. Estava presente uma lógica psicossomática na qual corpo, psiquê e espírito se relacionavam intimamente (Massimi, 2009).

Massimi (2014a) relata sobre uma prática de documentação realizada pelos padres jesuítas denominada “Catálogos trienais”. Neles constavam informações sistematizadas acerca dos membros da companhia e, também, as instalações de cada província. Um desses catálogos, o Catálogo Segundo, reunia informações que nos são de especial interesse, pois traziam dados acerca do perfil psicossomático e aptidões de cada jesuíta. A partir dessa leitura revelam-se inúmeras categorias que dão a conhecer as ideias psicológicas presentes naquele contexto, incluindo

conceitos e teorias da época. Todas essas categorizações possibilitavam à instituição redistribuir melhor seus membros de acordo com as necessidades de cada função.

É importante ressaltar que a identificação de características pessoais e categorização, nos remete tanto a um conhecimento psicossomático, como nos diz Massimi (2014a), como também a uma tentativa de compreender padrões no funcionamento humano.

Podemos observar inúmeros estudos que se valeram dos Catálogos Trienais para compreender sobre os saberes psicológicos da época, com produções sobre assuntos variados, como por exemplo: a compreensão do medo, amor, tristeza e outros afetos na visão jesuítica (Massimi & Silva, 2001), a teoria dos temperamentos (Massimi, 2001), a compreensão de engenho, juízo, prudência, experiência, compleição (Panazzolo & Massimi, 2015; Massimi, 2008), a persuasão e o dinamismo psíquico (Gontijo & Massimi, 2007), a morte voluntária (Netto, 2012).

Fica evidente a riqueza de conhecimentos gerados pela presença dos jesuítas na América, são conhecimentos acerca: da educação, da personalidade (ou temperamentos), das emoções (ou afetos), das adequações das características pessoais a determinados tipos de trabalho, do dinamismo psíquico, da morte voluntária, entre outros. Todas essas contribuições colaboraram para a estruturação do saber psicológico em nosso país.

Compreende-se que a Companhia de Jesus foi uma instituição relevante, no âmbito da produção e difusão de saberes psicológicos. Entretanto, como já foi mencionado, as reformas pombalinas, ocorridas a partir de 1759, decretaram a interrupção do sistema de ensino jesuítico, bem como de sua metodologia. Previa-se uma modernização do sistema, substituindo o modelo eclesiástico pelo iluminista, propondo novos conteúdos, a realização de concursos para professores, entre outras mudanças. Entretanto, no Brasil, o desmantelamento do sistema educacional vigente não foi prontamente substituído por outro igualmente organizado e tão bem distribuído, o que implicou que as reformas pombalinas na educação se constituíssem em propostas meramente formais. Tal defasagem na constituição do sistema educacional brasileiro seria ponto de atenção somente a partir da mudança da Corte Portuguesa para o país, em 1808 (Maciel & Neto, 2006).

Antes disso, cabe dizer sobre reforma pombalina que determinou a criação das chamadas “aulas régias”. Os objetivos principais do Marquês de Pombal eram o de modernizar o ensino do Reino de Portugal, priorizando um ensino laico, público, subordinado ao Estado e que fosse estruturado a partir de conteúdos úteis para a sociedade. Tratava-se da incorporação dos ideais iluministas pelos portugueses e do abandono de modelos medievais de instrução (ditados pela Igreja Católica, segundo seus modelos e interesses) (Saviani, 2011).

Entretanto, ainda que a secularização e a estatização fossem os pontos principais dessa reforma, existem contradições que permearam o processo e merecem ser mencionadas. A secularização, por exemplo, se deu no sentido de abandonar o uso da escolástica e priorizar o empirismo e o ensino das ciências da natureza. Mas ainda assim poderiam ser vistos nos documentos e nas instituições, menções e referências ao catolicismo, seja pela formação da maioria dos professores ter sido de cunho jesuíta, pelo uso dos parâmetros da moral católica ou pela instituição ser voltada à formação de padres (ainda que fossem também frequentadas por leigos (Saviani, 2011; Arriada & Tambara, 2016).

De acordo com Saviani (2011), embora a estatização da educação pretendesse promover um ensino universal (para todos), pensadores como Luíz António Verney (1713 – 1792), António Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783) e Bernard Mandeville (1670 – 1733) eram expressivos quanto ao público a ser contemplado pela reforma. Para estes, os pobres deveriam manter-se ignorantes para não desejarem trabalhos diferentes daqueles que eram desempenhados pelos seus antecessores (por exemplo, os filhos de pastores que aprendessem a ler e a contar poderiam contestar a profissão que lhes seria confiada e desejar trabalhos menos braçais para si). Dessa maneira, era incentivado que às classes populares fosse ensinado o básico e aos filhos de nobres e burgueses o ensino seria completo (Saviani, 2011).

Fatores como o recurso à moral católica e o uso da técnica da repetição na educação poderiam ser observados no “Regimento Provisório para os professores de filosofia, rhetorica, grammatica e de primeiras letras no Estado do Grão-Pará” (do ano de 1799, escrito por Dom Francisco de Souza Coutinho) (Arriada & Tambara, 2016). O uso da religião para inculcar valores morais e religiosos pode ser observado no inciso a seguir (transcrito como no original):

Os Professores de Primeiras Letras devem ter sempre presente que por muito util e muito necessario que seja à qualquer Individuo de hum, ou outro Sexo saber ler, escrever e contar senão com perfeição ao menos com exacção, e que portanto este ensino seja huma principal parte das suas obrigações, a mais principal hê a de imprimir nos tenros corações da Mocidade que se lhes confia a educar, os verdadeiros principios da nossa Religião Santa eos da Lialdade, obediencia, e amor para com o Soberano (p. 298, Coutinho citado por Arriada e Tambara, 2016).

A partir daí podemos perceber que a chegada das luzes no ensino luso-brasileiro não se deu de maneira imediata tampouco acelerada. Segundo Saviani (2011), mesmo após o pontapé dado por Pombal, houve períodos de retrocesso como por exemplo durante o reinado de Dona Maria I. Apenas com a sua saída do poder e a assunção de Dom João, seu filho, o projeto iluminista português pode ser continuado. Mesmo assim, as aulas régias brasileiras enfrentaram inúmeros

problemas como salários baixos para professores, infraestrutura precária (geralmente aconteciam na casa dos professores) e com um conteúdo pouco articulado entre si (sem a preocupação com continuidade ou pré-requisitos ou mesmo a transdisciplinaridade entre as diferentes cadeiras). Havia instituições que funcionavam em melhores condições, como por exemplo o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte (fundada em 1750, em Mariana) e o Seminário de Olinda (fundado em 1800), mas essas não eram instituições representativas do ensino brasileiro do Século XVIII.

Conforme o tema da educação formal era encarado com maior ênfase, torna-se um importante meio de desenvolvimento e difusão de saberes psicológicos (Jacó-Vilela, 2012; Rodrigues, 2007/2009; Massimi, 2001; Antunes, 2014; Patto, 2008; Barbosa, 2011). De fato, a estruturação e consolidação da educação no país colaborou para a formulação de um referencial teórico acerca de temas psicológicos.

A chegada da Corte Portuguesa, em 1808, não promove mudanças imediatas nesse cenário. Nesta época, o cenário da formação elementar ainda era precário, pois a formação das crianças dependia principalmente de suas famílias. Aquelas que conferiam certa importância para a educação encaminhavam os pequenos para os ambientes educacionais da época, os quais diferiam muito entre si: nas localidades rurais, as aulas lecionadas por padres eram mais comuns, já nos centros urbanos podiam ser encontradas instituições religiosas ou filantrópicas e professores que lecionavam em suas casas (Lopes, Filho & Veiga, 2000).

Já no ensino superior, as inovações foram rapidamente concretizadas, pois, com a vinda do rei, fazia-se necessário que os cargos criados pelo governo fossem ocupados por pessoas formadas em diversas especialidades. Para tanto criou-se a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810), destinadas à formação de engenheiros civis e militares. Também na mesma época foram criadas: a aula de cirurgia da Bahia e a aula de cirurgia e anatomia do Rio de Janeiro (ambas em 1808), a aula de economia da Bahia (1808), escola de serralheiros e espingardeiros de Minas Gerais (1812), entre outras (Saviani, 2011).

Diversos acontecimentos no campo da educação foram relevantes para o entendimento sobre como ocorreu o processo de surgimento e desenvolvimento da psicologia no contexto brasileiro. Apontaremos aqui alguns desses momentos importantes: o uso de algumas concepções e metodologias pedagógicas no decorrer do Século XVIII (Saviani, 2014), a fundação das escolas normais e do Pedagogium e a inclusão obrigatória da psicologia em cursos como Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e nos cursos de licenciatura (Rodrigues, 2009).

Assim que o Brasil alcançou seu status de império (em 1822), além de outros problemas para resolver, se tornava urgente cuidar da questão da instrução pública. Com a abertura da Assembleia Nacional Constituinte (no ano de 1823), o discurso de Dom Pedro I trouxe à tona esse tema e o delegou à Comissão de Instrução Pública. Apesar de haver propostas abrangentes como as Memórias de Martim Francisco d'Andrada Machado e Januário da Cunha Barbosa (já em 1826), foi aprovada uma bem menos ambiciosa que seria conhecida como a Lei de 15 de outubro de 1827, que outorgava a criação das Escolas de Primeiras Letras.

A lei adotava a metodologia do ensino mútuo, na qual as aulas se davam em grupos e os alunos mais adiantados deviam ser colocados na condição de monitores; e nela desempenhariam função semelhante à do professor. O professor, por sua vez, ficaria sentado em uma cadeira alta, supervisionando a escola, com atenção especial para os monitores. Era um sistema hierarquizado, mecânico, competitivo e que priorizava a disciplina, o silêncio e o barateamento do ensino (Saviani, 2014).

Além disso, a referida lei (Artigo 15) previa a utilização do método de punição de Joseph Lancaster. O método previa castigos físicos e morais aos meninos que cometessem atos de indisciplina, dentre os castigos propostos podem ser citados os seguintes: amarrar um pau ao pescoço ou à perna do ofensor, colocar o ofensor dentro de um saco ou cesto suspenso no teto na frente de todos os outros meninos, proclamar os erros do ofensor em voz alta, prender o ofensor após a aula, entre outros (Olivato, 2017).

Mesmo após essa proposta, Saviani (2014) afirma que, em meados de 1857, os anos fizeram perceber que a realidade da instrução pública ainda progredira pouco. Em 1835 haveria a criação das Escolas Normais (assunto abordado mais a frente neste capítulo), mas o país não poderia colher os frutos dessa inovação tão rapidamente, o que ainda significava lidar com professores pouco capacitados para sua função e em número insuficiente para a demanda. Além disso, eram mal remunerados e conseqüentemente pouco dedicados. Por outro lado, a aplicação do método lancasteriano não fora bem-sucedida, o que se atribuía à inadequação das instalações para o método do ensino mútuo e falta de fiscalização do ensino (Saviani, 2014).

Dessa forma, fora concebida o Decreto N° 1.1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, conhecida como Reforma Couto Ferraz. Dentre os aspectos que podemos considerar como saberes psicológicos no âmbito educacional, temos a preocupação com a instrução moral e religiosa. Como podemos ver na transcrição abaixo do Artigo 7º, inciso 3º, o qual dispõe sobre a inspeção em instituições de ensino particulares:

Visitar, ao menos huma vez em cada trimestre, todos os estabelecimentos particulares deste genero, que tenham sido autorizados, observando se nelles são guardados os preceitos da moral e as regras hygienicas; se o ensino dado não he contrario á Constituição, á moral e ás Leis; e se se cumprem as disposições deste Regulamento (Brasil, 1854).

Podemos dizer que a reforma compactuava com os ideais iluministas, pois que preconizava o ensino para “todos”, exceto os escravos. Dispondo de colégios para meninas, desde que não fosse frequentado por homens ou meninos a partir dos 10 anos (apenas o esposo da diretora poderia frequentá-la). Sendo assim, delineava-se no Brasil um ensino pretensamente inclusivo, mas que era permeado de exceções. Assim como pretendia-se influências iluministas (portanto, deveria ser laico), mas promovia o ensino da religião.

Anos depois, em 1879, o Brasil conheceu uma nova proposta para o ensino brasileiro, dessa vez popularizada como Reforma Leôncio de Carvalho (sob o Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879). Dentre as ideias que aqui nos interessam podemos citar a permanência do ensino de instrução moral e religiosa, a fundação de museus pedagógicos e faculdades de medicina (sendo esses futuros disseminadores de saberes psicológicos), a equiparação das Escolas Normais privadas às públicas, bem como a formulação de seu plano de ensino (Saviani, 2014).

Percebemos que a estruturação da instrução pública passa a ser encarada como fundamental para o país e se fortalece lentamente. Até esse momento, identificamos algumas influências e concepções adjacentes aos modelos e às reformas adotados. Observamos, desde a saída dos jesuítas, a laicização do ensino e do uso do processo de instrução à serviço do Estado. Entretanto, como se desejava imprimir na população os “bons costumes” e extinguir comportamentos viciosos, a fé católica era usada como recurso civilizatório. Além disso, as metodologias preferidas eram aquelas que utilizavam da hierarquização, competitividade, sistemas de punições, entre outros aspectos. E não se priorizava a qualidade da rede de ensino, mas a sua implantação de maneira barata e almejando resultados rápidos. Por fim, observou-se uma tendência pela institucionalização da educação e da formação dos professores, ainda que tenha ocorrido concomitantemente à promoção da iniciativa privada.

Dentre as mudanças ocorridas até aqui, a criação das chamadas Escolas Normais merece ser destacada, pois em muitas foram criados laboratórios de psicologia no intuito de testar novas metodologias de ensino e aprendizagem (Barbosa, 2011). Vale dizer que a sistematização promovida pelas Escolas Normais também significou um declínio na reprodução do modelo de educação herdado pelos jesuítas, a qual predominou por mais de três séculos. As Escolas Normais, foram criadas um pouco antes da expansão e intensificação do movimento higienista. A primeira

delas foi inaugurada em Niterói, em 1835. Outras também foram criadas em momentos próximos: Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro (1835), Bahia (1836) e São Paulo (1846) (Rodrigues, 2007). Em seus currículos iam sendo apresentados conhecimentos psicológicos a partir do fim do Século XIX e criados laboratórios de psicologia, impulsionados pela criação do Pedagogium (Rodrigues, 2009).

As Escolas Normais tinham como objetivo a formação das professoras de nível primário nos âmbitos ético, moral e profissional. Entre seus objetivos estava a reprodução das ideologias que o Estado brasileiro priorizava naquele momento, tendo em vista a modernização que o país recentemente declarado independente requeria (Rodríguez & Brito, 2019).

A uniformização da formação dos professores indicava a busca por alcançar o nível das ditas “nações civilizadas”, ou seja, as nações europeias. Em outras palavras, a instrução comum, que formaria uma identidade intelectual e moral, era não apenas a resposta para uma instrução pública mais elevada, como constituiria o sentimento de unidade e nacionalidade brasileiros, diminuiria a criminalidade (Lopes, Filho & Veiga, 2000). Além disso, essas escolas impulsionaram as sistematizações da psicologia no Brasil para fins didáticos como veremos a seguir.

Inicialmente, assuntos de ordem psicológica são abordados na segunda metade do Século XIX, como na disciplina de “Methodica e Pedagogia”. Já em 1870 são incluídas matérias mais específicas como “Psicologia aplicada ao desenvolvimento da criança”. A partir de 1890 a psicologia ganha destaque por meio da criação da disciplina intitulada “Psicologia e Lógica”, incluída no currículo das Escolas Normais pela Reforma Benjamin Constant. Nesse fim de século, a pedagogia passa a receber as novidades da psicologia experimental e seus conhecimentos passam a servir a promoção da adaptação social (Massimi, 1990; Rodrigues, 2007).

Outra contribuição das Escolas Normais para o desenvolvimento da psicologia foi a criação do Pedagogium, o qual se tratava de um museu pedagógico elaborado a partir de modelos europeus, formulado por Rui Barbosa (1849 – 1923), organizado por Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934), dirigido por Manuel Bonfim (1868 – 1932) e contando com a colaboração de outras figuras, como por exemplo Plínio Olinto. No Pedagogium fora criado o então reconhecido como primeiro laboratório de psicologia do país, em 1907, sendo possível que já houvesse outros, talvez de maneira menos organizada. Tal laboratório teve sua importância por desvincular suas práticas das concepções dominantes da psiquiatria, neurologia e das práticas assistenciais (Rodrigues, 2009; Jacó-Vilela, 2012).

Com o exposto, pudemos perceber que o exercício de instruir, ao longo dos séculos, demandou a formulação de saberes acerca daquilo que mais tarde foi compreendido como: processos de aprendizagem, desenvolvimento humano, processos psicossociais e culturais, entre outros. Nesse amálgama de conhecimentos, podemos encontrar o homem em seu centro, mais especificamente os seus processos mentais e comportamentais. O desenvolvimento desses saberes se intensificou no Século XX, culminando em saberes acerca de testes mentais, do aprimoramento humano por meio da eugenia, da aprendizagem comportamental por meio de consequências etc.

Conforme vimos, no Século XIX a difusão de valores e princípios que reforçassem o ideal civilizatório europeu era uma preocupação constante, os quais passaram a ser incorporados nos modelos educacionais propostos. Também faziam parte destes modelos metodologias e concepções pedagógicas embasadas nos saberes psicológicos correntes na época. Por outro lado, algumas estratégias de disciplinarização da população eram apresentadas por pessoas que ocupavam cargos públicos no formato de documentos e cartas.

Antunes (2014) ressalta que até o ano de 1822 o Brasil era proibido de ter seus meios oficiais de comunicação, como o Brasil ainda não desenvolvera imprensa, os trabalhos eram impressos na Europa e havia uma estratégia que combinava a repressão de determinadas ideias com o incentivo a publicações que sustentassem e legitimassem a exploração europeia sobre os povos indígenas e negros.

Massimi (1990) identificou princípios comuns aos da antropologia filosófica mecanicista. Nesses exemplos, imbuídos do iluminismo francês, procurava-se criar condições para o controle e a modificação de comportamentos, a instituição de novas crenças e costumes. Ao fim e ao cabo, essas técnicas de controle se constituíam em um processo massivo de aculturação, fundamentado no eurocentrismo daqueles que possuíam o poder.

Massimi (1990) destaca algumas cartas que representam saberes correntes na época. A autoria vem de homens públicos, geralmente com cargos políticos, como José Bonifácio A. Silva (1763 – 1838), Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796 – 1865) e José da Silva Lisboa (1756 – 1835). A partir da leitura desses documentos é possível encontrar a presença de alguns saberes psicológicos que fizeram parte do ideário brasileiro no Século XIX.

Estão presentes concepções acerca do desenvolvimento humano, da educação, do manejo de pessoas em inconformidade com a lei e do direito à liberdade, da existência ou não de diferenças “raciais”. Mais especificamente, algumas dessas visões se fundamentavam em correntes teóricas filosóficas ou econômicas de origem europeia ou inglesa como: o mecanicismo ou determinismo

ambiental, o liberalismo, o evolucionismo e o darwinismo social. É importante notar que mesmo que tenham sido homens brasileiros, foram sujeitados a formações cujas referências teóricas eram inegavelmente eurocêntricas, o que implicava em ideais civilizatórios que desconsideravam o valor e a riqueza de outras culturas e saberes, que não os europeus. Ainda assim, devemos ressaltar certo vanguardismo quanto ao desencorajamento do uso da violência para controle da população e o incentivo à educação para todos.

Descrevemos aqui algumas das importantes contribuições do âmbito educacional para a criação e difusão de saberes psicológicos. Considerada em um sentido amplo, a educação contou com as contribuições dos povos indígenas sobre a gravidez, parto, amamentação e criação de filhos. Sobre a instituição de modelos de participação democrática que reforçavam a liberdade individual dos membros da comunidade e sobre a compreensão abrangente da sexualidade.

Por outro lado, os jesuítas formularam um sistema educacional formal baseado em ideais escolásticos, humanistas e tomista-aristotélicos. Esses missionários também colaboraram para difundir um modelo de compreensão humano baseado em teorias psicossomáticas e usaram desse instrumento para distribuírem as funções de acordo com o temperamento de cada dos membros da Companhia.

Mais adiante (nos Séculos XVIII e XIX), as propostas educacionais foram recebendo influências do iluminismo, de forma que os conhecimentos provenientes da ciência foram sendo privilegiados em detrimento dos valores religiosos. Fizeram parte desse movimento a expulsão dos jesuítas do Brasil, a criação das Aulas Régias, das Escola de Primeiras Letras e das Escolas Normais.

Destas, ressalta-se a inauguração das Escolas Normais como grandes difusoras dos saberes psicológicos, seja por meio da criação dos Laboratórios de Psicologia, da instituição de disciplinas que ocasionalmente tratavam de assuntos de ordem psicológica e, finalmente, da criação de disciplinas inteiramente dedicadas a esses assuntos.

Capítulo 2 – Entre saberes e fazeres: caminhos e percursos percorridos

O capítulo anterior, caracterizado por uma revisão da literatura disponível acerca da história da psicologia brasileira, apresentou alguns dos relevantes saberes psicológicos que compõem essa história. Chamamos a atenção para as contribuições da medicina e da educação para a constituição dos saberes acerca de assuntos de ordem psicológica e, dessa forma, demonstramos que a psicologia como ciência é uma produção histórica que não surge do nada, do vazio – ao contrário, advém do exercício do ser humano em sociedade pensar sobre si, refletir sobre o funcionamento de suas faculdades e com isso formular perguntas, explicações e/ou teorias.

Compreende-se que a etapa anterior da pesquisa, exposta no capítulo um é substancialmente diferente da pesquisa bibliográfica a ser apresentada a seguir. De acordo com as autoras Lima e Miotto (2007), a revisão da literatura é uma etapa obrigatória da pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica é uma metodologia que define critérios para a apropriação da realidade (ou seja, do objeto de estudo).

Ao transformar os saberes psicológicos em objeto de estudo desta pesquisa, optamos por investigá-lo em sua dimensão qualitativa. De acordo com Minayo (1994):

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis (p. 24).

A pesquisa se iniciou com a exploração do tema a ser pesquisado a partir de suas possibilidades conceituais, teóricas, metodológicas e operacionais. Fase esta em que pode ser considerada uma “fase exploratória” da pesquisa (Minayo, 1994). Nesse momento, foram consultadas obras de referência na área, como as de autoria de Marina Massimi, Mitsuko Antunes e Ana Maria Jacó-Vilela. Além disso, estudos como os de Rodrigues (2007/2009), Boarini (2021), Jacó-Vilela (2012), Patto (2008), entre outros, auxiliaram numa apropriação crítica a respeito da história da psicologia brasileira.

Massimi (2010) trata sobre as possíveis fontes para a investigação em história da psicologia, apresentando as seguintes possibilidades:

correspondência epistolar; narrativas de viagens, relatórios, catálogos e informes; peças de oratória e documentos ligados à oralidade; narrativas de celebrações (festivas, políticas,

religiosas); narrativas de ficção e obras poéticas; tratados (filosóficos, científicos, e das demais áreas das ciências humanas e naturais); manuais para uso didático; artigos em revistas (científicas); artigos em revistas (divulgação); teses e trabalhos acadêmicos de modo geral; currículos e programas escolares (p. 106).

Tendo em vista as diferentes possibilidades, este estudo optou por utilizar as narrativas de viagem, também conhecidas como relatos de viagem, livros de viagem ou literatura de viagem. Trata-se de um gênero literário que não se dedica exclusivamente a temas de ordem psicológica, mas que pode abrangê-los a depender da sensibilidade do autor para percebê-los e registrá-los.

Sua produção guarda relação com as navegações colonialistas europeias iniciadas no Século XV e XVI a fim de comunicar as “descobertas” que estavam acontecendo naquele momento. Nessa época, o imaginário europeu acerca das novas terras divagava entre figuras fantásticas e fenômenos sobrenaturais, com os relatos de viagem essas imagens foram dando lugar a uma concepção mais realista das novas terras (Neta, 2007).

A socióloga Miriam Lifchitz Moreira Leite, em seu livro “Livros de Viagem – 1803 – 1900” publicado em 1997, traz considerações sobre a literatura de viagem e se dedica principalmente a assuntos relativos às mulheres cariocas do Século XIX e sobre quem são os autores da literatura de viagem. Para a autora, a literatura de viagem é ampla e plural, abrange livros grandes (alguns publicados em diversos volumes), livros sucintos, artigos para revistas ou artigos jornalísticos, correspondências, acervos pessoais (diários), etc. Podiam ser publicados em literatura para adultos ou crianças, guias turísticos, romances ou compilações de desenhos que documentavam algo que se via. Sua escrita podia ser espontânea (por parte de seus autores) ou mesmo ser encomendada pelo Governo brasileiro a fim de atrair turistas e imigrantes (Leite, 1997).

Já a historiadora Lorelay Kury, em seu artigo sobre os viajantes naturalistas do Século XVIII, explica que algumas expedições tinham o intuito de se fazerem úteis para a ciência. Esses viajantes, entre os quais a autora cita Saint-Hilaire, eram aqueles que transformariam sensações e experiências em registros que viabilizariam o estudo de novas espécies, ecossistemas, civilizações, etc. No caso desse perfil de viajantes, a viagem era realizada não apenas pelo naturalista, mas poderiam ir com ele desenhistas e preparadores de animais (pessoas que poderiam realizar os procedimentos de conservação e empalhamento), por exemplo (Kury, 2001).

Não raro, no intuito de descrever da maneira mais precisa possível, imprimindo nos textos os detalhes das paisagens e culturas observadas, era comum alguns escritores lançarem mão de citações literárias e poéticas, outras vezes fundamentavam-se em técnicas de retórica. Havia, portanto uma sobreposição de materiais iconográficos, textuais e museológicos, compondo um rico

e detalhado acervo. Essa práxis que envolve ir à campo e buscar “atingir o que está por trás da variedade e da profusão dos fenômenos” (Kury, 2001, p. 870) faz parte da ciência dos viajantes e é antagônica com aquele modelo de ciência sedentária produzida no interior das academias e bibliotecas, remetendo ao modelo de ciência humboldtiano. Entretanto, essa busca pela sistematização e organização dos relatos não era um objetivo de todos os viajantes, pois havia aqueles cujas contribuições perpassavam um estilo de descrição mais pessoal e particular (Kury, 2001).

Leite (1997) argumenta que os relatos dos viajantes são documentos de conteúdo relevante para a história social, seus autores eram pessoas externas à cultura observada, o que implica em uma visão mais desimpedida para “perceber aspectos, incoerências e contradições da vida cotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber.” (p. 9).

Entretanto, mesmo entre aqueles que buscavam uma escrita científica, não é sem ressalvas que devemos aceitar as observações desses autores. Isto porque os viajantes mantinham, por diversas vezes, uma relação de hierarquia com a população visitada, em que estava presente, de um lado, o civilizado e do outro os não civilizados. Em outras palavras, observavam os nativos a partir de seus parâmetros e possuíam pouca abertura para se despirem de seus pré-conceitos linguísticos, culturais e econômicos. Nas palavras de Leite (1997):

Ao avaliar o grupo visitado e seus valores estranhos, dos quais o observador tem apenas amostras concretas fragmentárias, o visitante e o habitante acabam vítimas de inúmeros mal-entendidos. Muitas das dificuldades desse relacionamento provêm da capacidade distinta dos viajantes de se desprenderem de sua cultura de origem para observar e repensar a população visitada; e a população brasileira que podia ler os seus escritos nem sempre era a que estava sendo descrita ou interpretada no livro de viagem, pois era constituída pela faixa de habitantes mais abastados, identificados com a cultura europeia (p. 10).

Os livros de viagem geralmente são formulados em primeira pessoa, dando detalhes acerca das viagens que foram empreendidas. O viajante registra data, diálogos, cenários e situações que foram por ele presenciadas ou para ele relatadas. Pode haver uma ênfase na passagem do tempo ou em assuntos relacionados à ocupação daquele viajante. Suas formações eram diversas, alguns eram botânicos, naturalistas, missionários, médicos etc., de origem europeia ou inglesa. O objetivo dessas expedições e suas transcrições em diários ou livros era o de apresentar parte da realidade do Brasil à corte portuguesa e ao resto do mundo, com detalhes que podiam abranger os costumes da população, características geológicas do território, acontecimentos geopolíticos, conhecimentos acerca da fauna e flora, etc. Essa literatura pode ser um recurso para pesquisas das mais variadas

áreas do conhecimento, dentre elas: geografia, história, antropologia, economia (Myskiw, 2011) ou psicologia (Rodrigues, 2007; Massimi, 1990).

Por exemplo, em alguns trechos os autores relatavam explicações sobre os comportamentos típicos das mulheres de sua época, em um pequeno arraial (povoado) no interior do Brasil. Em outros destacavam manifestações religiosas e culturais, julgamentos moralistas a respeito de costumes da população brasileira, reflexões sobre estratégias de modificação do comportamento, condutas regionais na criação de filhos, entre outros. Essas e outras passagens nos dão conhecimento sobre saberes psicológicos tanto daqueles que escreviam os relatos como de quem era observado. Podemos acessar evidências de uma história da psicologia que vem antes da institucionalização deste campo científico em nosso país.

Conforme foi explicitado anteriormente, desde a colonização a literatura de viagem começou a ser empreendida no território brasileiro. É possível identificar muitos viajantes que documentaram aspectos do Brasil no Século XVI, dentre eles: Fernão Cardim (1548 - 1625), jesuíta português, viajante missionário, autor de “Tratados da Terra e Gente do Brasil” o qual foi escrito entre 1583 e 1601 (Cardim, 1980); Jean de Léry (1536 – 1613), pastor e escritor francês, que residiu com os tupinambás e publicou o livro “Cosmographiles Universelles”, do ano de 1575; e Hans Staden (1525 – 1576), um alemão aventureiro que veio para o Brasil duas vezes, numa delas chegou a ser capturado por Tupinambás, seu livro fora publicado originalmente em 1557, mas no Brasil foi lançado apenas em 1892 com o nome “Duas viagens ao Brasil” (Neta, 2007).

Após esse período de efervescência de relatos de viagem, o fluxo de viajantes no Brasil decresceu muito no século seguinte, entre o período de 1604 a 1800, quando houve a proibição da entrada de forasteiros. De forma que as exceções se deram em prestação de acolhimento momentâneo (pausas e reabastecimentos em viagens em curso) ou em casos especiais em que havia permissão do rei. Nessa época, a Corte Portuguesa procurava manter sua colônia protegida das outras nações que certamente ambicionavam novas conquistas em terras ameríndias. Dessa maneira, a realização de viagens com seus consequentes relatos foi comprometida nesse período (Rodrigues, 1959). Além disso, as obras publicadas sobre esse período são raras e de difícil acesso.

Nestas circunstâncias, de acordo com França (2000), o cidadão europeu, ávido por notícias e informações sobre as terras ameríndias, devia se contentar com as notas de aventureiros que aportavam rapidamente no Brasil, notas estas que geralmente se detinham na descrição sobre a exuberante natureza dos trópicos e no caráter vicioso e imoral de seus habitantes. Alguns exemplos de viajantes que estiveram no país nos seiscentos serão apresentados a seguir.

Rodrigues (1959) em seu artigo intitulado “Visitantes do Brasil no Século XVII”, cita alguns viajantes que publicaram relatos de suas expedições nas terras brasileiras. Essas obras em geral apresentam as seguintes características: a) são fruto de viagens que duraram, na maior parte das vezes, entre 2 a 7 meses; b) frequentemente relacionam a população brasileira à ociosidade, à corrupção moral, aos vícios, etc. c) apesar de constituírem fontes historiográficas importantes, todas devem ser analisadas em um contexto maior que permita identificar discursos tendenciosos, moralistas e/ou fantasiosos.

Os autores mencionados por Rodrigues (1959) são: o navegador francês François Pyrard (1570 - 1621), o qual esteve no Brasil (mais especificamente no território baiano) no ano de 1610 por cerca de dois meses; o poeta e escritor inglês Richard Flecknoe (1600 – 1678), esteve no Rio de Janeiro em 1648 no período de sete meses; o marinheiro inglês Edward Balow (cujas datas de nascimento e morte não foram encontradas) visitou as terras brasileiras em torno de 1663 e permaneceu por cerca de 5 meses; o médico francês Gabriel Dellon, escreveu sobre a Bahia de 1676, aonde ficou por 4 meses; o espanhol Francisco Coreal (1648 – 1708), que supostamente esteve no Brasil por cinco anos, a partir de 1685; o engenheiro francês François Froger (1676 – 1715) chegou ao Brasil em 1695, tendo permanecido por 2 meses; o navegador e corsário inglês William Dampier (1652 - 1715) aportou na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro em meados de 1699.

Além dos autores citados anteriormente, o Século XVII também conta com os relatos produzidos pelo médico holandês Willem Piso (1610 – 1678) e pelo naturalista alemão George Marcgrave (1610 – 1644), que juntos publicaram a obra “*Historia Naturalis Brasiliae*”, no ano de 1648, este livro se tornou uma obra de referência para assuntos sobre medicina tropical, botânica, zoologia, geografia, astronomia e etnografia. As informações etnográficas versam sobre a descrição física dos habitantes das terras brasileiras, seus costumes, cultura, alimentação, religião, línguas entre outras (Françozo, 2010).

A respeito das narrativas de viagem realizadas no Século XVIII, a historiadora Domingues (2008), apresenta diversos navegantes ingleses os quais podiam ser marinheiros, traficantes, corsários, piratas, etc. Segundo a autora, esse perfil de escritor produz relatos diferentes daqueles realizados pelos “homens da ciência” (os naturalistas, médicos e botânicos), por dois motivos: primeiro porque seus conhecimentos e interesses eram distintos, o que influenciava no que viam, como viam e como escreviam; segundo porque geralmente tinham como objetivo principal trazer informações mais precisas sobre a geografia terrestre, aumentar os conhecimentos sobre navegação,

informar sobre os costumes e os habitantes de outros lugares do mundo. Dessa forma, ampliaram, à sua maneira, os conhecimentos em diversas áreas como biologia, geografia, economia, antropologia, entre outros.

Ao tratar sobre as descrições apresentadas sobre o Brasil no Século XVII e XVIII, tendo como fontes os relatos de viagem, França (2000) cita alguns viajantes, entre eles: o tenente inglês Watkin Trench (1758 - 1833) que esteve no Brasil em 1787, o amante de história natural James Forbes (1773 - 1861) que descreveu suas impressões do nosso território em 1765 e o soldado francês chamado François du Parscau (1770 - 1837) o qual discorreu sobre o clima do Rio de Janeiro em 1711.

Embora sejam panorâmicas as referências aos autores dos séculos anteriores ao período de interesse desse estudo, tais referências podem ser úteis para a contextualização sobre quem eram os autores produzindo relatos e quais as múltiplas possibilidades de fontes para pesquisas dentro desse gênero literário.

Feitas estas considerações, é necessário discorrer a respeito do Século XIX, o período no qual foram liberadas a entrada e a permanência de viajantes em nosso território. Tal feito guarda íntima relação com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil e a necessidade de rápida edificação de conhecimentos e infraestrutura em nosso país. Dada a riqueza e diversidade de exemplos que nos são acessíveis, a opção neste estudo é por não dedicar extensas referências aos autores e obras da época. Para tanto, indica-se a busca por coleções geralmente intituladas como “Coleção Brasileira”. Uma delas está disponível gratuitamente na Plataforma Brasileira Eletrônica.

O período do Século XIX foi contemplado, tendo em vista a riqueza de material disponível e acessível. Isso se deve a dois fatores: a) a abertura dos portos para viajantes se deu a partir desta época, por ocasião da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, possibilitou um maior número de viajantes no país e um conseqüente aumento nas publicações sobre este período; b) as obras acerca dos oitocentos são facilmente encontradas em acervos de bibliotecas físicas, em edições mais atuais e, portanto, de mais fácil compreensão (como as de 1975 e 1976 utilizadas para fins desta pesquisa).

Além disso, dentre os inúmeros autores que poderiam ser incluídos, foi necessário restringir o número de obras em razão do tempo disponível para concluir essa pesquisa. Os aspectos que influenciaram a seleção das obras são: possuir passagens sobre a Região Centro-Oeste, a dimensão/relevância da obra e apresentar informações acerca dos saberes psicológicos do país no Século XIX.

O primeiro critério diz respeito à importância de incluir os saberes psicológicos originados e difundidos no centro-oeste brasileiro, tendo em vista o intuito de dar contribuições à história da psicologia nessa região. Estudos como os de Farias e colaboradores (2021) e Yamamoto, Souza e Yamamoto (1999) salientam que a maior parte das publicações científicas em psicologia tem sido promovidas por instituições das regiões sul e sudeste, o que demonstra que as diferenças socioeconômicas também se refletem no desenvolvimento técnico-científico. Sendo assim, este estudo pretende deslocar o foco do eixo sul-sudeste e buscar discussões que fortaleçam conhecimentos acerca de outras regiões do Brasil.

Já o segundo diz respeito ao impacto da obra dentro do campo ao qual pertence. O que foi inferido a partir da formação dos autores e o uso das obras em estudos posteriores. Tais considerações foram feitas, principalmente, a partir da biografia dos autores.

E o último critério, por fim, se relaciona com a atenção, o cuidado, o rigor, o olhar sensível da pesquisadora sobre as narrativas dos viajantes buscando nestes escritos conhecimentos a respeito dos saberes psicológicos de uma população. Através dos relatos perceptivos e atentos desses autores, tivemos informações a respeito dos saberes sobre: comportamentos (sobre este tópico, abrange processos atualmente nomeados como punição, descrição de contingências, reforço positivo, ideias sobre a forma como os comportamentos são estabelecidos, como aprendizagem ou inatismo etc.), hábitos religiosos (sendo esses importantes para determinar regras de comportamentos, ritos e crenças para lidar com acontecimentos e emoções, como por exemplo no caso do luto e doenças, além de serem importantes para a elaboração de conceitos sobre certo e errado), emoções (como nomeavam, como descreviam e quais suas estratégias para lidar com elas), entre outros temas.

Os livros foram encontrados em sebos (livrarias de livros usados, antigos e/ou esgotados), na biblioteca da Universidade Federal de Goiás e na Plataforma Brasileira Eletrônica. Na etapa inicial de leitura flutuante (apenas visualizando sumário, índice remissivo e trechos do miolo) os critérios dois e três foram analisados. Já o primeiro critério foi analisado a partir do estudo sobre a biografia dos autores. Dessa forma, dentre as várias obras e autores possíveis, foram escolhidos relatos de Auguste de Saint-Hilaire (1779 - 1853), Johann Baptist Emanuel Pohl (1782 - 1834) e George Gardner (1812 - 1849).

Auguste de Saint-Hilaire era um francês cujas primeiras formações se deram em um mosteiro beneditino e depois no norte europeu, onde estudara sobre o comércio e a indústria. Contrariando as expectativas familiares de se tornar um importante comerciante, enveredou pelos

estudos em história natural. Sua formação principal era a botânica, a qual lidava não apenas com as diferentes espécies de plantas, mas que também observava o clima, o solo, os costumes da localidade investigada, entre outros aspectos desta natureza. Influenciado pelo romantismo humboldtiano, seus trabalhos estão imbuídos do conceito eurocêntrico de civilização e pela ideia de que à história cabe a tarefa de criar uma identidade nacional para os habitantes de uma nação (Souza, 2020).

Tendo em vista o conteúdo e o volume de suas narrativas sobre o Brasil, Saint-Hilaire é um importante autor no universo da literatura de viagem. Sua produção conta com mais de 3 mil páginas publicadas, com destaque para o território goiano. Em sua época, foi amplamente reconhecido na França e, posteriormente, no Brasil, pelos seus registros acerca da flora, fauna, mineralogia, geografia e cultura brasileiras. Registros estes úteis a diferentes áreas do conhecimento (Souza, 2020).

Johann Pohl, por sua vez, foi enviado para o Brasil por meio da chamada Missão Austríaca. Essa missão chegou ao país na ocasião do casamento de Dom Pedro de Alcântara (tornado o primeiro imperador do Brasil) e Dona Leopoldina da Áustria, com o objetivo de compreender a região em que moraria a imperatriz. Assim que chegaram ao Brasil, os viajantes foram recrutados para expedições específicas, por exemplo: enquanto Spix e Martius seguiram rumo à floresta amazônica, Pohl foi orientado a visitar as regiões cujas minas possuíssem destaque, o que o levou a viajar para as Capitânicas de Minas Gerais e Goiás (Rosenthal, 2010).

Os membros da Missão Austríaca tinham um olhar sensível para os costumes da população. Pohl tinha o cuidado de abordar temas como: “O comércio, as relações de trabalho, os costumes, a criminalidade, a escravidão e a vida cotidiana de vários povos indígenas (...)” (p. 16, Rosenthal, 2010).

Por fim, apresentamos George Gardner, autor que, segundo Cunha (2015), possui uma trajetória pouco conhecida e estudada. Sabemos que o escocês possuía formação em medicina, mas também um amplo conhecimento em botânica e história natural. Sua viagem ao Brasil se deu primordialmente para registrar informações acerca da flora dessa região, todavia, seus registros contemplavam assuntos relativos aos costumes dos brasileiros, à vida dos escravos, ao cultivo da terra, entre outros aspectos.

Esses viajantes eram estudiosos, os quais dominavam assuntos diversos, mas certamente não eram estudiosos do que hoje definimos como mente ou comportamento humano. Podemos considerá-los como polímatas, estudiosos em diferentes áreas do conhecimento, e que, ao

descreverem detalhes de suas viagens pelo interior do Brasil, documentaram uma série de costumes, conhecimentos e comportamentos que, tempos depois, passaram a ser objeto e/ou teorias no âmbito da psicologia. Essas descrições são preciosas pois revelam as raízes de nossos saberes psicológicos. Nelas percebemos os saberes das pequenas comunidades rurais, das vilas, dos indígenas, negros e dos próprios europeus (pois sendo eles os produtores dos relatos, aparecerão muitas de suas impressões no decorrer da narrativa).

Compreendemos que, sendo eles autores estrangeiros e dotados de uma educação eurocêntrica, é possível que seus relatos estejam carregados de sua visão de mundo, assim como de suas crenças e de seus preconceitos. Entretanto, também são considerados sujeitos cujos relatos usufruem do privilégio de sua erudição e da sua visão de expectadores (portanto possivelmente mais livres para relatarem os mais diversos aspectos daquilo que observavam).

Convém discutir sobre os aspectos sociais e econômicos de onde partiram os autores incluídos neste estudo. Seus países de origem são Áustria, Reino Unido e França, embora cada uma dessas localidades apresente distinções entre si, compartilham algumas semelhanças as quais podemos ressaltar.

De acordo com Hobsbawm (2015), ao final do Século XVIII, a Europa continental era predominantemente rural, com imensas propriedades agrárias (embora nem todas férteis), com trabalhadores na condição de servos e proprietários na condição de nobres. Em alguns países, como na Inglaterra, a produção agrária já estava em um estágio similar à capitalista – com uma intensificação do comércio de seus produtos. Existia, por um lado, a produção agrícola antiga, pouco eficiente, e por outro a produção capitalista, que se modificava rapidamente.

Além disso, observava-se o aumento da população e da urbanização, bem como um aumento na industrialização e o aquecimento do comércio. Parte dessas mudanças se ligava à exploração das colônias, cujas plantações produziam mercadorias a serem vendidas, gerando lucros para suas metrópoles. Outro setor também importante para o avanço da industrialização foi o das ciências, que em boa parte se dedicou à resolução de problemas produtivos. Dito de outra forma, o Século das Luzes e sua busca pela ampliação do conhecimento humano trouxe contribuições para a tecnologia, alargando os privilégios de proprietários rurais, administradores, comerciantes, financistas, etc (Hobsbawm, 2015).

Os acontecimentos se desenrolaram com tamanha rapidez que, no início do Século XIX, momento em que os viajantes pesquisados visitaram o Brasil, já havia na Europa uma corrida pela urbanização, com cidades mais bem iluminadas, grandes ferrovias, navios a vapor a intervalos de

tempo regulares, fábricas de diversos segmentos e expansão da classe média e da classe proletária (havendo o declínio da escravidão e do trabalho servil em toda Europa) (Hobsbawm, 2015).

Finalmente, já no despontar do Século XIX, houve inúmeras revoluções em várias partes do mundo - com exceção dos continentes asiático e africano. A França assistiu uma sucessão de conflitos internos conhecidos como Revolução Francesa, bem como a consequente assunção de Napoleão ao poder, que por sua vez estendeu esses conflitos por meio das chamadas “guerras napoleônicas” a outras regiões da Europa. Outras revoluções aconteceram em Nápoles (1820), Grécia (1821), Espanha (1820), as emancipações das colônias europeias do continente americano (iniciadas a partir de 1808) e do Brasil (1822) (Hobsbawm, 2015).

Sendo assim, os viajantes que chegam ao Brasil, vão sair de um contexto social e econômico bem diferente daquele que encontraram aqui. As disputas políticas que permearam nosso território no Século XIX, diziam respeito a temas muito diferentes daqueles do continente europeu. Podemos citar o processo de independência de Portugal, culminando no Primeiro Reinado (1822 – 1831). Embora tenha sido um processo complexo, a Proclamação da Independência não foi tão longa e conflituosa como em países vizinhos. Em seguida, com a abdicação de Dom Pedro I, instituiu-se o Período Regencial (1831 – 1840), caracterizado por reformas institucionais e revoltas provinciais. Com a assunção de Dom Pedro II (1841 – 1889) vivemos um Segundo Reinado no qual contrastam ideais conservadores (favoráveis à monarquia que era a maior expressão de centralização do poder) e liberais (que preferiam a criação de dispositivos de descentralização do poder, como o Parlamento eleito, sufrágio universal e até mesmo a instituição do modelo republicano). Paralelamente, outros problemas foram se sobressaindo nesse tumultuado período, como: a crise do modelo escravista, a Guerra do Paraguai, as tensões entre Igreja e Estado e os desentendimentos com o Exército. De maneira que, em meados do fim do Século, em 1889 a família real partia do país e o regime republicano se instalara no Brasil (Fausto, 2006).

Caracterizado por um império com poucas cidades grandes e uma imensidão de territórios pouco explorados, o Brasil dos oitocentos é caracterizado pela sua extensa mata virgem, pequenas vilas e arraiais - os quais se sustentavam na maior parte por uma agricultura de subsistência, comércio deficitário, exploração de minérios, entre outras atividades. Além disso, várias regiões eram povoadas por povos indígenas não aldeados, os quais viviam um modo de vida que não tinha qualquer relação com a civilização europeia. As obras pesquisadas frequentemente trazem referências aos vilarejos, aos arraiais, às aldeias e aos povoados indígenas, bem como aos costumes presentes em cada um desses lugares.

A partir dos dados centrais sobre os autores, organizamos o Quadro 1, apresentada a seguir, a qual sintetiza algumas informações sobre os livros e autores selecionados como fontes primárias deste estudo. Ressaltamos que as viagens se deram em períodos próximos, todas na primeira metade do Século XIX.

Quadro 1. Informações sobre as obras e saberes identificados.

Autor/Nascimento e Morte/País de Origem/ Expedição ao Brasil	Título/ Ano da Edição Consultada	Assuntos Principais do Livro	Assuntos de Ordem Psicológica Contemplados
Auguste de Saint-Hilaire (1779 – 1853), França, esteve no Brasil de 1816 a 1822. Era botânico e naturalista.	“Viagem às nascentes do Rio São Francisco” – 1975	Informações sobre a viagem que parte do Rio de Janeiro, passa pela província das Minas Gerais, pelo Rio São Francisco e termina na província de Goiás. São apresentados dados sobre costumes e habitações da população, sobre a economia (principais ocupações de cada comunidade), características do solo, fauna e flora.	Comportamentos das mulheres da região, catolicismo e superstição, costumes da população, ideias sobre raça, ideias sobre temperamento, entre outros.
	“Viagem à província de Goiás” – 1975	Informações sobre a viagem à província de Goiás. São fornecidos dados sobre as habitações e	Além dos assuntos mencionados na obra anteriormente, também aparecem noções de

		costumes da população, dados sobre a economia, geografia e fauna locais.	autoconhecimento, ideias sobre aprendizagem de comportamentos, criação de filhos, entre outros.
George Gardner (1812 – 1849), Escócia, esteve no Brasil de 1836 a 1841. Era médico e botânico.	“Viagem ao interior do Brasil” – 1975	O autor percorre diversas localidades do Brasil, dentre elas: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Piauí, Minas Gerais, Goiás entre outras. Documentando aspectos geográficos (solo), fauna, flora, costumes e ocupações locais.	O autor contempla assuntos como impressões sobre a escravidão, ideias sobre raça, vícios e costumes da população, entre outros.
Johann Emanuel Pohl (1782 – 1834), Áustria, esteve no Brasil de 1817 a 1821. Era médico e botânico.	“Viagem no interior do Brasil” – 1976	O autor percorre diversas localidades do Brasil, dentre elas: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, entre outras. E aspectos geográficos (solo), fauna, flora, costumes e ocupações locais.	Aparecem aqui tópicos como maneiras de civilização dos índios, costumes indígenas, cristianismo e superstição, vícios e costumes da população, entre outros.

Fonte: Produzido pelos autores.

Comprendemos, portanto, que os autores aqui selecionados partem de um contexto de nações que presenciavam intensas revoluções a fim de migrarem para um governo republicano, ao

invés de monárquico. Com cidades estruturadas em conceitos mais modernos, o que quer dizer que contavam com iluminação pública e assistiam o crescimento da industrialização, a emergência da burguesia e o intenso desenvolvimento científico.

Com a seleção das obras, foi empreendida uma leitura mais aprofundada com o objetivo de permitir a apreciação dos saberes ali documentados. O conceito de “saberes psicológicos” foi utilizado como referência para serem identificados os trechos que possuíam ideias e saberes relacionados ao campo da psicologia. Tais trechos foram transcritos para uma planilha do Excel e identificados pela página e obra nos quais estavam localizados. Além disso, foram criadas duas colunas adicionais, em uma delas os trechos eram resumidos (ideia principal) e na coluna seguinte eram utilizadas palavras ou expressões que representassem ou sintetizassem os saberes ali identificados.

Essas palavras e expressões representativas do conteúdo das citações foram expostas em eixos temáticos. Tais eixos se modificavam na medida em que novas relações entre os temas eram estabelecidas. Por exemplo, em um primeiro momento foram identificados os seguintes eixos temáticos: “saberes sobre o comportamento humano”, “saberes sobre educação no Brasil” e “saberes sobre controle da população”. A partir da descrição desses temas e dos estudos relativos à discussão deles, compreendemos que ambos relacionavam entre si por meio dos aspectos acerca da “educação”, num sentido ampliado, e da disciplinarização. Sendo assim, a apreciação dos temas em um momento de “discussão dos resultados encontrados” proporcionou a identificação de novas relações entre esses saberes.

Lima e Miotto (2007) descrevem esse movimento como uma consequência da busca de apreender a dimensão qualitativa do objeto de pesquisa. Sendo assim, a essência desse objeto é desvelada por meio de aproximações sucessivas e não lineares em razão de seus aspectos sociais e históricos.

Os assuntos encontrados foram apresentados no **Quadro 2** e correspondem aos saberes psicológicos descritos pelos viajantes no Século XIX, os quais abrangem crenças, comportamentos e costumes da época, o que revela a sua relação com a realidade, com a concretude da vida. Ao lado desses eixos podem ser encontradas descrições que detalham os saberes que compõem cada um deles.

Quadro 2. Saberes psicológicos agrupados em eixos temáticos e suas descrições.

Eixos Temáticos	
------------------------	--

Costumes: a cultura popular e os modos de viver a vida no Brasil	Abarca hábitos e costumes da população brasileira reconhecidos pelos viajantes como: moralidade x imoralidade, hospitalidade x inospitalidade, violência como resolução de conflitos, normas sociais impostas às mulheres e formas de perceber ou intervir nas diferentes fases da vida (gravidez, parto, puerpério, criação de filhos e terceira idade).
Diversidade religiosa: uma terra, muitos Brasis	Aqui aparecem os saberes relacionados à prática do catolicismo, das superstições presentes nos povoados e arraiais, das superstições dos indígenas, entre outras tradições sobre o mundo sobrenatural.
Saberes sobre o comportamento: aprendizagem, educação e controle.	Saberes que abarcam teorias biologicistas x ambientalistas sobre comportamento (donde derivam saberes sobre raça e inteligência). Estratégias sobre aprendizagem e controle do comportamento. Condições do ensino no território brasileiro.
Afetos e temperamento: emoções, caráter e autoconhecimento	Essa categoria abrange a identificação de diferentes emoções, relações de possíveis causas, estratégias de enfrentamento etc. Teorias do temperamento e demais saberes que remetem ao caráter. Reflexões pessoais acompanhadas de emoções, sensações, memórias e sonhos.

Fonte: Produzido pelos autores.

Os eixos temáticos selecionados abrangem uma ampla gama de saberes psicológicos, os quais foram agrupados por possuírem certos pontos de convergência que permitiram a sua aproximação. Nesse sentido, podemos observar que os eixos apresentam certa homogeneidade ou coerência interna a qual permite a discussão dos saberes em quatro grandes blocos.

Optamos por preservar a originalidade das citações literais, de forma que, ao serem transcritas no texto, seja na discussão dos eixos temáticos, ou na contextualização histórica, não foram modificadas em nenhum aspecto, seja em suas características ortográficas, gramáticas nem tampouco em expressões próprias da época. Assim esperamos manter a fidedignidade aos autores e evitar anacronismos ou equívocos.

Há uma divergência na grafia dos povos caiapós entre os autores Pohl e Saint-Hilaire, uma vez que se dirigem a eles como “caiapós” e “coiapós”, respectivamente. Quando se tratar de citações diretas, a grafia original será mantida, mas nas citações indiretas será mantido a grafia

“caiapós”, uma vez que ela aparece em vários lugares, como no site do Programa Povos Indígenas no Brasil e do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO)³.

Além disso, levando em consideração os debates atuais referentes aos usos dos termos “índio” e “tribo”. Utilizamos as nomenclaturas “indígena”, para nos referir à pessoa originária. E “povo” para nos referirmos aos grupos de indígenas e que pertencem a diversas etnias.

Compreendemos, a partir das contribuições de Schwarcz (1993) que o termo raça foi proposto como referência a uma “realidade biológica”, a partir de teorias pseudocientíficas geralmente ligadas ao naturalismo e à antropologia. A partir desse suposto aval científico, inúmeras ações discriminatórias foram realizadas e/ou justificadas, desde a submissão de povos africanos e indígenas, até planos para a extinção desses grupos.

Entretanto, esse constructo foi ressignificado a partir de novas perspectivas, de forma que hoje pode ter um uso diferente daquele em que era atrelado à processos de hierarquização, opressão e exclusão. É o caso dos movimentos negros que politizaram os estudos da área, por considerar a raça como uma construção social que estruturou e ainda estrutura as relações de poder-saber (Gomes, 2012).

Dessa forma, mantemos o uso do termo “raça” ao longo do presente estudo.

³ Programa Povos indígenas no Brasil: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal e FUNBIO <https://www.funbio.org.br/>

Capítulo 3 - Literatura de viagem do Século XIX e os saberes psicológicos no Brasil

Neste capítulo, iremos tratar dos saberes psicológicos registrados pelos viajantes, saberes estes que por vezes estão em concordância com o pensamento das camadas privilegiadas da época (muitos deles já abordados no capítulo anterior deste trabalho) ou que representam as comunidades do interior do Brasil, sejam elas indígenas, ou camponesas. Esta característica nos remonta às considerações de Massimi (2008) a respeito da cultura brasileira, a qual se caracteriza por uma aparente dualidade formada pela cultura culta e pela cultura popular, de forma que ambas convergem para um produto mais abrangente denominado cultura brasileira.

As discussões abrangem os diversos costumes da população, seus modos de viver e ver a vida, assim como aspectos de sua religiosidade. Observamos que a forma como os viajantes documentaram a cultura popular brasileira colaborou para a formação de preconceitos e estigmas que foram alvo de tentativas de controle e disciplinarização. Foram explicitadas as ideias e saberes acerca do comportamento, as quais abrangem as diversas explicações para os comportamentos, formas de educação e criação de filhos. Por fim, discutimos acerca dos saberes sobre as emoções, o temperamento e o autoconhecimento.

3.1 - Costumes: a cultura popular e os modos de viver a vida no Brasil

Esta sessão trata dos modos de vida da população brasileira na primeira metade do Século XIX. Os costumes transmitem um “modo de viver a vida”, que por sua vez nos imprimem um “modo de ver a vida”, ou seja, proporciona um entendimento sobre uma diversidade de temas que podemos compreender como saberes psicológicos por se tratar de temas que, mais tarde, foram considerados objetos de estudo da psicologia.

Os costumes abrangem os saberes psicológicos na medida em que estes permeiam os hábitos, os comportamentos, as normas e as condutas sociais. Em última instância, os costumes se expressam na cultura de um povo e essa está permeada de ideias e saberes psicológicos.

Os costumes identificados nos relatos dos viajantes sobre a população brasileira são os mais variados e podem ser agrupados em temas: os costumes considerados imorais (o concubinato, a

prostituição, os vícios em jogos, a embriaguez e a indolência), as atitudes para com os viajantes (que eram vistas como hospitaleiras ou não), o uso da violência para resolver problemas, a falta de liberdade das mulheres e as práticas referentes à gravidez, ao parto e ao puerpério. Cada um desses aspectos foi explorado nesta seção.

A respeito da presença dos aspectos relativos à moralidade da população brasileira, percebemos nestes escritos que esta discussão se mantém por diversas vezes relacionada a vivências como: viver em concubinato, possuir amantes e exercer ou usufruir da prostituição. Também foi visto o termo “imoral” relacionado ao vício em jogos. Já a moralidade vem por meio do recurso ao casamento enquanto dispositivo de cerceamento da liberdade sexual e, concomitantemente, de promoção da reprodução dentro do núcleo familiar. Em outros momentos, a moralidade também é relacionada aos valores e preceitos da religião católica.

Saint-Hilaire (1975a), faz algumas observações sobre esse assunto quando passa pela cidade de Vila Boa (ou Cidade de Goiás), no ano de 1819:

Em nenhuma outra cidade o número de pessoas casadas é tão pequeno (1819). Todos os homens, até o mais humilde obreiro, têm uma amante, que eles mantêm em sua própria casa. As crianças nascidas dessas uniões ilegítimas vivem ao seu redor, e essa situação irregular causa tão pouco embaraço a eles quanto se estivessem casados legalmente. Se por acaso algum deles chega a se casar, passa a ser motivo de zombarias. Os primeiros aventureiros que se embrenharam nesses sertões traziam consigo unicamente mulheres negras, às quais o seu orgulho não permitia que se unissem pelo casamento. A mesma razão impediu-os de desposarem as índias. Em consequência, tinham apenas amantes.(...) A libertinagem tornou-se um hábito (Saint-Hilaire, 1975a, p. 53).

Gardner (1975), por sua vez, denunciou os hábitos da população de Crato (Região do Ceará):

A moralidade dos habitantes de Crato é, em geral, baixa, o jogo de cartas é sua ocupação principal durante o dia; quando faz bom tempo, vêm-se grupos de todas as classes, desde os que se chamam “gente graúda” até as mais baixas, sentados nos passeios, à sombra da rua, profundamente absorvidos nos jogos. Os mais respeitáveis jogam dólares; os pobres jogam moedas de cobre ou usa grãos de feijão como tentos. São frequentes as brigas, que muitas vezes se resolvem a faca (p. 94).

Os relatos de Saint-Hilaire e Gardner descrevem os fatos a partir de conceitos do que é moral e imoral, transbordando valores europeus e católicos. Esses conceitos embasam estigmas constantemente reforçados na literatura de viagem, acerca dos brasileiros. Por meio desses julgamentos, culturas e valores distintos dos seus foram julgados como “atrasados” ou

“perniciosos”, o que era usado como fundamentação de teorias racistas, de determinismo climático e estratégias de controle da população.

Além disso, na descrição de Gardner podemos notar que o autor fez questão de demarcar os jogos como hábito frequente tanto nas pessoas pobres quanto nas ricas. Mas o faz se referindo às pessoas pobres como “baixas” e ricas como “graúdas” ou “mais respeitáveis”, o que transparece um pensamento hierarquizado quanto às diferentes classes econômicas. Apesar da “diferença” entre pessoas “baixas” e “graúdas”, ambas faziam uso dos jogos em seu tempo livre.

As considerações acerca do que era moral e imoral podem ser relacionadas como uma herança da medicina ainda vinculada com os preceitos cristãos do Século XVIII. Muito embora nesta época já houvesse a tentativa de desvinculação entre a ciência médica e a religião, muitas das recomendações e censuras médicas encontravam fundamentações em antigos dogmas religiosos (Viotti, 2012). Isso parece ocorrer com as censuras a respeito dos comportamentos sexuais dos brasileiros, posto que não são apresentadas justificativas para a contraindicação do concubinato e da prostituição, por exemplo. Quanto às advertências sobre os vícios da população, as justificativas parecem guardar relação com a concepção do trabalho inserido na lógica liberal, como veremos adiante.

O uso da expressão “vícios” geralmente se refere a alguns dos hábitos indesejáveis dos habitantes brasileiros, ligados ao prazer e ao lazer, como os jogos de cartas, o hábito da embriaguez e a ociosidade/ indolência. A estes hábitos, muitas vezes, se atribui a causa da pobreza e da penúria dos moradores das vilas. Saint-Hilaire (1975), em diálogo com um outro homem que cruzara seu caminho em Pium-i, na Província de Minas Gerais, ouve do senhor que não havia pessoas dispostas a ganhar dinheiro e completa:

por menor que seja a duração do serviço. Os fazendeiros que possuem grandes extensões de terras dão permissão aos pobres para cultivarem o que quiserem, e estes sabem que com pouco trabalho conseguem o bastante para viverem o ano inteiro. Preferem ficar à toa ao invés de usufruir de um lazer que lhes custou o suor do rosto (p. 97).

O autor Saint-Hilaire (1975) será corroborado por Gardner (1975) no trecho a seguir:

Quando de minha visita ouviam-se muitos lamentos pela escassez de mantimentos; mas é impossível sentir grande simpatia pela penúria da gente quando se sabe que só por sua própria inércia não se colhe mandioca suficiente para sua própria alimentação e até para exportar a outras partes do país. Há abundância de terras baldias à volta da cidade, que se prestam, com pouco trabalho, ao cultivo desta planta; mas é tal a indolência da gente, que, com todas as facilidades oferecidas pelo solo, se satisfaz em obter o escassamente necessário para uso imediato e raramente pensa no dia de amanhã (p. 76).

A ideia de indolência está intimamente relacionada com o conceito de trabalho concebido pelos viajantes em sua sociedade já com grandes características liberais. Isso pois, o Século XIX, momento de transformações intensas, presenciou inúmeras revoluções e conflitos que buscavam, sobretudo, a substituição de regimes monárquicos por republicanos, o que implicava em uma maior fluidez da economia. O momento era oportuno para essa transição, a ciência se colocava como protagonista na orientação das ações humanas e isso melhorava os meios de produção e impactava diretamente no avanço das indústrias, das mineradoras e na modernização da agricultura. Em um cenário como este, está consolidado o trabalho sob a égide do capitalismo. Com o declínio da aristocracia e a difusão da ideologia de ascensão econômica via trabalho, o ritmo da vida europeia seria muito diferente do ritmo da vida dos brasileiros.

De acordo com Fausto (2006), até o processo de colonização portuguesa, o trabalho nas aldeias dos povos originários caracterizava-se principalmente pela pesca, caça, agricultura e coleta de frutas. Esses trabalhos eram realizados numa lógica de economia de subsistência e quase não havia a realização de trocas de alimentos entre diferentes aldeias. Entretanto, podia ocorrer troca de mulheres ou artigos para confecção de botoques indígenas (ornamentos similares aos modernos “alargadores”, feitos originalmente de madeira e em formato de discos que poderiam ser colocados no lábio inferior ou nas orelhas).

Não havia na cultura indígena o trabalho contínuo para gerar excessos ou acumulação, sua energia era empregada na subsistência, nos rituais, nas festividades e nos conflitos com outras aldeias. Dessa forma, a escravidão e o trabalho assalariado (que foi introduzido pela catequese jesuítica) faziam muito pouco sentido dentro de suas perspectivas de vida - embora este último tenha funcionado em algumas comunidades indígenas (Fausto, 2006).

Podemos notar com essa descrição muitas semelhanças entre o estilo de vida dos habitantes da zona rural do Brasil do Século XIX com o estilo dos indígenas do Século XVI. Os viajantes, imbuídos dos valores e ideologias próprios do cenário do qual partiam, julgavam esse modo de viver com restrições e represálias, assim como os colonizadores que chegaram ao Brasil alguns séculos antes. Eles pareciam ignorar que, em uma sociedade em que a acumulação de bens não é prioridade, não há motivos para estabelecer jornadas extenuantes de trabalho e assegurar a satisfação das necessidades dos dias e meses que ainda não chegaram.

Sobre esse último ponto (a falta de suprimentos para os dias vindouros) e sobre os vícios da população, Pohl (1976) faz alguns apontamentos:

Predomina aqui uma economia singular, especialmente entre os negros livres, que não trabalham mais do que o necessário para a satisfação de suas necessidades. Faturam de dia o bastante para gastar à noite com bebidas e mulheres, no máximo para continuarem essa vida por ainda mais um dia; enfim, tanto tempo quanto baste para o salário de um dia. Então chega a penúria, e voltam ao trabalho, momentaneamente, para ganhar o suficiente para renovar, com os altos e baixos, essa insensata vida de maus costumes. Dada essa explicação, ninguém se admirará mais de que não possa existir bem-estar entre essa população (p. 162).

A partir dessa consideração de Pohl, podemos ver novamente a interpretação dos costumes brasileiros a partir do imperativo de trabalho e a condenação da vida de prazeres que este povo parecia levar. Depreende-se desse trecho a compreensão de que o uso da bebida e a entrega aos desejos da carne durante a noite prejudica o “bem-estar” da população. Apesar de usar essa expressão que remonta a uma preocupação com a saúde ou a qualidade de vida da população, o foco da crítica foi o exercício de atitudes que resultam em um trabalho pouco produtivo, que não é desempenhado com constância. Não foi considerado como aceitável uma população que prioriza o prazer em detrimento da constância no trabalho e da garantia de suprimentos ou lucros. Ao contrário, foi imediatamente visto como problemático, como algo que prejudica o bem-estar da população, o que nos remete aos discursos patologizantes preconizados pelo movimento da Higiene Mental, muito difundido no Brasil no final do Século XIX e início do Século XX.

Outra consideração importante, diz respeito às mudanças na percepção dos europeus em relação ao consumo de álcool. Produto comum ao longo da história, a bebida alcoólica se modificou em função do lugar e do tempo em que era produzida e consumida. Na Grécia Antiga, por exemplo, seu consumo estava associado à ideia de saúde ou doença (a depender da quantidade ingerida) e à figura de Dionísio – um deus amplamente conhecido pela sua ligação com a alegria, o teatro, etc. (Silva, 2021).

Entretanto, como assegura Silva (2021), na Idade Média, o uso desmedido da bebida foi condenado pela Igreja Católica. Apesar disso, a partir da já mencionada modernização da indústria, se tornou possível a produção de bebidas destiladas com alto teor alcoólico, em larga escala e com isso foram observados os seus efeitos deletérios do álcool em nosso organismo, o que reforçou a progressiva advertência ao consumo desta substância, agora por meio de outras justificativas.

Mas curiosamente, as reservas acerca do consumo do álcool não pareciam ser destinadas a todas as pessoas indistintamente. Tendo em vista que o consumo do álcool manteve certa ligação com a posição socioeconômica em que as pessoas se encontravam, pessoas de estratos econômicos mais abastados não recebiam as mesmas críticas que a camada pobre da população. A preocupação

parecia residir mais na importância de ser mantida a ordem social do que a saúde coletiva (Silva, 2021).

Ainda sobre o hábito da embriaguez, Saint-Hilaire (1975a) faz algumas considerações:

É fácil entender por que os homens do lugar, afastados de um ameno convívio social e levando uma vida de ociosidade no meio de mulheres sem princípios e sem a menor instrução, se mostram pouco exigentes em matéria de gosto e de diversão. Fica assim explicado o gosto generalizado pela cachaça entre os habitantes de Vila Boa. Enfraquecidos pelos seus próprios desregramentos, entediados por uma vida sem perspectiva, eles encontram na aguardente o estimulante que os arranca por alguns instantes de sua apatia e os impede de sentir a monotonia de sua existência (p. 54).

Essa observação guarda total relação com as experiências que a Europa estava passando com o consumo de bebidas de alto teor alcoólico. Engels (2000) citado por Silva (2021) publicou em 1845 um livro intitulado “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, nele o autor se refere ao álcool como a única alternativa dos operários para aliviar as tensões e proporcionar momentos de prazer, tendo em vista a carga horária exorbitante de trabalho, sob condições precárias e morando em condições igualmente precárias. O afastamento da realidade promovido pelo uso do álcool tornou-se um hábito, e, anos mais tarde, quando as classes operárias se revoltaram contra suas condições de trabalho, foram estigmatizadas por médicos como: “bêbados debochados, violentos e maníacos” (p. 48). Sendo assim, parece haver uma transposição do significado da embriaguez da Europa para a embriaguez que ocorria no Brasil.

Entretanto, pouco antes de visitar Vila Boa, a opinião de Saint-Hilaire (1975a) autor sobre a embriaguez havia sido outra, como demonstra a citação a seguir feita quando visitava o Arraial de Santa Luzia:

A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. Mas a miséria, que os embrutece e desanima, deve necessariamente, por sua vez, aumentar a sua apatia (Saint-Hilaire, 1975a, p. 27).

Ao contrário das outras citações, em que os autores geralmente dão a entender que os vícios são fatores que contribuem para a pobreza, aqui Saint-Hilaire faz uma análise diferente: em que a condição limitante dos moradores de Vila Boa os impulsiona a viver uma vida permeada de vícios. Ou seja, enquanto as primeiras explicações deslocam os indivíduos de suas realidades, os responsabilizando unicamente pela sua embriaguez, esta última colocação entende o contexto social como um dos aspectos que influem sobre as pessoas e suas ações.

A partir das diferentes citações sobre os vícios que são apresentadas aqui, podemos depreender que os viajantes possuíam alguns saberes acerca desse assunto, a saber: primeiro, o de

que qualquer vida que não é dedicada ao trabalho, não pode ser considerada digna ou saudável. Segundo, que os habitantes do Brasil são propensos (portanto estão predispostos) a uma vida desregrada e isso acentua a sua pobreza. Terceiro, que para melhorar suas vidas (leia-se, ter a uma vida com acesso a moradias e mobiliários modernos, com garantia de suprimentos e acumulação de posses) deveriam dedicar-se diariamente ao trabalho. Esta última asserção também engloba a concepção segundo a qual o indivíduo é capaz de modificar suas ações, a despeito de suas condições de vida. Como podemos perceber, esses saberes estão intimamente relacionados com a lógica liberal e, portanto, também poderiam ser considerados como ideologias de cunho econômico. Mas também existe uma influência dos dogmas religiosos (ideologias de cunho religioso) que advogam que uma vida virtuosa estaria dedicada ao trabalho e privada dos prazeres terrenos.

De acordo com Chauí (2016), a ideologia consiste em um corpo de normas e regras que determinam o que/como pensar, agir e sentir. Além disso, também é necessário que a ideologia pretende ser universal e generalizada, de forma que toda a sociedade adote valores e condutas que espelhem o interesse de uma classe específica: a classe dominante. Portanto, ela oculta a origem da divisão das classes e se reproduz de maneira eficaz entre as pessoas. Se trata de um discurso lacunar e eterno, ou seja, que se perpetua indefinidamente e que não deixa evidente a sua origem ou o seu propósito.

É por isso que a busca por controle social pautado nas pretensas considerações sobre o “saudável” e o “não saudável”, sobre o “moral” e o “imoral”, quando aparece no discurso dos viajantes, dos governantes brasileiros e seus colaboradores (médicos, por exemplo) é aqui considerada como ideológica.

Como pudemos ver nas citações, a consideração de que as condições externas ao indivíduo são fatores que exercem força sobre os seus comportamentos e atitudes é feita de maneira minoritária no discurso dos viajantes, pois predominam os discursos ideológicos que remontam à capacidade do indivíduo de se sobrepor às condições que o circunscrevem e à saúde da população pautada em uma vida para o trabalho. Por meio destes pensamentos o indivíduo era visto completamente independente e desvinculado de seu contexto.

Assim, percebe-se, por diversas vezes, a construção do estereótipo do brasileiro como preguiçoso, lascivo e afeito ao uso de bebidas alcólicas. O que parece haver por trás desses estereótipos é a realidade de um povo que não estava vivendo segundo uma ideologia cristã e capitalista e que, portanto, orientava-se a partir de outros princípios. Davam prioridade aos rituais religiosos, às festividades e à satisfação de suas necessidades mais urgentes. E que, talvez, usassem

a embriaguez como fonte do prazer que não tinham em suas vidas, dadas as condições existentes de escravidão, por exemplo.

Outro costume expresso nestes relatos de viagem diz respeito à “hospitalidade do povo brasileiro”. A hospitalidade é frequentemente descrita como a receptividade, a generosidade e a consideração manifestados pelos nativos do Brasil para com viajantes. Esse interesse e zelo que geralmente os habitantes dispensavam para quem os visitava, era traduzido nas perguntas que faziam a eles, na atenção com que os tratavam e na preocupação com seu conforto em suas casas.

No trecho a seguir, Gardner (1975) abarca uma série de costumes, dentre eles a hospitalidade, o uso do fumo e o casamento. Esse comentário não estaria dedicado a uma região específica, pois se tratava da população brasileira em geral, e foi escrito em meados de 1836:

Onde quer que se encontre o brasileiro, é sempre cortês e raramente não é hospitaleiro, especialmente nas zonas menos frequentadas do país. É muito mais moderado no beber que no comer e muito dado ao uso do rapé e do fumo: daí a frequência entre eles da dispepsia e moléstias nervosas. O casamento é menos comum no Brasil que na Europa, fato que explica o baixo nível moral aqui existente entre ambos os sexos (p. 23).

Santos Filho (2008) argumenta que a base para a hospitalidade é a disposição dos seres humanos para interagir uns com os outros. A existência humana nos convida à interação, compartilhamos situações as mais diversas que impõem uma interdependência e uma influência mútua. Sendo assim, ela se desenvolverá de maneira distinta em diferentes épocas e lugares, dadas as diferenças nos modos de produção existentes e as configurações culturais de uma sociedade. Adicionalmente, é importante ressaltar a capacidade de modificar as circunstâncias pela via da hospitalidade, nessa troca de produtos materiais e imateriais podemos nos aproximar do forasteiro, estreitando nossos laços, transmitindo confiança, segurança, entre outros.

Veja como Gardner (1975) nos apresenta esse aspecto de nossa gente em comparação com as observações de Darwin sobre o Chile:

Darwin, em seu Diário, menciona que há poucas casas no Chile onde um viajante não seja recebido para pousar à noite, mas dele se espera uma gratificação pela manhã e que mesmo um rico aceitará dois ou três xelins. No Brasil é muito diferente: no caminho, ora muito frequentado, do Rio de Janeiro até a zona de mineração, sempre se encontram casas que fazem às vezes de estalagem e em que se espera pagamento do viajante; mas, se eles se hospeda em qualquer das grandes fazendas, deixam-no comer gratuitamente à mesa, só pagando as rações necessárias aos animais. Nas partes mais distantes do país sempre encontrei a mais ilimitada hospitalidade mesmo das classes menos favorecidas, e muitas vezes a tênue recompensa que essa pobre gente aceitava era um pouco de pólvora ou sal, artigos que muitas vezes não se obtém por preço algum (p. 137).

Saint-Hilaire (1975b), discorda dele ao mencionar as vezes em que fora recebido em locais insalubres para dormir, sem que houvesse preocupação com seu conforto. Sobre esses momentos podemos ler o seguinte:

O mineiro de hoje sabe conversar, e o faz muitas vezes com espírito e cordialidade. Já os colonos goianos mantêm o silêncio da ignorância. Têm um ar de indolência e uma tendência à futilidade que os tornam facilmente reconhecíveis. Em Minas sempre fui acolhido com hospitalidade, e mesmo as pessoas mais pobres pareciam receber-me com prazer, nunca deixando de convidar-me para partilhar de suas refeições. Em Goiás indicavam-me displicentemente um miserável abrigo e, à exceção daqueles a quem eu era recomendado, ninguém jamais me ofereceu a menor coisa (p. 187).

Curioso é, entretanto, o momento em que Gardner se refere à Saint-Hilaire e afirma que, na época de sua visita ao Brasil, os mineiros não lhe pareceram assim tão hospitaleiros quanto Saint-Hilaire os descrevera. Essas contradições nos demonstram que, embora a hospitalidade seja um tema importante para a gente do Brasil, há quem não seja tão generoso e cortês para seus hóspedes. Cabe ressaltar que é possível que os viajantes e as pessoas do interior do país pudessem ter referências muito distintas do que poderia ser considerado um “lugar confortável” ou um “bom hóspede”, tendo em vista os contextos dos quais vinham. Ora, a Europa possuía técnicas e tecnologias completamente diferentes para a construção de casas. Bem como formas diferentes de organizá-las e mobiliá-las. O que sem dúvida impactaria a impressão dos viajantes quando fossem hospedados nas simples e pequenas casas do interior do Brasil. Rodrigues (2007) também identifica esse costume brasileiro em seu estudo historiográfico (Spix & Martius, 1938; Holanda, 2004; Saint-Hilaire, 1975a) e o contrapõe com as hostilidades dos índios canoeiros, como faremos a seguir.

Por meio das narrativas, observamos que os relatos sobre a hospitalidade ou a falta de cuidados dadas aos viajantes em geral se refere às pessoas moradoras de vilas ou fazendas isoladas, não se aplicando aos indígenas. Os diferentes povos e etnias indígenas se comportavam de maneira diferente quanto ao tema da hospitalidade/receptividade. Tendo em vista o ambiente de investidas violentas dos brancos para com os indígenas, era esperado que estes não recebessem os brancos sem reservas, como mostra a descrição de Pohl a respeito de sua aproximação com os xavantes.

Pohl (1976) relata, ao passar pela Província do Maranhão, sua experiência com os xavantes. Segundo o autor, estes indígenas podiam agir de maneira cordial e receptiva, desde que se certificassem das boas intenções de seus visitantes. Para isso, o viajante e seus companheiros deram presentes aos nativos, pouco a pouco, a timidez e a relutância dos indígenas foi se modificando, dando lugar à possibilidade do diálogo e da mútua companhia. A narrativa, porém, deixa evidente o clima de desconfiança de ambas as partes: os guias de Pohl advertiam que os indígenas poderiam

roubar seus remos, porém não agiam com honestidade, pois conspiravam roubar os filhos dos indígenas para fazê-los de escravos (o que o autor acredita não ter ocorrido por ter se posicionado contra tal atitude).

Outros povos eram conhecidos por suas atitudes hostis e belicosas, quando da aproximação com homens brancos. Pohl (1976) argumentou que os povos canoieiros eram perigosos e sem clemência, em virtude da ação dos brancos para com eles, que, sem quaisquer escrúpulos, se aproximavam com fins perversos: escravizar, matar e expulsar os nativos de suas terras.

As obras apontam exemplos desses acontecimentos. Pohl (1976) falou sobre subjugação e o aprisionamento dos povos indígenas em São Paulo. Saint-Hilaire (1975a) mencionou que os caiapós foram tratados com “inominável crueldade” (p. 129) em Goiás. Em sua outra obra (Saint-Hilaire, 1975b), o autor nos detalha que a província goiana contava com grande número de indígenas na época de sua visita a esta localidade. Entretanto, um decreto aprovado na gestão de Conde de Linhares modificou este quadro, impulsionando uma verdadeira caça aos povos originários. O decreto em questão permitia a escravização de qualquer indígena encontrado com armas na mão, por até dez anos. O autor afirma que os então governadores do Pará e de Goiás tentaram revogar o decreto, porém não obtiveram sucesso.

Nos relatos desses viajantes é possível notar que as trocas de violência entre brancos e indígenas se transformavam em conflitos locais que poderiam evoluir para verdadeiras carnificinas, para usar as palavras de Pohl (1976). Destacamos a existência do ódio e do rancor, os quais ocasionalmente aparecem nas descrições sobre os comportamentos dos canoieiros e xavantes que, para os viajantes, deveriam ser caracterizados como violentos. De acordo com Pohl (1976) a violência dos indígenas para com os brancos se dava em razão das mentiras, sequestros, assassinatos e subjugações que os homens ditos “civilizados” praticavam contra os povos originários.

Rodrigues (2007) também encontra relatos de conflitos entre brancos e indígenas. Em uma de suas considerações acerca do tema, cita o missionário norte-americano Daniel Kidder, o qual considerou que o ódio dos indígenas para com os colonizadores se deu pela invasão de suas terras e perturbou a sua paz. Dessa forma, compreendemos que Kidder e Pohl constatarem que as atitudes violentas dos indígenas foram resultado de eventos externos a eles, ou seja, resultado de modificações no ambiente.

Em nossas fontes não encontramos descrições de conflitos coletivos entre negros e brancos, foram encontradas referências a punições aplicadas para conter revoltas e rebeliões e punições

contra maus comportamentos. Não obstante a existência de punições como estas, as obras pesquisadas expressam opiniões contraditórias acerca da escravidão, pois ora percebem os negros escravizados como portadores de uma vida relativamente confortável (quando em comparação com os tratamentos recebidos pelos escravos em outras colônias) (Pohl, 1976; Saint-Hilaire, 1975; Gardner, 1975). Ora como seres que sofriam intensos maus tratos e negligências, sobre isso transcrevemos a citação a seguir a respeito de uma caravana de negros escravos, que passava na Capitania de Minas Gerais, e estavam sendo levados do Rio de Janeiro para o interior do país:

Eram uns trinta jovens entre 10 e 13 anos. O cortejo tinha um aspecto verdadeiramente lamentável. De constituição franzina, essas deploráveis criaturas, desabitadas à marcha, arrastavam-se desalentada e penosamente. Traziam em volta dos quadris um pedaço de linho de cor; cobria-lhes o peito e as costas uma blusa de algodão grosseiro e a cabeça era protegida por um gorro vermelho. Cada um trazia os necessários trastes de viagem; panela, caneca, enxada etc. e uma porção de víveres. Alguns, já não podendo caminhar direito, apoiavam-se em cajados de madeira e coxeavam atrás dos mais vigorosos. Fechavam o cortejo o dono e um liberto, a cavalo, cada um dos quais trazia um negro à garupa (Pohl, 1976, p. 412).

Em outros momentos de sua obra, o autor relata o costume de, ao punir escravos com a morte, retirar suas mãos e cabeça a fim de expô-las em locais públicos para inibir comportamentos de insubordinação. Em outro ponto, conta sobre as doenças do norte que ceifavam a vida de escravos por estarem eles sem assistência e sem remédios (Pohl, 1976). Gardner (1975), por sua vez, descreve o episódio em que viu escravos sendo punidos por um padre com chicotadas, sendo que o motivo da violência foi porque estavam ensaiando uma música vinda da Bahia, numa noite de Natal.

Entretanto, não há uma única perspectiva sobre como os viajantes descrevem a vida dos escravos. Em alguns trechos das obras pesquisadas, os autores Gardner (1975), Saint-Hilaire (1975b) e Pohl (1976) argumentam que o Brasil oferecia melhores condições de vida para seus escravos, em comparação com outras localidades ao redor do mundo. Para Pohl (1975) o trabalho dos escravos negros era compatível com sua “aptidão física”, que sua alimentação era nutritiva e que os frutos que a terra lhes proporcionava em domingos e feriados seria sua propriedade. Para Saint-Hilaire (1975b) o escravo era, em alguns momentos tratados com doçura. E Gardner (1975) disse que poucas vezes presenciou atos de crueldade, além do que o caráter dos brasileiros (indolentes e plácidos) impedia que isso se desse com frequência.

O fenômeno da violência envolvia toda a colônia, as vilas e os arraiais presenciavam exemplos em seu cotidiano. Saint-Hilaire (1975) menciona casos de roubo, assassinatos (por ciúmes ou vinganças) e as fraudes que ocorriam nos negócios realizados em Minas Gerais. Gardner

(1975) também menciona a ocorrência de roubos e analisa que a maior parte dos assassinatos se dá por razões políticas. Pohl (1976) atesta que o interior de Goiás era permeado da “pior escória” (p. 129) e cita exemplos de assassinatos violentos por motivos banais, de brigas recorrentes em festas religiosas, de corrupção por membros da Igreja e de impunidade generalizada.

Ao que tudo indica, ter comportamentos violentos era uma saída comum entre os brasileiros, difundida amplamente no território e praticada por fazendeiros, donos de escravos, pelas autoridades, pelos cidadãos comuns, pelos indígenas, etc. Muitos procediam assim ante conflitos de interesses, frustrações e para afirmar seu poder. Este problema foi objeto de reflexão tanto pelos viajantes, quando por membros do governo, que propuseram diferentes recursos para o estabelecimento de novas formas de solucionar alguns dos problemas comuns no território brasileiro. Tais propostas serão exploradas na seção que trata dos saberes sobre o comportamento.

Conforme já discutimos anteriormente, ao pensarmos sobre costumes e modos de viver de uma população, conseqüentemente abrangemos as normas sociais que possam guiar uma comunidade. Sobre esse aspecto, os relatos contribuem ao descrever normas e tradições que incidiam sobre as mulheres brasileiras do Século XIX. Por diversas vezes repetem-se padrões de interação e socialização que revelam o isolamento ao qual eram submetidas, bem como as restrições comportamentais as quais eram impostas. Saint-Hilaire (1975a) dá exemplos disso ao descrever o término da festa de Pentecostes, no Arraial Santa Luzia, em Goiás:

Terminada a cavalcada, todos se retiraram e as senhoras voltaram para suas casas. As mulheres do interior do Brasil não saem provavelmente à rua senão para ir à igreja. Como em Minas, as senhoras do lugar caminhavam o mais lentamente possível, envoltas em longas capas de lã, a cabeça coberta com um chapéu de feltro, sempre em fila indiana, jamais aos pares, eretas como estacas, mal erguendo os pés do chão, sem olharem para lado nenhum, quando muito respondendo com um leve aceno de cabeça aos cumprimentos que lhes faziam (p. 24).

Em vários pontos da sua obra são recorrentes os momentos em que as mulheres não iam ao encontro dos viajantes ou escondiam-se por trás de portas ou tecidos (capas de lã) para não serem vistas. Ainda a respeito desse costume, o autor descreve a seguinte situação:

(...)Meu amigo, o senhor há de estar surpreso por não terem minhas filhas vindo à sua presença. Lamento o costume que me obriga a mantê-las afastadas, mas não poderia transgredi-lo sem prejudicar a reputação das moças." Tirei um grande peso da consciência de meu amável hospedeiro ao responder-lhe que não me passara pela ideia desaproveitar sua conduta e que não se devia romper bruscamente com as tradições. Só o tempo poderia agir nesse sentido, e as mudanças viriam gradativamente. Parece que essa época ainda não chegou, pois Gardner, cuja viagem é bem recente, declara ter sido recebido hospitaleiramente numa fazenda onde eu próprio fora muito bem acolhido mas não vira a

dona da casa. Mais idosa agora, essa senhora não se furtou aos olhares do viajante inglês, mas suas filhas não apareceram, como fizera na juventude (Saint-Hilaire, 1975b, p. 55).

Em outro trecho de sua obra, ao falar sobre a liberdade das mulheres da França com moradores do Arraial de Formiga (na Província de Minas Gerais), Saint-Hilaire descreve a reação de surpresa e de lástima de seus ouvintes que encararam a realidade das francesas como algo, no mínimo, “estranho”, nas palavras do autor. A respeito da liberdade de ir e vir, é bem representativa esta descrição de Pohl (1976) sobre o povoado de Traíras (na Província de Goiás):

Não obstante a infidelidade tão habitual entre os homens, todos eles demonstram grande ciúme de suas mulheres. Conservam-nas tão guardadas, que justificam o dito proverbial: "A mulher só deve ser levada à igreja três vezes em sua vida: para o batizado, para o casamento e para o enterro". O sexo feminino, aqui, envelhece muito rapidamente (p. 194)

Gardner (1975) traz contribuições para a compreensão dos costumes que eram impostos às mulheres. Em sua visita à Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro), hospedou-se em uma fazenda de um importante fazendeiro da região. Nesta ocasião soube que as filhas do homem estavam proibidas de ler e escrever, para prevenir que realizassem a leitura de romances e escrevessem cartas amorosas.

Essas moças só puderam ver o viajante após muitas visitas à sua casa, em contrapartida, seu pai interagiu com Gardner desde o primeiro instante, praticava caça e estava sempre na mata. Vemos aqui um contraste entre a liberdade de homens e mulheres no Brasil oitocentista. Não bastasse o cerceamento da liberdade de ir e vir, de socializar e de aprender, as mulheres frequentemente casavam-se antes da puberdade e tinham inúmeras gestações ao longo da vida. Como é o caso de uma moça, que morava na referida região da Serra dos Órgãos, que havia se casado aos 10 anos, época em que engravidou pela primeira vez. Essa mesma moça, naquele momento contava com 45 anos, totalizando 25 gestações, das quais 10 não obtiveram êxito.

Essas restrições impostas às mulheres de forma que fiquem com a “moral” intacta e cuja “vocação” deva ser o casamento e a procriação remonta às discussões acerca dos saberes psicológicos promovidos pela medicina luso-brasileira entre os Séculos XVI e XVIII. Del Priore (2004) argumenta que os saberes médicos da época se pautavam principalmente nos dogmas católicos da Idade Média e nas concepções médicas de Aristóteles e Galeno. Tais saberes se mantiveram intactos apesar de todas as descobertas a respeito do órgão sexual feminino promovidas, por exemplo, pela criação do microscópio, no Século XVIII.

Ao notar a forte influência do catolicismo na formação cultural do Brasil, identificamos um dos sustentáculos das normas sociais que atuavam no cotidiano das mulheres oitocentistas

brasileiras. Estavam destituídas do direito de interagir socialmente, movimentar-se com espontaneidade (o que é sugerido nos trechos que citam um modo rígido ou mecânico de andarem), ler e escrever, entre outros. Ou seja, preconizava-se que tivessem uma vida dedicada à família e ao lar.

Sobre isso encontramos o capítulo de livro “A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia”, de Emanuel Araújo. O autor aborda, dentre outras questões, os esforços contínuos e múltiplos para conter a sexualidade feminina no Brasil colonial a fim de manter o equilíbrio doméstico e das comunidades e a ordem das instituições religiosas e civis. Confluíam para este objetivo: as leis do Estado e da Igreja, os familiares das mulheres e seus encarregados (Del Priore, 2004).

Ainda segundo o autor, a Igreja fazia questão de demarcar a superioridade do homem sobre a mulher, usando de seus textos bíblicos para sustentar esta hierarquia. O homem era o Cristo de cada lar, o mestre, portanto, deveria guiar e decidir pela mulher. Já a mulher, frequentemente associada à figura de Eva, caberia o papel de exercer sua submissão, maternidade, modéstia, amor e piedade. Sua sexualidade deveria ser extremamente vigiada, por carregar consigo o “pecado original” e para tanto era importante que se mantivesse em casa. O autor, assim como o fizera Pohl (1976) no trecho citado anteriormente, reproduz o ditado, comum nos tempos coloniais, de que a mulher, em toda sua vida, poderia sair de casa até três vezes: em seu batismo, casamento e no seu enterro (Del Priore, 2004).

Entretanto, ainda que as obras pesquisadas ofereçam frequentes relatos que envolvem situações de isolamento, discricção e cerceamento da liberdade das mulheres, há também trechos que apontam para a criação de comportamentos que vão contra as normas impostas. Alguns desses comportamentos eram feitos às escondidas ou discretamente. Sobre isso, Pohl (1976) discorre sobre as mulheres de Barbacena (Província de Minas Gerais) durante a procissão do Senhor dos Passos. Segundo o viajante, elas não entravam na procissão, mas aguardavam em grande número no interior da igreja. O autor completa:

Segundo o costume, senhoras e senhoritas, quando aparecem em pleno dia, sempre olham para o chão. Não sei se são de fato tímidas ou se apenas aparentam sê-lo; mas não me escapou que várias delas sabiam muito bem piscar para os lados (Pohl, p.86).

A timidez e a vergonha, emoções percebidas pelos viajantes nas mulheres do interior do Brasil e essa atitude de flerte discreto e dissimulado pode ser relacionado com as discussões empreendidas por Araújo em Del Priore (2004). O autor afirma que da mulher esperavam-se apenas

insinuações e atitudes envergonhadas acerca de seu desejo sexual. E ao seu marido cabia atender aos atos dissimulados da mulher de maneira comedida, sem entregarem-se à lascívia.

Ainda sobre esses comportamentos “censuráveis” para a época, Pohl (1976) afirma que, embora as mulheres fossem mantidas excluídas de reuniões masculinas, elas também se entregavam a “relações clandestinas ilícitas” (p. 39). Saint-Hilaire (1975a) também traz indícios dessa realidade ao narrar sobre as mulheres da Cidade de Goiás:

"Durante o dia só se vêem homens nas ruas da cidade de Goiás. Tão logo chega a noite, porém, mulheres de todas as raças saem de suas casas e se espalham por toda parte. Geralmente fazem o seu passeio em grupos, raramente acompanhadas de homens. Envolvem o corpo em amplas capas de lã, cobrindo a cabeça com um lenço ou um chapéu de feltro. Também nessas horas elas caminham umas atrás das outras, e antes se arrastam do que andam, sem moverem a cabeça nem os braços, parecendo sombras deslizando no silêncio da noite. Algumas vão cuidar de seus negócios particulares, outras fazer visitas, mas a maioria sai a procura de aventuras amorosas.

Os olhos negros e brilhantes das mulheres de Goiás traem as paixões que as dominam (...). São inibidas e estúpidas, e se acham reduzidas praticamente ao papel de fêmeas para os homens (1819)" (p. 54).

A vestimenta opulenta nas ruas contrasta com um registro de Pohl (1976), no qual cita que as mulheres, apesar de pouco vistas nas ruas, andavam em suas casas muitas vezes seminuas. Del Priore (2004) confirma que as roupas excessivamente trabalhadas ou a falta delas (exposição da pele do colo e/ou dos seios, uso de transparências por meio de poucas camadas de tecido) eram por vezes utilizadas pelas mulheres para chamarem a atenção dos homens. Além disso, a existência de aventuras extraconjugais por parte das mulheres também é registrada na obra de Del Priore, quando argumenta que as mulheres frequentemente conseguiam burlar a vigilância dos seus maridos para praticar suas libertinagens.

Apesar desse cenário confuso de regras e desvios, nem todas as mulheres do Brasil estavam sujeitas a isso. Trechos a respeito de alguns povos indígenas sugerem diferentes maneiras de tratar e perceber a sexualidade feminina. Como é o caso citado por Pohl (1976), o qual aborda os costumes dos caiapós, cujas mulheres participavam ativamente das festas e guerras, de forma que em ambas as ocasiões possuíam papéis importantes. No casamento, exerciam a poligamia e casavam suas meninas geralmente aos 8 anos, não sabemos, entretanto, das condições em que se davam esses casamentos. Os canoeiros também mandavam suas mulheres à guerra, assim como os homens. E diz o autor que elas, muitas vezes, ultrapassavam os homens no quesito crueldade. Já entre os xavantes, homens e mulheres eram excelentes nadadores e os trabalhos eram divididos de maneira que os homens saíam para caçar e as mulheres dedicavam-se aos trabalhos domésticos.

Vemos então que as mulheres destes povos possuíam mais direitos. Viviam integradas na comunidade, com papéis relevantes nas cerimônias, conflitos e nas rotinas diárias. Desenvolviam habilidades corporais como a dança e o nado. E, em alguns casos, usufruíam da poligamia.

Cardim (1980) também registra a importância das mulheres na Aldeia de Espírito Santo, visitada em janeiro de 1584. Segundo o autor, quando visitantes chegavam na aldeia, as mulheres e os homens os recebiam e apresentavam o povoado em meio a cantos e danças. Em outra passagem, o missionário diz que os hóspedes, ao entrar nas ocas, eram agasalhados e recebidos pelas indígenas com toques em seus rostos, pescoço, ombro e joelhos, por exemplo. E então contavam as histórias de suas vidas e da vida de seu povo, muitas das vezes em choro copioso. Mas ao fim, alegravam-se como se não tivessem chorado há pouco.

Esse trecho ilustra a importância da mulher indígena, a qual recebia os visitantes com suas canções e histórias, podendo ver e ser vista. O que de novo contrasta com as condutas exigidas das mulheres não indígenas (as quais envolvem as brancas, pardas e negras), as quais não podiam falar livremente, andar livremente, quiçá tocar um visitante que chegasse em suas casas.

Depreendemos desse trecho outro aspecto importante que é o da transmissão oral dos conhecimentos e histórias dos povos indígenas. Francisco (2020), ao discutir em seu livro sobre as diferentes formas dos povos manterem suas práticas, seus conhecimentos e seus valores, afirma que os indígenas os transmitiam de maneira oral em reuniões interativas e imaginativas. A autora também afirma que, entre os povos africanos, a transmissão oral é tradicionalmente utilizada, de forma que denominam de Griot (para homens) e Griotte (para mulheres) aqueles que se dedicam à contação de histórias e sabedorias ancestrais.

Percebemos aqui aspectos marcantes da população do Brasil, no Século XIX. Segundo os viajantes, os brasileiros tinham hábitos imorais que deveriam ser modificados, dentre eles: a libertinagem, o concubinato, a embriaguez, o vício em jogos e a indolência. Esse juízo moral se fazia tendo como base a sociedade da qual vinham, permeada do moralismo judaico-cristão e da ideologia liberal que buscava estabelecer populações aptas para o trabalho.

Além disso, já se tornava comum a ideia do brasileiro enquanto um povo hospitaleiro, receptivo e amigo. Muito embora também tenhamos encontrado experiências com hóspedes “descuidados”, na visão dos viajantes.

Discutimos as normas sociais dedicadas às mulheres e as relacionamos ao forte controle da Igreja, do Estado e dos homens sobre suas vidas. Não obstante, elas criavam suas rotas de fuga,

expressando seu desejo de serem vistas por meio de roupas extravagantes ou pela falta delas e consumando relações extraconjugais. Essa vida contrastava fortemente com as possibilidades das mulheres indígenas, que por vezes podiam dançar, cantar, nadar, participar de festas de seu povo, receber viajantes, entre outras atividades.

3.2 - Diversidade religiosa: uma terra, muitos Brasis

Na seção anterior, refletimos acerca dos costumes percebidos pelos viajantes que cruzaram nosso território na primeira metade do Século XIX. No âmbito religioso, ressoava no interior do Brasil religiões e crenças, com diversos tipos de manifestações. Ao longo dos relatos dos viajantes, percebemos que as procissões e festividades eram frequentes em nosso território. Dentre as várias celebrações citadas, temos algumas de procedência católica: Procissão das Cinzas, as festas de Pentecostes (Cavalhadas) (em Goiás e no interior do Mato Grosso), a festa de São João próximo ao Arraial de Ouro Fino (em Goiás), a festa de Nossa Senhora da Abadia e a festa do BomFim (em Mato Grosso), o festival de Nossa Senhora da Conceição em Crato e o Natal em Maçapé, (ambos no Ceará), a Semana Santa e a Procissão dos Pardos das Dores de Nossa Senhora (em Goiás). Algumas festas religiosas de povos indígenas mencionadas dizem respeito aos cultos ao Sol e à Lua e a festa chamada “quebra-cabeça”, ambos dos caiapós, em Goiás.

Como podemos observar pela ênfase dada às celebrações católicas, a religião oficial do estado, o catolicismo, era largamente praticada, difundida e incentivada. Tanto os governantes quanto os viajantes a consideravam como um guia de referência para a conduzir a moralidade da população. Dos autores incluídos em nosso estudo, apenas Johann Pohl era luterano, sendo assim, todos os outros utilizavam os termos “religião” e “fé cristã” quase como sinônimos do catolicismo e todo o resto era por eles considerado como “superstição”, “seita” ou crenças que de algum modo seriam “inferiores” e “profanas”.

Como pudemos perceber, as celebrações eram uma expressão marcante no território brasileiro. No trecho a seguir, Saint-Hilaire (1975b) descreve sobre a festa de Nossa Senhora da Abadia, que aconteceria no Arraial de Bom Fim, em meados de 1819:

A festa tem por finalidade relembrar um milagre operado por intercessão da Virgem numa abadia qualquer da França. O mais curioso, porém, é que a festa, celebrada com grande pompa em remotos arraiais do Brasil, é inteiramente desconhecida dos católicos da França, o país, segundo dizem, onde ocorreu o milagre. Seja como for, um grande número de

peessoas afluí para o arraial, vindo de Santa Luzia, de Meia-Ponte e de lugares ainda mais distantes. Mas não é tanto a devoção que atrai para ali essa multidão de gente, e sim o variado programa das festividades. Com efeito, as comemorações não se limitam apenas a uma missa cantada e a um sermão. Soltam-se também bombas e foguetes, encena-se uma ópera e se realiza um simulacro de torneio – divertimentos profanos que se misturam às solenidades religiosas, como ocorre na festa de Pentecostes (p. 105).

Nas obras consultadas encontramos menções a inúmeras festividades católicas, nas quais, além da missa, geralmente se tinha música, dança e teatro. Duravam dias e contavam com a participação ativa dos vários estratos sociais das localidades em que ocorriam.

Del Priori (1994) reflete sobre as funções das festividades para a população, argumentando que a festa permite a expressão de emoções e necessidades de certos grupos sociais, podendo ser importante para a manutenção do poder de certas instituições e para expressar a criatividade da população. Além disso, afirma que:

Expressão teatral de uma organização social, a festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. Servem ainda de exutórios à violência contida e às paixões, enquanto queimam o excesso de energia das comunidades. A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças (p. 10).

A descrição e a explicação oferecida por Del Priori (1994) permitem uma compreensão mais abrangente dos significados das festividades para o Brasil colônia. Ainda de acordo com a autora, embora as procissões tivessem uma função de disciplinar e controlar as populações, por meio das pregações e do estabelecimento de hierarquias, sua extensão enquanto festa popular abria oportunidades para o profano e a transculturalidade.

Por “profano” nos referimos às músicas que não se restringiam aos hinos eclesiásticos. O profano estava nas danças e nas encenações que incorporavam elementos africanos ou indígenas. Estava nos flertes, nos excessos e na violência que poderiam emergir das disputas pessoais e até políticas dos frequentadores. Enfim, o profano frequentava as procissões e as procissões (assim como a própria Igreja, como veremos a seguir) também incorporava o profano.

Saint-Hilaire (1975b), nos descreve que em Vila Boa, no ano de 1819, muitos dos padres tinham atitudes que, para o autor, eram repreensíveis e desregradas, como por exemplo, terem amantes e filhos. O fato de alguns padres possuírem profissões ou ofícios também escandalizava os viajantes. Era esperado que tivessem condutas de incontestável retidão a fim de que servissem de

exemplo para a população. Isto porque as normas e códigos explicitados pela Igreja Católica eram a aposta da monarquia para a adesão dos colonos à cultura europeia (o que está mais explicitado na seção sobre os saberes acerca do comportamento).

Conforme o tema da religiosidade vai sendo explorado, a aparente unidade religiosa pretendida pela Corte Portuguesa para o território brasileiro começa a se mostrar mais heterogênea e plural. Pohl (1976) dá indicativos de que brancos e negros em algumas ocasiões se dividiam ao comungar a fé católica em Goiás. Em algumas passagens, o autor indica igrejas e festividades católicas promovidas apenas por negros. A festa de Nosso Senhor dos Passos, por exemplo, só era permitida aos brancos. Os mulatos celebravam, oito dias depois, a Procissão dos Pardos das Dores de Nossa Senhora. Tais passagens são exemplos contrários ao chamado “mito da democracia racial”, tão difundido em obras como “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre.

Outra festividade religiosa celebrada por negros era a da Santa Ifigênia, uma santa negra, no Arraial de Traíras, na Província de Goiás. Pohl (1976) nos diz que as comemorações ocorriam no dia 24 de junho, com a mobilização de vários negros trajando uniformes de estilo português, alguns montados em cavalos ornados com fitas e campainhas, em desfile pelas ruas e com parada na igreja. Na igreja içaram uma grande bandeira com a imagem da santa e em sua homenagem realizaram disparos com morteiros e mosquetas, assim como vários instrumentos originários do Congo. A festa durava dias e noites e consistia em uma manifestação com música, teatro, comidas e vestimentas especiais.

Souza (2002) traz algumas contribuições acerca do catolicismo negro no Brasil, com reflexões que partem do Século XV. Segundo a autora, uma parte significativa do catolicismo negro não teve início em solo brasileiro, mas remonta, por exemplo, ao catolicismo pregado pelos portugueses no antigo reino do Congo desde o Século XV. A partir desse processo de aculturação, a população centro africana foi pouco a pouco incorporando elementos católicos às suas religiões.

Mais tarde, após sofrerem intensas violências físicas e psicológicas por meio do tráfico negreiro, os povos foram divididos e alocados no hostil território brasileiro. Distanciados de entes queridos e privados, dentre outras coisas, do acolhimento e conforto de suas próprias culturas, se viram obrigados a reestabelecer suas tradições diante de um cenário que repreendia sua fé e suas celebrações. Nas palavras de Souza (2002): “Novas alianças eram feitas, novas identificações eram percebidas, novas identidades eram construídas sobre bases diversas: de aproximação étnica, religiosa, da esfera do trabalho, da moradia.” (p. 128).

A partir desta conjuntura, o sincretismo religioso entre religiões de matriz africana e o catolicismo foi se estruturando. Pohl (1976), nos dá um exemplo sobre como este fenômeno poderia ocorrer ao narrar que após o término da missa de Pentecostes em Santa Cruz, as mulheres tinham o hábito de jogarem milho por suas cabeças para atrair fertilidade para suas casas. Prática esta que tem raízes nas liturgias africanas.

Souza (2002), por sua vez, esclarece sobre a participação determinante dos reis negros para a concretização do sincretismo no Brasil: adentrando as irmandades católicas, liderando quilombos e grupos de trabalho. Importante dizer que dentre as religiões de matriz africana importadas para o Brasil, havia aquelas que preservaram seus cultos em sua forma original ou muito próxima a ela. A exemplo disso temos os calundus, cujos altares acomodavam objetos mágicos, cerimônias que contavam com oferendas de sangue animal, bebidas, comidas, som de atabaque e possessão de médiuns por entidades. Tais cultos eram duramente reprimidos e perseguidos, enquanto outros que admitiram referências católicas foram encarados com relativa permissão. Nestes cultos as comunidades negras se agrupavam a irmandades católicas que geralmente se organizavam em torno de alguns santos. Em suas celebrações, era comum a organização de cortejos e danças em que um rei negro poderia ser coroado por um padre.

Tendo em vista que mesmo as comunidades negras que se reorientavam para poder professar a sua fé com elementos católicos, tinham seu direito de cultuá-lo constantemente ameaçado por circunstâncias sociais e políticas, sua prática significava um exercício de luta e resistência para o povo negro. Exercício que se tornava ainda mais desafiador para aquelas comunidades que mantinham sua liturgia mais próxima da original.

Ao longo dos relatos dos viajantes, podemos perceber a presença de crenças e práticas rotuladas pelos viajantes como “superstições”. No trecho a seguir, Saint-Hilaire discute sobre as crenças do povo goiano:

Acredito que os goianos, assim como os mineiros, facilmente se tornariam religiosos se fossem instruídos sobre as verdades do Cristianismo e pudessem usufruir de seu inefável consolo. Mas eles não dispõem de um guia espiritual, deixando-se estagnar numa vergonhosa ignorância e substituindo a religião por superstições absurdas. Como a maioria dos brasileiros do interior, acreditam em feiticeiros, em fantasmas, em lobisomens, em demônios familiares, cujas façanhas são narradas mil vezes. Levam ao pescoço amuletos e bentinhos, e quando adoecem recorrem a simpatias e as palavras mágicas (Saint-Hilaire, 1975b, p. 187/188).

Entre o que Gardner (1975) enquadra no rol das superstições e/ou seitas, encontramos os mais diversos relatos: utilização de acrósticos mágicos para cura de picadas de cobras em

Pernambuco, a seita dos sebastianistas em várias partes do Brasil e uso de pão deixado no casaco de pessoa em leito de morte para depois administrá-lo a pessoas embriagadas a fim de curar a embriaguez.

A administração destas e de outras formas de cura era classificada pelos viajantes como fruto de superstições e/ou saberes que derivavam de ideias sobrenaturais. Muitas vezes, esses tratamentos eram prescritos por pessoas popularmente conhecidas como curandeiros, curiosos, práticos etc.

Pohl (1976) descreve o curandeirismo dos indígenas caiapós, que moravam próximo à Vila Boa. Segundo ele os indígenas rejeitavam os remédios oferecidos por portugueses e sabiam realizar sangrias. Este autor assevera que os gentios curam:

as suas doenças com ervas e raízes, recorrendo também a processos supersticiosos e apreciam muito os amuletos de raízes de árvores e de ossos de animais, mas não conseguem obter um sequer, apesar de vê-los em quase todas as crianças (p. 155).

Percebemos então a relevância das crenças no tratamento e profilaxia de doenças. O estudo da historiadora Wilker (2000), esclarece sobre o curandeirismo no Brasil do Século XIX. De acordo com a autora, havia duas categorias de “curandeiros”: os curiosos (também conhecidos como práticos ou cirurgiões), cujos conhecimentos advinham geralmente da leitura de manuais de medicina de diferentes correntes teóricas e de diferentes épocas; e os curandeiros (ou benzedeiros) que valiam-se de saberes ancestrais e tradicionais de sua região, saberes estes passados de geração em geração, que podiam: advir de culturas africanas ou indígenas, englobar conhecimentos sobrenaturais, utilizar recursos da fauna e flora locais, realizar benzeduras e também abarcar saberes existentes em manuais de medicina. Embora fossem vistos com preconceito pela comunidade médica formada e, ocasionalmente, pelos viajantes, os curandeiros eram em geral muito queridos pela população, pois seus saberes faziam parte da cultura na qual trabalhavam e seus serviços criavam laços de solidariedade e fraternidade entre enfermo e curandeiro.

Outra manifestação das credulidades e superstições da população era a difusão de histórias em que apareciam figuras fantásticas ou sobrenaturais. A citação transcrita anteriormente, Saint-Hilaire (1975b) sinaliza a existência de rumores acerca de fantasmas, demônios familiares, feiticeiros e lobisomens. Em outra obra (Saint-Hilaire, 1975^a), o autor traz considerações acerca de uma história misteriosa que circulava entre os goianos: um monstro denominado minhocão. Contava-se que tal monstro já fora visto na Lagoa Feia e no Rio dos Pilões e podiam atacar e arrastar bois e cavalos para o fundo da água. Pela descrição, os monstros eram de cor preta, se pareciam muito com minhocas gigantes, com uma boca visível e grande e uma envergadura larga. Em diálogo com um

conhecido muito respeitado, Saint-Hilaire teve a história confirmada, mas o seu amigo lhe garantiu que o monstro era um grandioso peixe dotado de nadadeiras.

Embora os relatos sobre esse monstro fossem frequentes na população, o autor não teve oportunidade para vê-lo com seus próprios olhos. Além disso, o animal não teria sido documentado por nenhum zoologista, como ele mesmo indica em seu livro. Entretanto, Saint-Hilaire levanta hipóteses de que seja uma variação do conhecido *Lepidosiren paradoxa* (conhecido popularmente como piramboia), ou que pudesse ser realmente apenas uma “fábula”.

Aqui percebemos a circulação de histórias que hoje denominamos lendas e que são percebidas como parte do “folclore brasileiro” ou ainda “cultura popular”. Em outras palavras, processos criativos ligados à religiosidade, ao sobrenatural, cristalizaram-se como parte da cultura de um povo.

Outro ponto a ser explorado é o da seita dos sebastianistas, que segundo Gardner (1975) era mais popular no Brasil do que em Portugal. De acordo com essa crença, o Rei D. Sebastião (falecido rei de Portugal) haveria de ressurgir, levando a felicidade a todos que o seguissem. O autor relatou que, no ano de 1836, um morador do sítio Pedra Bonita, Comarca de Flores, na Província de Pernambuco, iniciou uma mobilização em torno da ideia de que o Rei D. Sebastião estaria atrás de alguns rochedos da região, em vias de retornar para trazer boas novas à comunidade. Após algum tempo angariando seguidores, apareceu um homem que se autoproclamou rei e, dentre outras falas supersticiosas, afirmou que a imortalidade e a restauração de um reino encantado se fariam mediante sacrifícios humanos. A partir daí muito tempo se passou (cerca de dois anos) durante o qual inúmeras pessoas se juntaram ao falso messias. Na altura deste relato (ano de 1838) os acontecimentos tomaram proporções reais, pois o homem liderou um culto que ceifou a vida de boa parte daqueles que o seguiram, totalizando quarenta e duas pessoas, entre elas adultos e crianças. O irmão do falso rei, querendo para si o título do irmão, assassinou-o e reuniu os seguidores que restavam. Estes o defenderam em um conflito contra a guarda nacional chefiada por um comandante que tentava conter o movimento fanático.

Com isso, mais pessoas morreram e outras fugiram pelas matas da região. As menções a respeito desse caso de fanatismo da Comarca de Flores são mencionadas na transcrição de uma carta que aparece no “Diário de Pernambuco”, publicada em 16 de junho de 1838. O autor disse ter conversado com muitas pessoas a respeito do ocorrido, mas não comenta muito a respeito.

Santos (2012) realiza um estudo intitulado “Sebastianismo e messianismo em Os sertões”, no qual discute as funções do sebastianismo e do messianismo no Século XIX. O autor traça uma

comparação entre os contextos social e econômico existentes quando o sebastianismo se constituiu em Portugal e quando se consolida no Brasil. De acordo com Santos (2012), a fragilidade econômica (pobreza), política (insegurança pública e instabilidade governamental) aliados a uma cultura judaico-cristã, colaboraram para a existência do sebastianismo. O povo, desolado e sem esperanças, viu na figura do Rei D. Sebastião e de seus porta vozes - como foi o caso do líder João Antônio dos Santos, na Comarca das Flores (Pernambuco), e de Antônio Conselheiro, em Monte Santo (Bahia) – a possibilidade de uma melhoria de vida. As autoridades locais, por sua vez, reagiram de maneira violenta, preocupada apenas com a “ordem pública”, ou melhor, com o bem-estar dos fazendeiros, dos coronéis e da Igreja. Em ambos os casos (em Flores e em Monte Santo), os movimentos eram tratados com repressão e não houve propostas de atender às suplicas daqueles que recorriam ao que para eles era o único recurso de que dispunham para mudar suas realidades.

Dando prosseguimento às discussões acerca da heterogênea composição de crenças e religiões brasileiras, chegamos inevitavelmente nas considerações dos viajantes acerca dos rituais e crenças indígenas. Iniciamos as discussões com o relato de Pohl (1976), no qual aborda sobre a instrução religiosa dos indígenas, mais especificamente sobre as aldeias de Duro e Formiga, na Província do Maranhão. Tais aldeias consistiam em povos diversos que se fundiram em decorrência de conflitos entre as etnias, podiam ser encontrados nessas aldeias povos xavantes, acroás-mirins e xerentes, de forma que se identificavam com esta última denominação. O autor diz que, embora já tenham sido essas aldeias catequisadas por jesuítas em outras épocas, ainda havia resquícios de suas “ideias supersticiosas e pagãs” (p. 240). Também recorre à palavra feitiçaria para se referir aos cultos indígenas, identificando a existência de fórmulas de encantamento, orações e “danças selvagens”.

Descrições como estas dão ênfase na “forma” do culto indígena, no seu caráter “não católico”, o que implica em uma visão mais preocupada com a padronização dos rituais religiosos do que com a legitimação da diversidade de crenças.

Cardim (1980), relatou a religiosidade dos povos indígenas que visitou de maneira similar. Suas considerações sobre os tupinambás apresentam o seguinte:

Este gentio não tem conhecimento algum de seu Creador, nem de cousa do Céu, nem se há porta nem gloria depois desta vida, e portanto não tem adoração nenhuma nem ceremonias, ou culto divino, mas sabem que têm alma e que esta não morre (...) (p. 162).

Pouco a frente o autor também escreve:

Não tem nome enxerga com que expliquem a Deus, mas dizem que Tupã é o que faz os trovões e enxerga os, e que este é o que lhes deu as enxadas, e mantimentos, e por não terem outro nome mais próprio e natural, chamão a Deus Tupã. (p. 163).

Embora trate-se de um texto quinhentista, esses trechos constituem uma representação do olhar dos viajantes para com as populações ameríndias bem como apresentam, ainda que superficialmente, elementos das crenças sobrenaturais do povo tupinambá. A partir dessas passagens conseguimos entrever que os entendimentos das tribos acerca do mundo sobrenatural é variado e inclui diversas figuras e recursos (como a imortalidade da alma e as mitologias que explicam os fenômenos naturais). Ainda assim, Cardim (1980) afirmou que careciam de instrução religiosa, por não possuírem uma liturgia similar à católica.

Vainfas (2005) afirma que a cultura dos povos indígenas sofreu com a ideia judaico-cristã de idolatria e a sua conversão em “demonolatria” pela Igreja medieval. Sendo assim, todas as práticas religiosas que fugiam aos preceitos católicos deveriam ser consideradas demoníacas. A partir disso, desde os rituais que apresentavam cantos, músicas e danças, até aqueles com sacrifícios humanos e antropofagias, seriam considerados diabólicos. Também as personificações dos elementos da natureza eram vistas com maus olhos ou atribuindo-os pouco valor.

Essa atitude de considerar as crenças indígenas enquanto ritos diabólicos resultou em diferentes tentativas de controle por parte dos colonizadores. Enquanto os espanhóis se esforçavam pela extirpação do mal via violência e forte contenção, os portugueses eram mais “brandos” e quase sempre se limitavam à ação jesuítica (não que essa ação seja aqui considerada respeitosa e desprovida de violência). Os portugueses tinham impressões de que os indígenas pouco sabiam acerca da ideia de Deus e que bastava enxergar os ensinamentos cristãos para convertê-los. Por outro lado, era comum entre os indígenas usar de suas crenças como forma de resistir ao projeto de catequização. Esses boicotes se constituíam em atitudes cotidianas de transgressão aos padres e demais autoridades católicas. Isso quer dizer que a resistência indígena era sutil, pois na superfície, o que se via era aquilo que os viajantes relataram acerca dos batismos acontecendo e das pregações sendo frequentadas, mas não deixavam os nativos de dar o seu elemento à sua forma de executar o catolicismo (Vainfas, 2005).

Dessa maneira, identificamos a perspectiva da idolatria e da demonolatria uma teoria do que é certo e errado em termos de crenças religiosas, interferindo na interpretação que os europeus tinham das crenças indígenas e em suas ações sobre elas. Concebia-se que o “mal” permeava os ritos ameríndios e essa forma de enxergá-los deu vazão a estratégias de contenção desse mal e perpetuação da fé cristã. Como foi dito no capítulo anterior, os europeus se incumbiam da missão

de cristianização do orbe e esse imperativo se mesclava aos ideais mercantis de dominação capitalista (Netto, 2012; Lopes, Filho & Veiga, 2000). Sendo assim, a idolatria, a demonolatria e o liberalismo convergem nas ações de aculturação dos jesuítas para com os indígenas.

Isso é corroborado por Massimi (2016), quando a autora argumenta sobre:

(...) um código de interpretação das realidades socioculturais alheias, construído a partir dos padrões disponíveis na Europa da época, e inspirado pela exigência pragmática de realizar relações e ações concretas nos novos mundos (p. 140).

Apesar da perspectiva eurocêntrica que regia as interpretações da época, os jesuítas se dedicaram a uma intensa formulação teórica a respeito dos indígenas, escrevendo a respeito de sua cultura e constituindo-se de importantes tratados antropológicos (Massimi, 2016).

Saint-Hilaire (1975a) relata a história de aculturação sofrida pelos indígenas pertencentes à região de Goiás, os caiapós, na qual inúmeros nativos foram levados para os assentamentos dos brancos para então serem batizados e catequizados por volta de 1780. Esse gesto de aparente submissão parecia ter indicado que eles aceitariam uma nova fé, o que sem dúvida influiria sobre a forma como praticavam suas crenças.

Em outro trecho, identificamos o diálogo de Saint-Hilaire (1975b) e Firmino, o indígena da tribo dos Botocudos que o acompanhava em suas expedições. Diz o autor que Firmino revelou a existência de um “piolho gigante”, do tamanho de um rato, que o seguia por toda a parte e se mostrava durante o período da noite. Sempre que desejava falar, este se agarrava aos seus cabelos e falava em seu ouvido, censurando-o dos maus atos, instruindo sobre o que deveria fazer e sobre as pessoas. Disse Firmino que muitos de sua tribo possuíam um piolho assim e, para Saint-Hilaire, apesar dos Botocudos não possuírem uma concepção de Deus, acreditavam em espíritos.

Massimi (2016), ao discutir o tratado do jesuíta Francisco Soares, identificou a faculdade da imaginação quando aplicada aos assuntos religiosos. O padre havia documentado sobre a capacidade dos indígenas de teorizar a respeito do fogo, da existência de demônios, do dilúvio, etc. Sendo assim, o relato de Saint-Hilaire (1975b) é contemplado pelos estudos da autora, quando descreve a presença da imaginação no âmbito do mundo sobrenatural.

Além das possibilidades de discussão acerca da diversidade religiosa que as citações nos trazem, é possível identificar o tema da religião enquanto ferramenta de controle e modificação do comportamento da população brasileira. Sobre isso será oportuna a descrição de Saint-Hilaire (1975a):

Fazia sermões todos os domingos, procurando inculcar nos seus paroquianos o amor ao trabalho e usando de toda a sua influência para convencê-los a abandonar seus errôneos métodos de agricultura. [...] pregar principalmente contra a ociosidade. [...] seus habitantes tinham bons costumes e o concubinato ali era menos comum (p. 25).

Nessa e em outras passagens das obras, há uma perspectiva de que a religião pode influir sobre os indivíduos de forma a transformar seus comportamentos, tornando-os mais eficientes em suas práticas agrícolas, possuindo casamentos estáveis, trabalhando com afinco e assiduidade, deixando práticas imorais como o concubinato, a prostituição, etc.

Rodrigues (2007) também verifica esse tema em seu trabalho e ressalta que a religião é um fator que colabora para o desenvolvimento identitário e moral dos indivíduos. Nesse sentido, são verificadas ações que se valem da religião para realização dos processos de aculturação dos povos originários, bem como as tentativas de catequização e controle dos moradores das vilas e cidades.

Dessa maneira, a partir dessa seção percebemos diversos componentes da esfera religiosa do Brasil. Dentre esses componentes estavam as celebrações e festividades católicas, que abarcavam manifestações “sagradas” e “profanas”, ou seja, englobavam as missas e orações destinadas aos santos e períodos sagrados e as danças e os flertes proibidos. Entretanto, essa união de comportamentos antagônicos não estava presente somente nas festas, no cotidiano, assim como os fiéis, os padres também tinham atitudes repreensíveis pelos dogmas católicos, como por exemplo viver em concubinato.

O catolicismo negro também consistia em uma manifestação religiosa permeada de antagonismos. Embora fosse resultado de ações de aculturação promovidas pelos europeus tanto no território africano quanto no americano, o catolicismo negro transbordava em elementos dos cultos afro, uma vez que era praticado em meio a referências estéticas, litúrgicas e morais provenientes dos povos das diversas localidades do continente africano, no campo da música, da vestimenta, do teatro etc.

A religiosidade brasileira dos oitocentos compreendia também as crendices, superstições, lendas e messianismos. As funções desses saberes sobre o sobrenatural variavam: serviam para a proteção das pessoas, eram utilizadas na cura de enfermidades, na busca por melhores condições de vida e no controle do comportamento das pessoas.

Por fim, trouxemos algumas reflexões sobre como os povos indígenas foram vistos pelos viajantes no que tange às suas manifestações religiosas. Seus cultos envolviam mitos acerca dos fenômenos naturais, pedidos a divindades da cura, homenagens com cantos, danças e instrumentos típicos, rituais para situações específicas como luto, cura, crença em espíritos etc. Nos relatos, a

riqueza da espiritualidade indígena fica subrepresentada por suprimirem-se descrições detalhadas e pelo uso de palavras como “feitiço”, “superstições”, “danças selvagens”, que muitas vezes impede uma descrição mais pormenorizada acerca do que se pretendia narrar. Verifica-se, por meio dessas escolhas, a preferência por demonizar ou desqualificar a prática dessas crenças em favor de religiões de procedência europeia/cristã.

O terreno da religião dos oitocentos mostrou ser aquele em que o único sistema legítimo de crenças, segundo a corte portuguesa e brasileira, deveria ser o catolicismo. Todavia, o monopólio do mundo sobrenatural estava longe de ser conquistado. Os arraiais transbordavam diversidade religiosa e cultural, contrariando os ideais imperialistas e eurocêntricos.

3.3 - Saberes sobre o comportamento: aprendizagem, educação e controle.

As discussões empreendidas anteriormente, vez ou outra, nos remetem a comportamentos notados na população brasileira, seja nas discussões sobre os costumes da população ou as práticas religiosas empreendidas, as atitudes dos gentios da terra foram frequentemente elencadas.

Mas, ao contrário da discussão sobre quais comportamentos eram característicos das comunidades do Brasil, nesta seção discutiremos sobre como esses comportamentos eram compreendidos por alguns dos grupos sociais que aqui circulavam. Aparecem nos relatos a compreensão dos comportamentos como “herdados”, “aprendidos” ou condicionados às condições climáticas do ambiente, o que indica entendimentos conflitantes acerca da forma com que as pessoas desenvolviam determinados comportamentos.

Saint-Hilaire (1975b) diz que os habitantes de Vila Boa (em Goiás) estão frequentemente entregues à apatia e à ociosidade em virtude do calor do clima. Em outra passagem, diz que os habitantes de Goiás foram retirados um pouco de sua rudeza pelo calor excessivamente quente. E instruía que os sacerdotes enviados à Goiás fossem substituídos de tempos em tempos, a fim de que não se amolecessem com o clima.

De acordo com Oliveira (2022), as teorias que pautavam o determinismo climático sobre o ser humano tinham forte influência no decorrer do Século XVIII. Para os pensadores dessa corrente teórica, o clima poderia influenciar a cultura, o caráter dos indivíduos, comportamentos, etc. Charles Louis de Secondat (1689 – 1755), por exemplo, afirmava que as temperaturas mais frias da

Europa eram benéficas aos seres humanos, ao contrário dos ares quentes dos trópicos. De forma mais detalhada, o filósofo e político, postulou que o clima quente favorecia às paixões, aos prazeres e à covardia, recorrendo às suas relações para justificar a escravidão, pois para ele a covardia dos povos residentes nos trópicos os tornou escravos, ao passo que os povos dos climas frios tenham permanecidos livres pela coragem que o clima os inspirava. Outra proposição que merece destaque é a de autoria do francês Jean-Baptiste du Bos, segundo a qual não haveria a possibilidade de se nascerem gênios em climas quentes.

Anos mais tarde, o foco das teorias mudou, passando de um determinismo climático para um determinismo biológico, ou genético. Colaboraram para essa transformação as propostas dos naturalistas: Georges-Louis Leclerc (ou Conde de Buffon) (1707 – 1788), sobre a degeneração dos animais, a de Chevalier Lamarck (1744 – 1829), sobre as transformações dos seres vivos por meio de fenômenos naturais, Charles Darwin (1809 – 1882) e Alfred Wallace (1823 – 1913) que lançaram juntos a teoria evolucionista das espécies.

Muito embora a teoria evolucionista de Darwin e Wallace não tenham sido originalmente desenvolvidas para análises de certos atributos ou práticas humanas essas deturpações ocorreram rapidamente. As aplicações do pensamento evolucionista logo penetraram nas ciências sociais (entre elas a antropologia, sociologia, pedagogia entre outras) e se configurou enquanto darwinismo social (Schwarcz, 1993).

Em algumas passagens é possível identificar a influência da compreensão biologicista sobre a aquisição de comportamentos e de habilidades. Nelas percebemos a utilização de expressões que denotam a ideia de uma transmissão genética de certas características que, por sua vez, ocasionam determinados comportamentos. No exemplo a seguir, Saint-Hilaire (1975a) comenta sobre uma característica “inata” de seu guia:

José Mariano anotava instintivamente as menores coisas que víamos e sabia tirar delas conclusões exatas, possuindo um dom inato para se guiar numa região em que qualquer outra pessoa se teria extraviado dezenas de vezes (p. 102).

Em outros momentos, Saint-Hilaire (1975b), afirma que esse mesmo guia, em decorrência de sua raça mestiça, era insubordinado (não seguia suas regras e não atendia aos seus pedidos) e inconstante (mudava de humor com frequência). O autor aborda outras características que, segundo ele, eram inatas, como a grande habilidade e a inteligência dos artesãos goianos para copiar obras, mas ressalta que eles não possuíam nenhum talento criativo. E em outro momento, quando presenciava as festas de Pentecostes em Goiás, o mesmo autor mencionou que os brasileiros tinham um talento natural para a música.

Aqui, os autores naturalizam habilidades específicas, como orientar-se em uma mata, reproduzir determinadas obras artísticas, criar obras de arte e reproduzir ou aprender música. Em outras palavras, eles as compreendem enquanto instâncias determinadas pela biologia, pela hereditariedade. Esse determinismo biológico é utilizado para outros fenômenos psíquicos como inteligência, temperamento, caráter e emoções. Vejamos um pouco sobre como os autores discorrem a respeito da inteligência e como ela é relacionada a comportamentos que vão sendo categorizados como: capacidade para raciocinar, ingenuidade, submissão e apatia.

Saint-Hilaire (1975b), relata que os mineiros são reconhecidos por serem mais inteligentes que os goianos e que os indígenas da tribo dos Caiapós possuíam mais capacidade de raciocinar que os índios puros, que “não passam de crianças grandes” (p. 129).

Gardner (1975) também faz suas comparações quando aborda o tema da inteligência, reiterando ser esta uma faculdade herdada. O trecho a seguir aborda os escravos negros do Brasil, de maneira generalizada:

Se se contrastar a capacidade mental dos índios nativos com a do negro, não será difícil em quase todos os pontos, decidir em favor daqueles. Não é das menos fortes provas da deficiência mental do negro o fato de que, mesmo nas zonas mais remotas do país, três ou quatro brancos podem conter trezentos ou mesmo quatrocentos deles na mais perfeita submissão (p. 26).

Conforme esses trechos são elencados, percebemos que a compreensão dos comportamentos abrange concepções sobre faculdades mentais, tais como raciocínio, inteligência, aptidão ou talento.

Dessa forma, observamos que os comportamentos eram, muitas vezes, circunscritos a uma lógica de herança biológica, a qual, por sua vez, foi concebida a partir das teorias ligadas ao racismo científico dos Séculos XVIII e XIX. O estudo de Oliveira (2022), corrobora com esta afirmativa, uma vez que, ao citar autores como Spix e Martius, William H. Edwards e Henry Bates e debater suas observações acerca dos costumes, descrições fenotípicas das populações indígenas e organização cultural, percebeu que estas reforçavam ideias acerca da suposta inferioridade dos povos não europeus, do determinismo do clima, da eugenia e muitas outras temáticas hoje relacionadas ao racismo científico.

Sobre estas observações que reavivam concepções biologicistas, temos o momento em que Saint-Hilaire (1975a) faz uma análise sobre os indígenas da Aldeia de Santana, em Minas Gerais:

Muito menos mestiçados que os habitantes do Rio das Pedras, os de Santana conservaram na íntegra, ao que parece, o temperamento dos índios. Segundo me disse o comandante, é

com grande dificuldade que se consegue fazê-los trabalhar chegando eles muitas vezes a passar fome, por sua apatia. O cultivo da terra é um trabalho que exige previsão, qualidade que os índios não possuem. Sua inclinação natural, que os leva a viver o dia-a-dia, quase como os animais, faz deles necessariamente caçadores e pescadores (p. 143).

Aqui, Saint-Hilaire (1975), atribui o “comportamento apático” dos indígenas a causas genéticas que seriam determinadas pela sua “raça”, o que é demonstrado pelo uso da expressão “mestiçados”, o que quer dizer que não se tratava de “índios puros”. Outro pensamento de cunho biologicista também é percebido nesse trecho, quando descreve que os indígenas não planejavam o futuro, o que os aproximaria do comportamento dos animais, ou seja, há uma ideia de “comportamento instintivo”, novamente algo que seria determinado biologicamente.

Em outros trechos, podemos ver novamente o tema da apatia (ou indolência) compreendido como um problema herdado, como no relato de Pohl (1976) sobre os habitantes de Arraial da Anta, em Goiás:

Quanto aos brancos e aos mulatos ou livres, por hereditária preguiça, nada os leva a se mexer, a pôr a mão em qualquer trabalho que demande algum esforço. Preferem passar fome. Faltam negros escravos e qualquer serviço só dificilmente pode ser feito (p. 175).

Podemos traçar um paralelo entre as descrições dadas pelos viajantes, acerca dos talentos e dons dos colonos e as considerações de Immanuel Kant, acerca dos talentos dos africanos, publicadas em sua obra “Observações sobre o sentimento do belo e do sublime”, no ano de 1764:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores (Kant, 2012, p. 69).

Assim, podemos perceber a falácia das características herdadas sendo utilizada como justificativa para a escravidão dos povos negros. Francisco (2018), ao abordar a questão da escravidão em seu livro, argumenta que a escravidão é uma prática que remonta ao período da Antiguidade e acontece em inúmeras civilizações, muito comumente em decorrência de guerras que, ao final, gerariam escravos entre os perdedores. Entretanto, a escravidão nos moldes coloniais dos Séculos XVI, depositou um valor econômico à prática, pois ocorria mediante o lucrativo tráfico de escravos e os submetia a manufatura de produtos a serem comercializados. Apesar das teorias relacionadas ao racismo científico serem popularizadas após anos de escravidão colonial,

constituíam a resposta da “ciência” para o dilema da escravidão, por meio da enumeração de uma série de características morais, intelectuais e psicológicas para justificar essa prática.

Schwarcz (1993) complementa essa última asserção ao explicar que a constatação da “realidade das raças”, desembocou na compreensão de que os caracteres físicos e morais possuíam relação direta, de forma que as diferenças culturais se justificavam a partir das diferenças biológicas. Mais ainda, argumenta que a percepção de que havia características indesejáveis próprias de determinadas raças, permitiu debates políticos que envolviam refletir sobre a submissão e, até mesmo, a extinção de algumas dessas raças (nasce a eugenia).

Dentre as teorias e teóricos que se destacaram, Schwarcz (1993) cita Cesare Lombroso (1835 – 1909) que aplicou as concepções de raça a estudos acerca do comportamento, mais especificamente, Lombroso acreditava que a criminalidade é um fenômeno físico e hereditário, de forma que irá se manifestar de maneiras diferentes em diferentes sociedades.

Schwarcz (1993) também menciona que a teoria tinha forte influência da frenologia no Século XIX. O pesquisador André (2018) aponta que a frenologia considerava que o comportamento humano poderia ser determinado por alterações cerebrais, estudadas principalmente a partir do córtex e da curvatura do crânio. Algumas análises feitas à luz dessa teoria traziam afirmações de teor racista, entre elas: asiáticos eram predispostos ao roubo e à fraudes, indianos podiam ser estúpidos e cruéis, os talentos podiam ser agrupados a partir de critérios raciais, havia diferenças exorbitantes entre os selvagens da Nova Holanda e os virtuosos alemães, etc.

A influência da frenologia no pensamento de Gardner (1975) é explícita quando o autor comenta a respeito de Manuel Souza Martins, o Barão de Parnaíba (então governador da Província de Piauí):

Enquanto ele lia minhas cartas, não pude deixar de analisar o aspecto de um indivíduo cujo nome é mais célebre que o de qualquer outro ao norte do Brasil e cujo governo despótico da província, de que é presidente, lhe granjeou, o apelido de "Francia do Piauí". Era de baixa estatura e vigorosa constituição, embora não corpulento, e seu semblante revelava muito mais energia de corpo e de espírito do que é comum em homens de sua idade no Brasil, pois então contava com setenta anos, aproximadamente; a cabeça era extraordinariamente grande e, segundo os princípios da frenologia, muito bem proporcionada na parte anterior e posterior, mas deficiente na região dos sentimentos morais, tendo considerável largura de ouvido a ouvido (p. 124).

Tendo em vista a citação anterior, Gardner parecia estar atento às disposições da frenologia para a determinação da moralidade e da vitalidade das pessoas, como cita em seu relato. Embora referências diretas à frenologia não se repitam na obra, podemos imaginar que os preceitos dessa

teoria influenciassesem seu julgamento acerca das pessoas que observara durante suas viagens. Como é o caso do momento em que comenta sobre a possibilidade do Brasil consolidar a Proclamação da República:

Se isto acontecer, a população branca sem dúvida experimentará a selvagem capacidade das raças mistas, especialmente das que têm sangue africano. É notório que os piores criminosos são os desta classe, herdeira em parte do intelecto superior do branco, ao mesmo tempo que conserva a astúcia e a ferocidade do negro; são em sua maioria livres e não têm boa vontade para com os brancos, que formam a parte menos numerosa da população (p. 26).

Aqui aparecem concepções oitocentistas a respeito da hereditariedade do comportamento criminoso, que nos remete à antropologia criminal, de Lombroso. E possivelmente às considerações advindas da frenologia.

Uma vez que as teorias racistas estavam postas, havia discussões que se desdobravam delas, como por exemplo os posicionamentos contrários ou favoráveis a respeito da miscigenação das raças. Sobre isso apresentamos as afirmações de Saint-Hilaire (1975a) que atestam em favor à miscigenação:

(...)tanto entre os homens quanto entre os animais, as raças se aperfeiçoam ao se cruzarem. (...) Se os mulatos herdaram a inconstância da raça africana, por outro lado se distinguem dela, tanto homens quanto mulheres, por traços físicos mais belos e particularmente por uma vivacidade de espírito e uma facilidade de apreender as coisas que são consideradas apanágio dos brancos. Os mamelucos, bem inferiores em inteligência aos homens da raça branca, levam vantagem sobre os índios por suas qualidades exteriores: as mulheres quase sempre são encantadoras, os homens bem constituídos, e a história do Brasil atesta irrefutavelmente a força destes últimos, sua intrepidez, sua audácia e a superioridade que sempre demonstraram em relação aos seus ancestrais maternos (...) (p. 136/137).

Essas palavras aparentemente elogiosas à miscigenação parece ser uma das saídas possíveis para viabilizar o projeto da nação brasileira. De acordo com Schwacz (1993), as teorias favoráveis à miscigenação, em geral, viam no branqueamento a esperança para as nações nas quais a mestiçagem se deu desenfreadamente. Por outro lado, as teorias contrárias ao cruzamento de raças geralmente afirmavam que estas sempre ocasionavam na proliferação das características negativas das raças, o que deveria ser evitado. Tendo em vista essas hipóteses, os museus etnográficos brasileiros, inaugurados e chefiados por influentes naturalistas da época, eram palco de inúmeras pesquisas cujo objetivos eram encontrar exemplos de povos miscigenados com as mais repreensíveis culturas.

Anos mais tarde, essas discussões foram incorporadas no arcabouço da higiene mental no Brasil, com a criação de institutos e agremiações como a Liga Brasileira de Higiene Mental,

aparentemente preocupada com a felicidade do ser humano, ou em outras palavras, pretendia exercer uma “profilaxia mental” e combater a degenerescência psicológica. Para tanto, utilizava amplamente das propostas eugênicas de melhoramento de raça (Boarini, 2002).

Até aqui, compreendemos que os viajantes por vezes apresentavam uma visão biologicista do comportamento e das características humanas. De acordo com essa perspectiva, o ser humano seria determinado a partir de sua composição biológica, a qual estaria diretamente ligada à raça de pertencimento. Essa corrente teórica se baseia, dentre outras teorias, no darwinismo social, na teoria da degenerescência e na eugenia.

Apesar de frequente nas descrições dos viajantes, a perspectiva biológica dos comportamentos e características humanas dividia espaço com teorias ambientalistas, como veremos a seguir. Saint-Hilaire (1975b), por exemplo, explica como as punições foram eficazes para a contenção de comportamentos criminosos:

Não há dúvida de que sua autoridade trouxe algum bem, mas unicamente a execução das rigorosas ordens do Marquês de Pombal conseguiu tirar a Província de Goiás do terrível estado de anarquia em que tinha mergulhado, e o temor das punições - é doloroso dizê-lo - operou uma mudança que nem as leis da moral nem o interesse comum tinham conseguido obter no decorrer de tantos anos (Saint-Hilaire, 1975b, p. 162).

Aqui o comportamento, outrora concebido como decorrência da carga biológica do indivíduo, é considerado como passível de mudança quando submetido a uma consequência diferente. Neste caso, Saint-Hilaire (1975b) reconhece que a punição poderia suprimir o crime. O mesmo raciocínio é empreendido por Gardner (1975), ao dizer que os proprietários de escravos faziam uso do chicote para punir seus erros.

Por outro lado, consequências também poderiam, no pensamento de Saint-Hilaire (1975a), aumentar a incidência de determinados comportamentos. Como é o caso da esmola que incentivaria a mendicância e a ociosidade e dos programas de vantagens que os governantes poderiam oferecer para promover bons costumes na população

Considerações também são feitas sobre como alguns comportamentos podem ser favorecidos em contextos em que podem retirar um elemento desagradável do ambiente. Como por exemplo a mentira que seria praticada pelo escravo para impedir que o roubo fosse punido pelo senhor (Saint-Hilaire, 1975b). Há, portanto, uma compreensão do ser humano enquanto determinado por seu meio ambiente (determinismo ambiental), a partir de concepções mecanicistas (de que os comportamentos possuem “causas”).

Além disso, frequentemente instituições como o Governo, o casamento e a Igreja eram considerados como meios de controlar alguns comportamentos inoportunos. Saint-Hilaire atesta que uma boa gestão poderia retirar os habitantes de Goiás da apatia e incentivá-los ao trabalho (Saint-Hilaire, 1975a) e ao casamento (Saint-Hilaire, 1975b). E transcreve a fala de um coronel que dizia ser a miséria do povo da Província de Goiás era fruto da falência dos casamentos, pois:

Os brancos levam uma vida desregrada, em companhia de mulheres negras ou índias; interessam-se pouco pelas crianças que nascem dessas uniões passageiras e não se preocupam em aumentar os seus bens, que mais tarde serão herdados por parentes afastados. Suas amantes, sabendo que não podem contar com uma ligação duradoura, apressam-se em tirar proveito da ascendência que exercem sobre eles e acabam de arruiná-los (Saint-Hilaire, 1975a, p. 122).

O autor também considera importante que a Igreja atue frente à população, incentivando casamentos, pregando contra os maus hábitos e catequisando as crianças (Saint-Hilaire, 1975b).

Essas percepções mecanicistas podiam ser vislumbradas não apenas no cenário internacional, como nos demonstram os viajantes, mas também entre ilustres brasileiros do Século XIX, os quais enviavam cartas e publicavam textos no intuito de difundir tais ideias e angariar esforços para concretizá-las. Citamos aqui Miguel Calmon du Pin e Almeida e José da Silva Lisboa, ambos com cargos públicos e cujos saberes psicológicos acerca do comportamento humano são contemplados a seguir.

Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796 – 1865), natural da Bahia, ministro e diplomata, apresenta em suas cartas que a remuneração concedida em troca do trabalho é um importante meio de controle do comportamento. Massimi (1990) cita a carta que trata da reforma dos cárceres e do modo como a pessoa em situação de inconformidade com a lei era tratada na época. Sugere que a “reforma do comportamento” pode ocorrer por meio do trabalho, do estímulo da retribuição que deverá estar ligada à satisfação de uma necessidade - necessidade esta que será moldada de acordo com o funcionamento da sociedade. Dessa maneira, os bons atos serão recompensados e os maus atos serão punidos. Essa forma de organização da sociedade remete às reflexões de Foucault sobre como a sociedade moderna vigia e pune os indivíduos (p. 42, Massimi 1990). Além disso, as ideias de retribuição e satisfação de necessidade podem ser transpostas para uma compreensão do comportamento em que a satisfação de uma necessidade ou a remuneração pelo trabalho funcionam como reforçadores do comportamento considerado adaptativo (nesse caso, o comportamento de trabalhar).

Também foram encontrados nos escritos de Miguel Almeida uma concepção de que o ambiente familiar traça a moralidade e inteligência do indivíduo, constituindo uma forma

determinista de compreender desenvolvimento humano. Temos aqui uma teoria com um pressuposto de determinismo ambiental (Massimi, 1990).

Até aqui citamos como forma de controle do comportamento da população o trabalho, o casamento, a fé cristã, o uso de punições e incentivos. Paulatinamente, uma outra ferramenta ia sendo utilizada pelo governo enquanto ferramenta de controle, a saber, a educação. O primeiro passo nesse sentido foi a expulsão dos jesuítas do país e o desmantelamento de sua rede de ensino. Como substituintes, previam a consolidação do modelo das Aulas Régias. Vejamos o que Pohl (1976) diz sobre elas, quando passava pela Capitania de Goiás:

No ano de 1744 foram estabelecidas coletas para auxílio das escolas. No segundo ano renderam 2: 860\$840. Em 1794, perfizeram, em toda a capitania, apenas 734\$055. Esse dinheiro era destinado ao pagamento dos professores públicos, os quais, com as coletas sempre decrescentes, tinham de cair na pior situação, a ponto de eles próprios estabelecerem coletas. Em Vila Boa esses professores eram: um de Filosofia e Moral, um de Retórica, um de Gramática e um de disciplinas elementares. Em Meia Ponte também há um Professor de Gramática e, no importante Arraial, um que ensina a ler, escrever e contar. Mas, como esses mestres, por causa da insignificante coleta, não podiam ser remunerados, várias matérias deixaram de ser ensinadas em Vila Boa, conservando-se apenas um professor de Gramática para esta Capital e alguns professores primários no Arraial (p. 139).

Dessa maneira, percebemos que as reformas pombalinas promovidas em meados de 1760 eram deficitárias, pois não possibilitavam um acesso efetivo da população às aulas. E, mesmo com a busca pela secularização do ensino, havia padres que voluntariamente se dispunham para ensinar algumas crianças, tendo em vista a insuficiência de professores e escolas. Um trecho da obra de Gardner (1975) ilustra essa realidade ao tratar sobre como se dava a educação no interior da Província do Piauí:

Como os meios de educação só estão ao alcance de muito pouca gente neste vasto país de escassa população, tem o padre [Marcos de Araujo Costa] mantido por muitos anos o hábito de sustentar e educar em sua casa, livres de despesa, vinte meninos, até que adquiram sofrível conhecimento de latim, e elementos de Filosofia e Matemática. Ele próprio é um excelente erudito e possui bem vasta biblioteca de clássicos e filósofos (...) (p. 117).

Embora a educação brasileira estivesse passando por momentos de descaso e negligência, demonstrando a falta de credibilidade que o assunto parecia ter entre os governantes, Saint-Hilaire (1975b) a considerava uma ótima ferramenta para operar uma mudança na população de Minas Gerais:

Para retemperar semelhante população era preciso que se dispusesse de meios para instruí-la e encaminhá-la para o trabalho. De onde, porém, iriam esses habitantes do sertão receber lições de moral e religião, ou mesmo a instrução mais elementar? E por que iriam eles trabalhar, quando suas necessidades, ainda que mínimas, podiam ser satisfeitas? Nessas regiões o isolamento líquida com a emulação, e o calor do clima convida à ociosidade. A

inteligência deixa de funcionar, a cabeça não raciocina mais, e todos mergulham na mais lamentável apatia (p. 118).

Observamos, a partir daí, que o plano para as Aulas Régias não pôde substituir satisfatoriamente o modelo jesuítico de educação, uma vez que os missionários possuíam uma rede cujas aulas e conteúdos previstos estavam dispostos de maneira sistematizada ao longo do tempo (o *Ratio Studiorum*), bem como uma diversidade de recursos didáticos e não dependiam da arrecadação de impostos da população.

Como foi mencionado, a educação estava cada vez mais no foco das estratégias de controle da população, com base nisso apontamos algumas das propostas do então economista José da Silva Lisboa (1756 – 1835). José Lisboa era brasileiro, exercia cargos públicos e era autor de obras de economia, direito e educação. Em uma de suas publicações denominada “Suplemento à Constituição Moral” (1825) apontava o trabalho como uma atividade incompatível com ações deletérias como indolência e preguiça. Sendo também fomentadora do Estado, contribuindo, por consequência, para o progresso da civilização. Massimi (1990) identifica o liberalismo econômico e o mecanicismo como saberes centrais do pensamento de José Lisboa.

José Lisboa, ou Visconde de Cairu, também transpunha suas ideias para o contexto educacional, justificando planos que conduzissem para uma moral que conduza às Luzes, limitando os apetites e paixões. Seu projeto de civilização trazia elementos como os princípios do catolicismo, liberdade e ordem. Em outras palavras, relegava ao Estado o dever de executar as instruções da Bíblia, para que então, com a mínima educação moral e educacional, o povo fortalecesse o Rei e o Estado. Para ele, todos deveriam receber as primeiras letras e as palavras da Bíblia, mas sua perspectiva liberal não o fazia enxergar que as diferenças socioeconômicas limitariam a ascensão social de parcelas da população, o que tornaria importantes ações afirmativas do Estado (Paula & Nogueira, 2017).

Dessa maneira, a partir do exposto, vamos delineando um panorama sobre como o comportamento e as habilidades humanas eram compreendidos em meados do Século XIX. Nesse panorama vimos saberes a respeito de uma aquisição “hereditária” de talentos, habilidades, inteligência etc. Assim como da possibilidade de aprender e ensinar (ou controlar) comportamentos por meio de estratégias diversas: o incentivo ao trabalho, a instrução moral judaico-cristã, o uso de punições e a difusão de educação básica.

Em alguns momentos, os autores justificam determinados comportamentos da população como resultante do clima. O clima tropical, com suas grandes estiagens e períodos abafados, era frequentemente considerada prejudicial aos hábitos da população.

Essas diferentes concepções acerca do comportamento humano embasavam opiniões diferentes acerca de temas como: diferenças raciais e estratégias de controle do comportamento (por meio da miscigenação racial, da autoridade de instituições como a Igreja e o casamento ou por meio do incentivo ao trabalho).

Por fim, aparecem aqui referências ao tema da educação. Num sentido amplo temos a educação discutida para fins da criação de filhos preconizada por alguns povos indígenas do Brasil e aquela criação que ocorria em algumas pequenas cidades. Sobre a educação formal, observamos que, muito embora as reformas do período pretendessem a universalização e a secularização da educação, os relatos e as discussões apontam para um fracasso nessas duas intenções. Vimos que o número de escolas e verbas eram insuficientes para o número de pessoas em idade escolar. Além disso, essa escassez por vezes era compensada por iniciativas isoladas de padres que ministravam conteúdos escolares em seus locais de moradia, os quais poderiam incluir lições religiosas. Outro ponto é o de que, em algumas províncias, o ensino da moral estava estreitamente vinculado aos valores católicos.

3.4 - Afetos e temperamento: emoções, caráter e autoconhecimento

As discussões acerca dos costumes, comportamentos e religiosidade pode ter levado o leitor a esquecer-se de outras dimensões psicológicas que eram alvo de reflexões e teorizações no Século XIX, a saber, as dimensões do afeto e do temperamento.

Em alguns casos os viajantes teorizam sobre as causas desses estados emocionais, formas de lidar com eles ou mesmo as emoções como causas de comportamentos e ações. Essas reflexões por vezes eram endereçadas a si mesmo (como num processo de autoconhecimento) ou a outras pessoas. Ocasionalmente, ocorria a identificação de determinados padrões de funcionamento das emoções e do comportamento, os quais podiam ser denominados como temperamento ou caráter.

A diversidade de emoções que aparecem nas obras merece atenção, tendo em vista que representa a capacidade dos viajantes em denominar diferentemente as experiências afetivas das circunstâncias que vivenciam. Com isso, podemos perceber, ainda que não em primeira mão, sobre

os afetos e emoções presentes nas diferentes partes da população e nos próprios narradores dessas viagens. Dentre os vários estados afetivos/emocionais que aparecem nas obras, podemos citar os seguintes: satisfação, felicidade, regozijo, amor, paixão, orgulho, tédio, alegria, melancolia, tristeza, temor, insatisfação, prazer, calma, solidão, angústias, arrependimento, inveja, ódio, depressão, furor, gratidão, crueldade, medo, desespero, indiferença, infelicidade, ingratidão, etc.

Sobre as emoções vivenciadas coletivamente, podemos citar a felicidade do povo goiano durante a Festa do Divino e dos caiapós durante a realização de suas danças. Saint-Hilaire (1975b), por exemplo, ao visitar os índios da Aldeia de Estiva, nos descreveu sobre a alegria dos indígenas:

Os índios dançaram a noite inteira, cantando e batendo palmas para marcar o compasso, o que sem dúvida os divertia muito, mas que aos ouvidos de um europeu parecia mais apropriado a um enterro do que a uma festa. "Os primitivos habitantes da América, diz Eschwege ao se referir aos índios da Estiva, "aproveitam todas as ocasiões para se divertir, ao passo que os forasteiros - os europeus - se entregam à melancolia, oprimem essa pobre gente de todas as maneiras e lhes invejam o pouco de alegria que lhes é permitido desfrutar (p. 135).

Outras situações podiam suscitar emoções negativas entre os habitantes do Brasil, a melancolia e o tédio, por exemplo, estão frequentemente associados com a vida cotidiana (Saint-Hilaire, 1975a, Pohl, 1976). Por vezes os viajantes identificam que a falta de ocupação e propósito dos gentios dessa terra eram os causadores do tédio e da tristeza que os consumiam. Sendo essas emoções algumas das que poderiam ocasionar no uso desmedido de álcool, o que implica dizer que consideravam as emoções como possíveis causadoras de comportamento, complementando as discussões empreendidas na seção anterior.

O ódio e a vingança são descritos frequentemente em situações como conflitos entre diferentes povos indígenas e entre povos indígenas e brancos (Pohl, 1976). No primeiro caso, havia a ideia de que o ódio entre povos rivais poderia ser passado de geração em geração, não descrevendo de maneira clara se estavam considerando o ódio como uma emoção adquirida biologicamente ou adquirida a partir da perpetuação das histórias dos desentendimentos entre as partes. Por outro lado, o ódio entre indígenas e brancos era considerado como resultado das investidas cruéis e desonestas dos brancos para com os indígenas. Exemplos dessas duas situações são observadas a seguir (os recortes são sinalizados por reticências entre parênteses):

De um modo geral, permaneceu a população desta Capitania, por longo tempo, em luta constante com as tribos primitivas de índios que, expulsos de seu solo, haviam jurado eterno ódio e vingança contra os intrusos. Os caiapós ao sul, os xavantes, acroás e xacriabás ao norte faziam guerra encarniçada. De ambos os lados, nas mútuas incursões, procedia-se com a máxima brutalidade. (...) foram dadas ordens de tratar os índios com afabilidade e brandura. A maior parte da renda do dízimo sobre gêneros era destinada à civilização e

construção de aldeias. Os jesuítas deviam ser trazidos(...). Foram abertos inquéritos (aliás sem resultado algum) contra os indivíduos que houvessem praticado grandes crueldades contra os índios. Como nada disso adiantasse, declarou-se guerra aos caiapós e acroás (Pohl, 1976, p. 131).

Em alguns trechos, sentimentos ou afetos são identificados como mais comuns a determinadas raças. Como por exemplo, Saint-Hilaire (1975a), afirmou que os negros possuíam “sentimentos menos elevados” do que os brancos e que os índios possuíam um temperamento apático. Em um dos momentos em que discorre sobre pessoas negras, Saint-Hilaire (1975a) narra o seguinte:

Contudo, mostram a inata inconstância da raça africana e todos eles, filhos ou netos de escravos, tem sentimentos menos elevados que os brancos, sobre os quais, entretanto, não deixam de se refletir fortemente os vícios da escravidão (p. 44).

Nos relatos dos viajantes, o temperamento parece se tratar de um conceito que envolve as características mais estáveis de uma pessoa, remetendo a um certo padrão, que se aproxima do conceito atual de personalidade. As referências a essa dimensão psíquica aparecem sem detalhes que possam comprovar qual a noção exata os autores possuem dela.

Entretanto, frequentemente as descrições acerca do temperamento e caráter também enfatizavam frequentemente a ideia de uma caracterização dos temperamentos de cada raça. Saint-Hilaire (1975b) aborda muito sobre seu tropeiro, o qual se chama José Mariano. Descreve-o como um homem de pele escura, cabelos lisos e escuros e nariz aquilino. Considerava-o inteligente e sagaz, mas ao mesmo tempo imprevidente, perdulário e vaidoso. Sua inconstância era uma característica marcante do seu caráter, por vezes demonstrava alegria e jovialidade, mas com o tempo podia ser irritante, carrancudo e descontente. Seu temperamento melancólico podia durar uma semana ou duas, após esse tempo voltava a demonstrar alegria e riso.

Diante de condições tão adversas, José Mariano tornou-se insuportável por seu mau-humor e impertinência. Eu jamais deixava de lhe dar atenção, mas era totalmente impossível adivinhar as causas de sua insatisfação, e o mais provável era que estivesse insatisfeito consigo mesmo(...) Mas é um verdadeiro suplício ter diante dos olhos, em todas as horas do dia, uma fisionomia triste e carrancuda e ouvir constantemente respostas ásperas de quem só recebe de nós um tratamento gentil (Saint-Hilaire, 1975a, p. 122).

A inconstância (alternância frequente entre diferentes estados de humor) de José Mariano é considerada algo inato às raças mestiças. O autor explica que as raças mestiças não possuem moral, são insubordinados e não permanecem por muito tempo nas mesmas circunstâncias de vida (Saint-Hilaire, 1975a).

O termo “índole” aparece, na obra de Gardner (1975), para descrever tendências ou inclinações as quais algumas pessoas poderiam ter. Por exemplo, um homem chamado Joaquim Seleiro, mulato, conhecido por ter “índole viciosa e paixões violentas”, era o principal suspeito da tentativa de assassinato de um homem conhecido como Barão de Parnaíba.

Este, por sua vez, descendente de português e então governador da Província de Piauí, foi descrito por possuir uma “índole astuta e maneiras rudes”. Esse mesmo homem, foi alvo de uma descrição mais minuciosa, pautada, segundo Gardner (1975), nos saberes da frenologia (transcrita na página 100 deste trabalho). Conforme fora visto anteriormente, circulavam no Brasil e no mundo inúmeras teorias pseudocientíficas que validavam racismos diversos. A partir dessas ideias, justificava-se a escravidão, o preconceito e as atitudes segregacionistas da época (Viotti, 2012; Schwarcz, 1993). Esses trechos em que os viajantes relacionam, de maneira tão “corriqueira”, características negativas a pessoas não brancas pode indicar influência destas correntes ideológicas.

Um outro trecho fornece uma breve descrição acerca de um missionário italiano, na qual o termo “temperamento” é mencionado. Saint-Hilaire (1975a), apresenta um senhor chamado Padre Joseph, como um homem de “costumes austeros, caritoso, cheio de doçura e de paciência, jovial, de temperamento brando.” (Saint-Hilaire, 1975a, p. 57).

O estudo de Ito e Guzzo (2002) apresentou um histórico das principais teorias que propuseram tipologias do “temperamento”. De acordo com esse trabalho, o médico e filósofo grego, Galeno, haveria se baseado na teoria dos humores de Hipócrates para balizar uma teoria dos temperamentos. Segundo essa compreensão, os quatro humores corporais (entre eles o fleuma, o sangue, a bile branca e a bile negra) poderiam determinar os temperamentos das pessoas mediante suas alterações (desequilíbrios) no organismo. Sendo assim propôs nove tipos de temperamentos, sendo que os quatro principais seriam: sanguíneo, colérico, melancólico e fleumático. Tais teorias formuladas na Grécia Antiga exerceram influência em muitos teóricos dos Séculos XVIII e XIX como por exemplo Immanuel Kant e Wilhelm Wundt.

Nessa concepção, as emoções e os comportamentos guardariam íntima relação com o temperamento, uma vez que: indivíduos sanguíneos poderiam ser considerados atléticos e vigorosos, os coléricos eram facilmente irritáveis, os melancólicos manifestariam tristeza frequentemente e os fleumáticos seriam cansados e lentos (Ito & Guzzo, 2002).

Massimi (2016) identificou usos do termo “temperamento” nos catálogos da Companhia de Jesus, produzidos ao longo dos Séculos XVII e XVIII. De acordo com a autora, a compreensão dos temperamentos pelos jesuítas remete às teorias de Galeno e Hipócrates, e complementa com

informações acerca das alterações que essas teorias sofreram ao longo do tempo, até o seu uso pelos jesuítas. Nos documentos da Companhia, a palavra “compleição” era usada como sinônimo de temperamento e as referências a esses assuntos eram úteis na distribuição adequada dos talentos na instituição religiosa.

Até aqui os excertos acerca das emoções as consideram como estados subjetivos que poderiam ser resultados de: acontecimentos externos (festas, conflitos, por exemplo), heranças biológicas (como na concepção do temperamento relacionada à raça) ou alterações orgânicas (como na teoria humoral de Galeno). Podemos acrescentar um outro elemento frequentemente considerado pelos viajantes como determinante de estados emocionais: o espaço/ a paisagem.

A paisagem e o espaço por vezes foram considerados os responsáveis por desencadear afetos e estados emocionais nos viajantes. A natureza geralmente era considerada inebriante, enaltecadora e tranquilizadora. Como é o caso de Saint-Hilaire (1975b), ao descrever a natureza em uma estrada do interior de Minas Gerais:

O sol ainda não estava muito quente o céu era de um azul maravilhoso. A névoa subia do vale espalhava no ar uma agradável frescura. Uma calma deliciosa me envolveu por uns instantes, e pude usufruir mais uma vez das belezas da Natureza (p. 82).

Em contrapartida, em outros parágrafos podemos ver que o espaço também pode despertar sentimentos desconfortáveis:

A região que percorríamos oferecia aspecto tenebroso. O chão com os carvões que ficaram da vegetação incendiada, parecia, até onde se podia avistar, coberto por uma negra mortalha. E alguns lugares, ainda ardia e brilhava o fogo meio apagado. Não se pode imaginar sensação mais opressiva do que a causada no ânimo do viajante pela vista de tão vasta região revestida com essa aterradora aparência. Senti-me profundamente impressionado (Pohl, 1975, p.269).

Para fins deste estudo, passagens como esta são consideradas como exercícios de autoconhecimento. Nelas frequentemente os autores identificam causas e/ou consequências de seus estados emocionais. Rodrigues (2007), ao considerar o autoconhecimento presente em forma de saberes psicológicos documentados em fontes históricas, o descreve como uma categoria que se relaciona com “reflexões acerca das sensações, percepções, conflitos pessoais e propósitos da existência humana” (p. 86).

A exemplo disso, em uma notável passagem, temos uma passagem em que Saint-Hilaire (1975b) eterniza um de seus sonhos, o qual deve ter dado relevância digna de nota:

Ao lado do rancho de Bom Jardim, onde tinha sido colocada a minha bagagem, havia uma choupana abandonada e praticamente em ruínas. Foi ali que mandei armar a minha cama

para evitar o frio da noite, que era bastante forte. Sonhei que me achava no Castelo de La Touche, perto de Orleães, onde passei os dias mais felizes da minha infância. Era no Natal. Meus pais se espantam de me ver tão envelhecido. Apontando para a minha própria cabeça, respondi-lhes que não eram os anos a causa principal disso e sim o que estava ali dentro. Depois, já meio desperto, arrependi-me de não ter levado a mão também ao coração. E por fim, quando despertei completamente, verifiquei com tristeza que me encontrava naquele mísero abrigo (p. 86).

Embora o autor não registre nenhuma reflexão acerca deste sonho, o fato de tê-lo transcrito indica um zelo ou uma relevância com o tema suscitado nele. Entretanto, não há como supor que tenha sido aplicado qualquer método de análise com objetivos mais profundos. Ora, o próprio “A interpretação dos Sonhos”, de Sigmund Freud data de 1900 e algumas obras utilizadas por Freud não antecedem a época da viagem de Saint-Hilaire ao Brasil, são elas: “O sonho e sua utilização na vida” (F. W. Hildebrandt, 1875), “Sono e sonhos” (Alfred Maury, 1878), A vida dos sonhos (K. A. Scherner, 1861) (Gay, 2012). Dessa forma, há aqui um saber quanto à importância dos sonhos, ainda que não houvesse qualquer intuito de interpretá-los.

Outra passagem transcrita é de autoria de Pohl (1976), na qual narra sobre o desespero que sentiu após passar por uma forte tempestade que destruiu suas tendas e bagagens:

Debaixo de nossa tenda não havia sequer um lugar enxuto e eu me entreguei ao maior desespero por causa desse acidente, que aniquilava de uma vez metade de minha coleta tão pacientemente acumulada. A perda de tantas plantas raras, que eu não tinha esperança de reencontrar, deixou-me completamente arrasado ao contemplar o resto que se salvara depois de uma fatigante noite de trabalho (p.311).

Muito embora existam inúmeros infortúnios desta atividade, Gardner (1975) argumenta sobre o prazer de viajar:

Embora acostumados diariamente a fadigas e privações, havia indescritível prazer na vida áspera que estávamos vivendo desde muito; é verdade que estávamos privados de quase todo o conforto da vida civilizada, mas estávamos livres, em compensação, de todas as suas restrições. Quando nos erguíamos pela manhã, não sabíamos onde seria o próximo pouso, mas a escolha dependia quase sempre de nós, embora não fosse feita esmo, mas sempre regulada por necessidades indispensáveis, como água e pasto para os animais, árvores para armar redes e lenha para o fogo de cada noite (p. 183).

Os trechos que consistiam em exercícios de autoconhecimento deram voz a sentimentos profundos, como os momentos em que Saint-Hilaire (1975b) fala sobre a perda de sua irmã e de seu amigo Yves Prégent.:

A vida perdera todo o encanto para mim. Durante minha viagem a Minas minha irmã estivera sempre presente em minha lembrança, e alegrava-me saber que poderia contar a ela um dia todas as coisas que me aconteciam. (...) Quando a perdi, pareceu-me que me achava sozinho no mundo. O presente era triste e tedioso, o futuro me assustava (p. 88).

Não obstante, foi com alegria que deixei o Rio das Mortes, onde tinha passado por tantas tristezas e angústias e cujo nome eu não podia pronunciar sem sentir um estremecimento. No princípio da viagem eu ainda estava mergulhado numa melancolia profunda. Obcecavam-me os mais tristes pensamentos, e a vida me parecia um fardo insuportável. Mas a atividade física a que me via obrigado, o trabalho, a vista de novas paisagens me arrancaram do meu ensimesmamento. Em breve recuperei as forças e o meu ânimo começou a renascer (p. 79).

A partir da entrega com que os viajantes registram suas emoções e vivências, podemos observar que o exercício deste tipo de escrita adquire uma função terapêutica para eles. De acordo com Rodrigues (2007), o sujeito empreende uma autoanálise e se torna objeto de seu conhecimento, buscando um alívio para suas angústias, em outras palavras, uma catarse.

Enquanto Saint-Hilaire nos traz relatos sobre como lidou com a morte de duas pessoas queridas, Pohl (1975) conta acerca do luto entre os indígenas pertencentes aos povos xavantes:

O enterro de seus mortos é feito entre grande clamor e contínuas lamentações. O cadáver é posto na cova em posição agachada; colocam a seu lado o arco, a flecha e alguns víveres, e atravessam sobre sua cabeça sarrafos de madeiras; dessa forma fica como numa caverna, sobre a qual depois se amontoa terra. O restante de seus haveres, geralmente insignificante, é queimado em seguida; e enquanto dura esta fogueira relatam a biografia do falecido, os seus feitos de guerra, as aventuras do caçador, quantos inimigos abateu, quanta caça apanhou etc. O luto, entre os parentes, dura de 8 a 30 dias. Expressam-se por lamentos, pelo enegrecimento do corpo e por uma pequena pena de ema que trazem nas costas, no cordão a que já nos referimos. As viúvas, depois de algum tempo, podem casar-se de novo (Pohl, 1976, p. 241).

Além disso, o autor comenta que frequentemente os túmulos são frequentados e rememoram seus feitos com muita comoção. O processo é vivenciado em comunidade, ao contrário do que ocorreu com Saint-Hilaire, posto que estava longe de sua família. E, ainda que estivesse próximo, provavelmente haveria diferenças que nos indicam particularidades na forma com que cada cultura lida com o luto.

Conforme vimos, o Brasil do Século XIX estava repleto de saberes acerca dos afetos, temperamentos e autoconhecimento. Notamos a diversidade de emoções e afetos percebidos pelos viajantes, o que com certeza se revertia numa melhor percepção dos seus estados de humor. Identificamos os reflexos de teorias racistas na compreensão dos afetos e dos temperamentos dos habitantes do Brasil. Refletimos acerca do valor terapêutico da escrita para os viajantes e, por fim, analisamos sobre o processo de luto vivenciado por um estrangeiro e por nativos dos povos xavantes.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender quais os saberes psicológicos estavam presentes nos relatos dos viajantes, descritos no Século XIX. Dentre as diversas obras disponíveis para o estudo, utilizamos as seguintes: Viagem à província de Goiás (Saint-Hilaire, 1975a), Viagem às nascentes do Rio São Francisco (Saint-Hilaire, 1975b), Viagem ao interior do Brasil (Gardner, 1975) e Viagem no interior do Brasil (Pohl, 1976).

No capítulo um, foi possível realizar alguns apontamentos a respeito da história da psicologia brasileira. No que tange ao desenvolvimento da medicina, foram problematizadas algumas discussões acerca de métodos utilizados para o tratamento da louquice, delírios e histerias no Século XVIII, bem como alguns saberes acerca da mulher e sua “propensão” para comportamentos viciosos e a compreensão da importância de distanciar a medicina dos conceitos religiosos. Abordamos a criação das faculdades de medicina para o estudo de temas psicológicos em nosso território no século XIX, o que significou a progressiva apropriação dos fenômenos psicológicos pela medicina. Além disso, as demandas sociais advindas da incorporação de um sistema capitalista industrial e o surgimento da classe burguesa no Brasil foram favorecendo o crescimento de adeptos de ideologias voltadas para o controle da população. Dessa forma, o problema da falta de saneamento, do alastramento de doenças e da necessária adequação da população à classe operária passaram a ser encarados sob a perspectiva da higiene mental, com suas teorias adjacentes, como a teoria da degenerescência, o racismo científico e a eugenia (saberes que ganharam força e expressividade no Século XX). Concomitantemente, estruturavam-se modelos de tratamento de psicopatologias com terapias variadas que poderiam ser de viés biologicista (como as induções de febres e vômitos, a eletroconvulsoterapia, a lobotomia) ou de viés mental ou comportamental (como a laborterapia, o uso da hipnose e da psicanálise).

Na esfera educacional, observamos a relevância dos saberes promovidos pelos jesuítas acerca do processo educativo, com propostas pautadas na escolástica, no humanismo e no modelo tomista-aristotélico. Já as considerações acerca da psicodinâmica permitiram uma compreensão do temperamento dos colaboradores da Companhia e foi muito utilizada na distribuição de suas habilidades considerando a compatibilidade temperamento x função a ser desempenhada. Também foram discutidos os saberes circulados nas fases iniciais das aulas régias luso-brasileiras, com a incorporação (ainda que tímida) de disciplinas e valores iluministas na educação. A partir das reformas subsequentes, como por exemplo a instituição do ensino das primeiras letras para todos foram privilegiadas metodologias autoritárias como a do ensino mútuo, a qual manteve o viés

pretensamente iluminista, mas sem abandonar formação moral e religiosa como parte do processo educativo e adotou métodos de punições e castigos como forma de controle dos alunos.

Nesse período, iniciou-se a fundação das primeiras Escolas Normais pelo país, em seguida o ensino das primeiras letras foi tornado obrigatório para quase todas as crianças de 7 anos (excluindo os filhos de escravos), preocupava-se com a instrução moral dos alunos e houve a tentativa de enfraquecer as Escolas Normais. Após isso, discutimos sobre a progressiva institucionalização do ensino, com a criação de bibliotecas e museus pedagógicos, expansão da rede, entre outros. Ao mesmo tempo, a inserção da psicologia no contexto da formação de professores se deu expressivamente, por meio dos laboratórios e disciplinas instituídos nas Escolas Normais.

No capítulo dois, apresentamos a metodologia utilizada e alguns aspectos das obras estudadas, as quais se constituem de ricas descrições acerca do Brasil da primeira metade dos oitocentos. Nelas são abordados aspectos da geografia, fauna e flora, economia, política, cultura, religiosidade, educação, antropologia, entre outros aspectos. Nos deparamos com um Brasil caracterizado por imensos territórios não explorados pelos homens brancos, caminhos inóspitos e povoados (ou arraiais) isolados.

As discussões realizadas no capítulo três, evidenciaram que em algumas localidades do interior do império, sobretudo em Goiás, viam-se pelos povoados costumes rígidos no que tange ao lugar da mulher na sociedade. Ressoavam nesses costumes uma forte influência católica, a qual compreendia que as mulheres tinham uma inclinação para o pecado e deveriam considerar a maternidade como sua vocação e seu destino. Dessa maneira, incidia sobre boa parte das mulheres brasileiras normas que pretendiam restringi-las ao ambiente doméstico, ou, quando muito, à igreja. Deveriam portar-se de maneira comedida, a fim de se fazerem respeitadas na comunidade e nunca manifestar seus ímpetos sexuais de maneira objetiva.

Contrastam com essas normas, as frequentes referências dos viajantes a práticas consideradas, por eles, como repreensíveis, como o concubinato, a bebedice, o vício em jogos e a indolência. Tais hábitos são mencionados em homens e mulheres, de forma que identificamos rotas de fuga para as insistentes investidas católicas e governamentais acerca dos costumes e da moral do povo. A propósito, a própria igreja é por vezes contestada pelas condutas contraditórias de seus membros que, em várias ocasiões, foram mencionados em atitudes que desrespeitavam as mesmas regras que pregavam.

Menos restritivas pareciam as normas das diversas etnias observadas pelos viajantes, tendo em vista que em muitas delas era praticada a poligamia, havia protagonismo das mulheres em eventos importantes, bem como a sua participação na recepção de visitantes, nas guerras e no cotidiano de suas comunidades.

Nos relatos da época também circulavam menções a uma possível hospitalidade do povo brasileiro, demonstrada no interesse pelas histórias dos viajantes e na preocupação com o seu bem-estar. Entretanto, também há menções a anfitriões que foram vistos com maus olhos pelos autores, por terem oferecido cômodos sujos, infestados com bichos-de-pé e até mesmo áreas abertas de todos os lados, de forma que os viajantes ficavam expostos à ação do tempo. Tais experiências revelam não necessariamente uma indiferença dos anfitriões (embora isso seja possível) mas também uma divergência cultural na forma como eram organizadas as casas.

Ainda na discussão acerca dos costumes da população, constam as referências às maneiras como a população resolvia seus conflitos de interesse, como lidavam com seus desafetos e rivais. Nessas situações, parecia comum o uso da violência, o que resultava em brigas e crimes passionais.

A apreciação da religiosidade brasileira, no Século XIX, por outro lado, levantou questões acerca das festividades católicas, do sincretismo religioso entre religiões de matriz africana e o catolicismo, do curandeirismo, das superstições populares, da seita dos sebastianistas e dos rituais sagrados dos povos originários. Em suma, foi reforçada a ideia da diversidade religiosa em nosso território e nas influências que essas diferentes crenças exerciam sobre o comportamento das pessoas.

Debatemos sobre as funções das festas religiosas para a população, as quais poderiam ser a criação de uma ocasião para a manifestação da criatividade e do desejo da população, onde expressariam suas emoções, teriam oportunidade para tocar e ouvir músicas que abrangiam ritmos africanos e luso-brasileiros e se entregariam às paixões. Por outro lado, as festividades também eram manifestações de interesses políticos, por meio delas a Igreja afirmava seu poder e as pessoas mais influentes demarcavam seu lugar na sociedade.

Nessas festividades, poderíamos antever o encontro entre as diferentes culturas que permeavam nosso território. Foi discutida a forma como o sincretismo religioso se manifestava, tendo em vista a catequização ocorrida em alguns locais do continente africano e a intolerância religiosa que estava presente no Brasil.

Tanto as religiosidades africanas quanto as dos povos indígenas envolviam ritos para cura das enfermidades, seus saberes milenares eram baseados no conhecimento das propriedades das plantas, como na interferência do mundo sobrenatural sobre o nosso. O curandeirismo era uma prática muito comum em nosso território e inspirava mais confiança do que muitos médicos, tendo em vista seus procedimentos e condutas estranhos à população.

Acerca da religiosidade indígena, refletimos sobre a forma como era retratada pelos viajantes. Dando descrições imprecisas e estigmatizantes sobre suas crenças e ritos religiosos,

imprimindo uma falsa imagem de que sua religiosidade carecia de instrução e esclarecimento. Contribuições estas que, em suas visões, o catolicismo poderia dar.

Destacamos passagens a respeito de histórias e práticas tidas como “supersticiosas” que envolviam personagens fantásticos (lobisomens, demônios, monstros do lago etc.) e práticas as mais diversas (banho de pipoca, uso de amuletos, fórmulas mágicas, simpatias, entre outros). E refletimos sobre a seita dos sebastianistas, abordando algumas questões relativas às suas possíveis funções redentoras num contexto socioeconômico precário.

Ao analisarmos as discussões acerca do comportamento humano, no Século XIX, verificamos que advinham de teorias pautadas em diferentes paradigmas: o determinismo climático, o determinismo biológico e o determinismo ambiental. Essas diferentes concepções coexistiam no ideário científico da época, endossando diferentes métodos de educação e/ou controle social.

Percebemos o uso de teorias referentes ao determinismo climático e biológico esteve frequentemente relacionado: à submissão de povos ameríndios e africanos, à estigmatização de outras culturas e raças (como nas teorias de Cesare Lombroso e na frenologia), às propostas de “melhoramento das raças”, etc.

Por outro lado, os argumentos e reflexões pautados em um determinismo ambiental (mecanicismo), geralmente envolviam questões como mudanças comportamentais na população: incentivo à realização de casamentos, ao trabalho e ao seguimento dos preceitos cristãos; aplicação de punições quando houvesse a prática de crimes ou de comportamentos de insubordinação à regras.

Também foram discutidas as práticas dos indígenas referentes à criação de filhos. Notamos que, em algumas comunidades indígenas, eram descritas práticas como: cuidados com a alimentação parental, realização de partos de forma natural e com protagonismo da mãe, amamentação e contato pele a pele nas primeiras horas de vida do bebê, dedicação plena da mãe à maternidade, educação sem castigos violentos, entre outras.

Tais práticas se contrastaram com a criação de crianças em Vila Boa, sobre a qual foram identificadas crianças que recebiam pouca atenção parental, que pareciam pouco alegres e entediadas, não brincavam umas com as outras e muito cedo tinham contato com o que era referenciado como “prazeres impuros”.

Por fim, tivemos contato com algumas referências acerca da educação formal no interior do Brasil, a qual acontecia por meio das Aulas Régias. Identificamos alguns déficits nos relatos dos viajantes, dentre os quais: verbas precárias (as quais eram conseguidas por meio do imposto para a educação), ensino doméstico não padronizado ou sistematizado, falta de instituições e professores para atender toda a população.

Na última seção apresentamos algumas das emoções citadas nos relatos dos viajantes, demonstrando amplo espectro de adjetivações. Discutimos a respeito das concepções acerca do temperamento, em alguns casos o temperamento era concebido como uma dimensão hereditária e definida pela “raça” de pertencimento do indivíduo. Essa concepção estava vinculada a ideias pseudocientíficas sobre raça, como por exemplo a frenologia. Por outro lado, observamos o temperamento como uma ideia genérica acerca de características “centrais” do indivíduo, o que poderia estar relacionado às teorias humorais de Galeno e Hipócrates.

Também foram apresentados trechos que denotam exercícios de autoconhecimento, nos quais os viajantes demonstravam ideias sobre: a influência da paisagem sobre suas emoções, luto, melancolia, alegria, sonhos, entre outros.

Conforme as discussões foram empreendidas, percebemos a construção de alguns dos estereótipos acerca do povo brasileiro, dentre eles os de ser uma população preguiçosa, lasciva e que bebe demasiadamente. Entretanto, os brasileiros apenas não viviam de acordo com os preceitos ideológicos cristãos e capitalistas, priorizando valores e hábitos divergentes. Dedicavam-se aos rituais religiosos, às festividades e à satisfação de suas necessidades mais urgentes. E que, talvez, usassem a embriaguez como fonte do prazer que não tinham em suas vidas, dadas as condições existentes de escravidão, por exemplo.

Consideramos que essas discussões permitem situar alguns saberes na história da psicologia. Saberes esses advindos dos moradores do interior do Brasil, os quais construíram ideias e saberes de ordem psicológica por meio de suas festas, suas diferentes práticas religiosas, seus conflitos, seus prazeres etc. Saberes esses que também circulavam entre as pessoas dotadas de poder e/ou formação em instituições permeadas de eurocentrismo, como os saberes acerca do comportamento baseados em determinismos climáticos, ambientais e biológicos.

Percebemos que algumas discussões podem ser aprofundadas em estudos futuros, principalmente no tópico acerca dos saberes acerca dos temperamentos, emoções e autoconhecimento no Século XIX. Sugerimos reflexões mais pormenorizadas acerca das teorias que influenciavam o pensamento europeu no que tange esses tópicos. Além disso, pode ser proveitosa a busca de relatos de viagem que forneçam mais detalhes sobre como essas temáticas emergiam nos saberes dos habitantes do Brasil, com reflexões que possam considerar que existiam (e ainda existem) diferenças culturais a depender da localidade, da raça, da situação socioeconômica e/ou do gênero.

Outro ponto que pode ser explorado em novas pesquisas, é o enfoque sobre relatos de mulheres viajantes, como por exemplo os da britânica Maria Graham (1785 – 1842), a

estadunidense Elizabeth Agassiz (1822 – 1907), a britânica Anna Brassey (1839 – 1887), entre outras notáveis mulheres que desbravaram oceanos e documentaram suas experiências.

Finalmente, devemos destacar o valor formativo da pesquisa, que contribuiu sobremaneira para os conhecimentos em âmbitos diversos, destacando-se: metodologia de pesquisa, psicologia, história brasileira, história da psicologia e educação. Ressaltamos que não se trata “apenas” da aprendizagem de conteúdos, esse trabalho nos convidou a andar por entre as estantes das bibliotecas permeadas de livros, desvelar as memórias tão cuidadosamente marcadas em suas páginas amareladas e a nos apropriarmos dos saberes e dos fazeres que compõem uma parte, ainda que pequena, da história da psicologia (e por que não dizer, da história da humanidade).

Referências

- Abreu, J. L. N. (2011). *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Antunes, M. A. M. (2014). *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição* (5ª ed.). São Paulo: EDUC.
- Aragão, S. (2017). *Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX*. Editora Edgard Blucher. Disponível: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/324>.
- Arriada, E. & Tambara, E. A. C. (2016). Aulas régias no Brasil: O regimento provizional para os professores de filosofia, rhetorica, grammatica e de primeiras letras no Estado do Grão-Pará (1799). *História da Educação*, 20(49), 287 – 303. Doi: 10.1590/2236-3459/62454.
- Barbosa, D. R. (2011). *Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil* [Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, São Paulo]. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/publico/barbosa_do.pdf.
- Boarini, M. L. (2002). A higiene mental e o saber instituído. *Mnemosine*, 3(1), 3 – 17. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41302>.
- Boarini, M. L. (2022). Desnaturalizar a psicologia é preciso. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 32(4), e320413. Doi: 10.1590/S0103-7331202232041.
- Boarini, M. L. & Yamamoto, O. H. (2004). Higienismo e eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, 13(1), 59 – 72. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/publicacoes-1/periodicos/lista-periodicos/higienismo-e-eugenia-discursos-que-nao-envelhecem>.
- Calainho, D. B. (2005). Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. *Tempo*, 19, 61 – 75. Doi: 10.1590/S1413-77042005000200005.
- Cardim, F. (1980). *Tratados da gente e terra do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia.
- Chauí, M. S (2016). Ideologia e educação. *Educação e Pesquisa*, 42(1), 245-257. Doi: 1590/S1517-97022016420100400.
- Cunha, M. S. (2015). Apontamentos dos Cariris Novos ou do Cariri-Araripe nos oitocentos: Cariri cearense nos escritos dos naturalistas João da Silva Feijó e George Gardner. *Geosaberes*, 6 (2), p. 17 – 32. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5548075>.
- Del Priori, M. (1994). *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Del Priori, M. (2004). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
- Domingues, A. (2008). O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, 28(55), 133 – 152. Doi: 10.1590/S0102-01882008000100007.
- Facchinetti, C. (2018). História das Psicoterapias e da Psicanálise no Brasil: o caso do Rio de Janeiro. *Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro*, 18 (4), 1106-1117. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812018000400005.

- Farias, A. F. e cols (2021). Mapeando estudos em história da psicologia no Brasil: análise bibliométrica. *Revista de Psicologia*, 30(1), 121 – 132. Doi: 10.5354/0719-0581.2021.56681.
- Fausto, B. (2006). *História do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp.
- Figueira, F. F. (2014). *A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser contada* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá]. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-paginas-de-teses-e-dissertacoes/a-liga-brasileira-de-higiene-mental-e-a-psicologia-no-brasil-a-historia-a-ser-contada>.
- França, J. M. C. (2000). Imagens do Brasil nas relações de viagem dos séculos XVII e XVIII. *Revista Brasileira De Educação*, (15), 7–15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YsXqLkL75GMfs5xyDDmH6DR/#>.
- Francisco, M. C. (2020). *Olhos Negros Atravessaram o Mar. O Corpo Negro em Cena na Análise Corporal: Bioenergética e Biossíntese*. Hakabooks Editions.
- Françoço, M. (2010). Alguns comentários à Historia Naturalis Brasiliae. *Cadernos de Etnolinguística*, 2(1), 1 – 7. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/vol2:1/cadernos_vol2_n1.pdf.
- Gardner, G. (1975). *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia.
- Gay, P. (2012). *Freud, uma vida para o nosso tempo*. Viçosa: Edição Econômica.
- Gomes, N. L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, 33(120), 727 – 744. Doi: 10.1590/S0101-73302012000300005.
- Gonçalves, M. S. (2013). Os primórdios da Psiquiatria no Brasil: o Hospício Pedro II, as casas de saúde particulares e seus pressupostos epistemológicos (1850-1880). *Revista Brasileira de História da Ciência*, 6(1), 60 – 77. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=997.
- Gontijo, S. R. & Massimi, M. (2007). A persuasão e o dinamismo psíquico em sermões de Antônio Vieira. *Paideia*, 17(37), 207-218. Doi: 10.1590/S0103-863X2007000200005.
- Guimarães, D. S. (2022). A Tarefa Histórica da Psicologia Indígena diante dos 60 anos da Regulamentação da Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e263587, 1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263587>.
- Hobsbawm, E. (2013). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2015). *A Era das Revoluções (1789 – 1848)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ito, P. C. P., & Guzzo, R. S. L. (2002). Diferenças individuais: temperamento e personalidade; importância da teoria. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 19(1), 91–100. Doi: 10.1590/S0103-166X2002000100008
- Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: Uma Narrativa por Meio de seu Ensino. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 28 – 43. Doi: doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004.
- Jacó-Vilela, A. M. (2021). Trajetórias da Psicologia no Brasil: conciliações e resistências. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 38. Doi: 10.35699/1676-1669.2021.36485.
- Kant, I. (2012). *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime: Ensaio Sobre as Doenças Mentais*. São Paulo: Editora Edições 70.

- Kury, L. (2001). Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde*, 3, 863 – 880. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/grhQqtzkqm3FRhdYhZWY94k/?format=pdf&lang=pt>.
- Lanzellotti, T. F. A. (2018). *Controle e internação entre o público e o privado: hospital psiquiátrico do Juquery e sanatório pinel de Pirituba (1929-1934)* [dissertação de mestrado: Guarulhos]. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/52186>.
- Leite, M. M. (1997). *Livros de Viagem (1803 – 1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Lima, T. C. S. & Mioto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10, 37 – 45. Doi: doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004.
- Lopes, E. M. T., Filho, L. M. F. & Veiga, C. G. (2000). *500 anos de educação no Brasil* (p. 43 – 60). São Paulo: Editora Autêntica.
- Maciel, L. S. B. & Neto, A. S. (2006). A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, 32(3), 465 -476. Doi: [10.1590/S1517-97022006000300003](https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003).
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia Brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU.
- Massimi, M. (1991). As ideias psicológicas de Francisco de Melo Franco, médico e iluminista brasileiro. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 7(1), 83 – 90. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/download/17109/15595/28866>.
- Massimi, M. (2001). A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das idéias psicológicas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 625 – 633. Doi: doi.org/10.1590/S0102-79722001000300018.
- Massimi, M. & Silva, P. J. C. (2001). *Os olhos vêm pelo coração: Conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII*. São Paulo: Editora Holos-Fapesp.
- Massimi, M. (2008). Engenho e temperamentos nos catálogos e no pensamento da Companhia de Jesus nos séculos XVII e XVIII. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(04), 675 – 687. Doi: [10.1590/S1415-47142008000400014](https://doi.org/10.1590/S1415-47142008000400014).
- Massimi, M., Campos, R. H. F. & Brožek, J. (2008). Historiografia da psicologia: métodos. Em: FREITAS, R. H. (Org). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino* (p. 21 – 48). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/c2248>.
- Massimi, M. (2009). Novas questões temáticas e desdobramentos metodológicos na história dos saberes psicológicos. *Temas em Psicologia*, 17(1), p. 15 – 20. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100003&lng=pt&nrm=iso.
- Massimi, M. (2010). Métodos de Investigação em História da Psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 4(02), 100-108. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472010000200003.
- Massimi, M. (2012). Em busca de novos horizontes para reconstituir as relações entre cultura e psicologia. Em: Massimi, M. (Org). *Psicologia, cultura e história: perspectivas em diálogo* (p. 111 – 125). Rio de Janeiro: Editora Outras Letras.

- Massimi, M. (2014a). Uma instituição transmissora de saberes antropológicos e psicológicos no Brasil Colonial. Em: Jacó-Vilela, A. M. & Portugal, F. T. (Orgs). *Clio-Psiqué: Instituições, história, psicologia* (201 – 219). Rio de Janeiro: Editora Outras letras.
- Massimi, M. (2014b). Fontes literárias da cultura brasileira para a história dos saberes psicológicos. *História da Historiografia*, 17, p. 116 – 134. Doi: 10.15848/hh.v0i17.763.
- Massimi, M. (2016). *Saberes Psicológicos no Brasil - História, Psicologia e Cultura*. Curitiba: Editora Juruá.
- Menezes, A. B. N. T. (2011). Higiene mental, educação e ordem social: a normalização da criança e a dimensão biopolítica. *Revista Metáfora Educacional*, 10, 3 – 17. Disponível em: <http://www.valdeci.bio.br/revista.html>.
- Mesquida, P. (2013). Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. *Educar em Revista*, 48, p. 235-249. Doi: doi.org/10.1590/S0104-40602013000200014.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Monasta, A. (2010). *Antonio Gramsci* (Trad: Paolo Nosella). Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>.
- Moura, R. H. & Boarini, M. L. (2012). A saúde da família sob as lentes da higiene mental. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, 19 (1), 217 – 235. Doi: 10.1590/S0104-59702012000100012.
- Myskiw, A. M. (2011). Relatos de Viajantes. Em: Motta, M. & Guimarães, E. *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos* (207 – 211). Rio de Janeiro: Unicentro e EDUFF.
- Neta, M. A. S. (2007). *"Literatura de viagem": relatos quinhentistas e as imagens dos índios do Brasil no Século XVI* [Monografia: Universidade Federal de Uberlândia].
- Neto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. Expressão Popular.
- Netto, N. B. (2012). *Educação, saberes psicológicos e morte voluntária: fundamentos para a compreensão da morte de si no Brasil colonial* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo]. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16045>.
- Oda, A. M. G. R., & Dalgalarrodo, P. (2005). História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde-manguinhos*, 12(3), 983–1010. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000300018>.
- Olivato, L. (2017). “Castigos Lancasterianos” na Província de Minas Gerais (1829). *Cadernos de História da Educação*, 16 (3), 846-858. Doi: 10.14393/che-v16n3-2017-18.
- Oliveira, A. H. (2022). Amazônia: naturalistas-viajantes, racismo científico e a inferioridade de indígenas e negros. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 2(05), 158 - 182. Doi: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/indigenas-e-negros.
- Panazzolo, L. F. & Massimi, M. (2015). Categorias antropológicas nos catálogos Trienais da Companhia de Jesus. *Antiguos jesuítas en iberoamerica*, 3(01), 21 – 45. Doi: 10.31057/2314.3908.v3.n1.17614.
- Paiva, W. A. (2015). O legado dos jesuítas na educação brasileira. *Educação em revista*, 31(04), 201 – 222. Doi: /10.1590/0102-4698136933.

- Patto, M. H. S. (2008). Ciência e Política na Primeira República: Origens da Psicologia Escolar. EM: *CLIO-PSYCHÉ: Histórias da Psicologia no Brasil*, 187 – 207. Disponível em: http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Clio-e-Psyche.pdf.
- Paula, D. G., & Nogueira, V. L. (2017). José da Silva Lisboa, José Bonifácio e Martim Francisco: discussões sobre educação no Império do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 22(71), 60-61. Doi: 10.1590/S1413-24782017227150
- Pereira, M. E. C. (2004). Pinel - a mania, o tratamento moral e os inícios da psiquiatria contemporânea. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(3), 113 – 116. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/rXNVvsX6rzFsX3wpVYdB4Lj/?format=pdf&lang=pt>.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da psicologia brasileira. Em: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* (17-31). EDICON.
- Pohl, J. E. (1975). *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia.
- Quadros, C. (2011). *Higienizar, reabilitar e normalizar: a constituição da escola especial* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia]. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1094>.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Em: Quijano, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (p. 117 – 142). Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf.
- Rocha, N. M. D. (2000). A preocupação com questões psicológicas nas teses da Faculdade de Medicina da Bahia no Século XIX. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(2), 163 – 173. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000200006.
- Rodrigues, J. H. (1959). Visitantes do Brasil no século XVII. *Revista de História*, 18 (37), 155 – 165. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107274/105786>.
- Rodrigues, A. B. (2007). *História da psicologia em Goiás: saberes, fazeres e dizeres na educação* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia].
- Rodrigues, A. B. (2009). História da Psicologia em Goiás. *Temas em psicologia*, 17(1), 135 – 50. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100012.
- Rodriguez, M. V. & Brito, S. H. A. (2019). Historiografia sobre a Escola Normal no Brasil (1980-2001): perspectivas teóricas e metodológicas. *Quaestio*, 22(1), 73-94. Doi: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2020v22n1p73-94>.
- Rosenthal, F. O. (2010). *Um olhar sobre o sertão brasileiro: Johann Emanuel Pohl, a sua descrição da capitania de goiás e a sua construção do imaginário* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia]. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4590/2/Frederico%20de%20Oliveira%20Rosenthal%20.pdf>.
- Saviani, D. (2011). *História das ideias pedagógicas no Brasil (3ª edição)*. Campinas: Editora Autores Associados.
- Saviani, D. (2014). *O legado educacional do Século XIX (3ª edição)*. Autores Associados.

- Saint-Hilaire, A. (1975a). *Viagem à província de Goiás*. São Paulo: Editora Itatiaia.
- Saint-Hilaire, A. (1975b). *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. São Paulo: Editora Itatiaia.
- Salles, R. (2012). Gramsci para historiadores. *História da historiografia*, 10, 211 – 228. Doi: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.434>.
- Santos, S. P. (2012). Sebastianismo e messianismo em Os Sertões. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, 3 (1), 23-34. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/170/123>.
- Santos Filho, J. (2008). Hospitalidade no Brasil Império: a visão do naturalista George Gardner. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2(2), 3-19. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=504152238002>.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Sobrinho, A. S. O. (2013). São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, 15(3), 210 – 235. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100009>.
- Souza, C. A. N. (2020). *Tensões entre realidade e ficção na narrativa de Auguste de Saint-Hilaire* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional]. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5447>.
- Souza, M. M. (2002). Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural. *Afro-Ásia*, 28, 2002, 125-146. Doi: <https://www.redalyc.org/pdf/1670/167018156012.pdf>.
- Souza, R. S. & Jacó-Vilela, A. M. (2008). Paixões e afetos: uma análise sobre conceitos e apropriações em teses de medicina do século XIX. *Memorandum*, 15, 35 – 51. Retirado de: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a15/soujaco01.pdf>.
- Silva, J. B. A. (1823). *Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.
- Silva, D. R. G. (2021). O (des)encontro da mulher com o álcool e os bons costumes no Brasil do início do século XX [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Maringá]. Disponível em: <http://www.ppi.uem.br/teses-e-dissertacoes-recuperadas/daniela-rosolen-galleti-3>.
- Storck, J. B. (2015). Do modus parisiensis ao ratio studiorum: os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna - From parisiensis modus for the ratio studiorum: the jesuits and the humanistic education at the beginning of modern age. *Revista História Da Educação*, 20(48), 139–158. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/57630>.
- Tarelow, G. Q. (2011). *Entre febres, comas e convulsões: as terapias biológicas no Hospital do Juquery administrado por Pacheco e Silva (1923 -1937)*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18052012-115937/pt-br.php>.
- Teixeira, M. O. L. & Ramos, F. A. C. (2012). As origens do alienismo no Brasil: dois artigos pioneiros sobre o Hospício de Pedro II. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(2), 364 – 381. Doi: 10.1590/S1415-47142012000200011.

- Vainfas, R. (2005). *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- Viotti, A. C. C. (2012). *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca]. Disponível em: https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/dissertacao-final_ana-carolina-viotti.pdf.
- Wilker, N. A. (2000). Curandeirismo: um olhar sobre as práticas de cura no Brasil do Século XIX. *Vidya*, 34, 183 – 197. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/523/513>.
- Yamamoto, O. H., Souza, C. C., & Yamamoto, M. E. (1999). A produção científica na Psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros de 1990-1997. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 549-565. Doi: 10.1590/S0102-79721999000200019.